

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**SETOR LEITEIRO: as percepções de produtores do RS  
sobre as transformações delineadas na década de 90**

**Glaucilene Dias Pedroso**

**Porto Alegre, Maio de 2001**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**SETOR LEITEIRO: as percepções de produtores do RS  
sobre as transformações delineadas na década de 90**

**Glaucilene Dias Pedroso**

**Dissertação apresentada ao  
programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Rural da  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como parte dos  
requerimentos para obtenção do  
título de Mestre, sob a orientação  
do Prof. Drº Paulo Dabdab  
Waquil**

Porto Alegre, Maio de 2001

## 1. AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas e às instituições que, direta ou indiretamente fazem parte do resultado desse trabalho:

Ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e todas as pessoas a ele ligadas;

Ao Professor Paulo Dabdab Waquil, pela orientação, pela dose a mais de paciência, ensinamentos e preciosa colaboração que foram de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho;

As colegas Solange e Vanessa pela amizade e incentivo;

Ao pessoal da Secretaria em especial, a Eliane pelo seu apoio em momentos difíceis;

A equipe do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos pelo companheirismo e tolerância;

Finalmente, quero agradecer a minha família e ao meu noivo, Gilmar, pelo estímulo e compreensão.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	I
RESUMO .....	II
ABSTRACT .....	III
CAPÍTULO I .....	8
INTRODUÇÃO .....	8
1.1 METODOLOGIA .....	15
CAPÍTULO II.....	21
MERCOSUL E O SETOR LEITEIRO .....	21
2.1 ANTECEDENTES DO MERCOSUL.....	22
2.2 O QUE É MERCOSUL? .....	24
2.3 DÉCADAS DE 80 E 90: SEUS REFLEXOS SOBRE OS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL.....	27
2.4 MERCOSUL E O SETOR LÁCTEO .....	29
2.5 EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE LÁCTEOS DO MERCOSUL.....	32
2.6 PERFIL DOS PARCEIROS COMERCIAIS DO MERCOSUL.....	34
2.7 REFLEXÕES SOBRE OS QUATRO PAÍSES.....	42
CAPÍTULO III .....	46
TRANSFORMAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL .....	46
3.1 PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL.....	46
3.2 .PRODUÇÃO DE LEITE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....	51
3.3 ESPECULAÇÕES SOBRE O FUTURO DOS PRODUTORES DE LEITE.....	53
3.4 PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES.....	56
3.5 TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS, VACAS ORDENHADAS E QUANTID PRODUZIDA DE LEITE.....	65
3.6 NÍVEL TECNOLÓGICO .....	68
CAPÍTULO IV .....	76
PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES DE LEITE.....	76
CAPÍTULO V .....	105
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
ANEXO .....	117

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportações de Lácteos do Mercosul, Intrazona e Extrazona	26
Tabela 2 - Importações de Lácteos do Mercosul, Intrazona e Extrazona	27
Tabela 3 - Características da Produção Leiteira do Mercosul 1995	29
Tabela 4 - Produção, Importação e Consumo de Leite no Brasil	41
Tabela 5 - Produção de Leite no Mundo e nos Principais Países Produtores	43
Tabela 6 - Produção Brasileira de Leite por Estado (1000 l)	44
Tabela 7 - Leite de Vaca, Segundo o Grupo de Área Total em Percentual	45
Tabela 8 - Produção de Leite de Vaca Segundo Microrregiões	56
Tabela 9 - Leite de Vaca, Segundo a Condição do Produtor e Grupo de Área Total	61
Tabela 10 - Leite de Vaca Segundo a Ordenha Mecânica e Grupos de Cabeças de Vacas e Bovinos	67
Tabela 11 - Caracterização dos Entrevistados	114

## RESUMO

Ao longo da década de 90, têm sido delineadas novas exigências que estão modificando o setor leiteiro. Nos últimos 10 anos, têm ocorrido a intensificação da competição, acentuada mudança tecnológica, difusão de informações, abertura comercial, desregulamentação dos mercados, globalização e formação de blocos econômicos. Esses processos implicaram transformações no cenário mundial, nacional e regional e seus impactos foram sentidos pela pecuária leiteira do Rio Grande do Sul. Essas transformações redefiniram os padrões de concorrência no setor leiteiro. A maior concorrência instigou o processo de diversificação produtiva e a introdução de novas tecnologias em busca de maior competitividade. Os produtores de leite precisaram lidar com a ampliação do mercado leiteiro. O presente trabalho tem como maior contribuição as percepções dos produtores de leite sobre as transformações a que estão sendo impostos. Tem-se como objetivo analisar as possibilidades, alternativas e formas de adequação para os produtores de leite do estado, diante do novo cenário que se formou.

## ABSTRACT

Throughout the 1990s, new demands were delineated for the business of dairy; these demands are now modifying the sector. During the last 10 years, there has been an intensification of the competition, the technological changes, the dissemination of information, the opening and deregulation of markets, the globalization, and the formation of common markets. These processes have resulted in changes in the international, domestic, and regional state of affairs. The impacts of these changes are being felt by the dairy sector of the state of Rio Grande do Sul. The changes have also redefined the standards for the competition in the dairy sector. The increase in competition has provoked a process of diversification of the production and the introduction of new technologies in the search for improved competitiveness. In this sense, dairy farmers have had to face the expansion of the dairy market. The greatest contribution of this study is to have collected the opinion of dairy farmers regarding the changes to which they are being submitted. Our objective is to assess the possibilities, alternatives, and forms of adaptation for the dairy farmers in our state by reason of the new circumstances to be faced.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

Dentre os diversos produtos agrícolas, o leite é um dos mais importantes em todo o mundo. A atividade leiteira é exercida na maioria dos estabelecimentos agrícolas e, em muitos deles, com grande expressão econômica. Tal atividade possui grande importância econômica e social.

A produção de leite envolve vários setores da economia. De um lado, abrange agroindústrias produtoras de uma série de derivados lácteos industrializados que utilizam o leite como matéria prima básica e, de outro, as indústrias de insumos e máquinas que são adquiridas pelos produtores de leite e indústrias de laticínios. Há ainda, o setor informal no qual é estabelecida uma relação direta de compra e venda entre consumidor e produtor. A diferença entre o preço pago aos produtores pelas empresas e o preço pago pelos consumidores, pelo litro de leite, atua como fator de incentivo à comercialização direta de leite cru e subprodutos.

Sendo assim, o complexo leiteiro engloba produtores com exigências e necessidades distintas que atuam em diversos níveis de produção. Nesse sentido, possibilita a criação de empregos nas diversas funções que envolvem a atividade. O setor leiteiro destaca-se por gerar empregos diretos, em que estão envolvidas pessoas que lidam diretamente na produção do leite, e os indiretos em que estão envolvidas



peças mais relacionadas à atividade administrativa, ao armazenamento, ao transporte e à comercialização (GOMES, 1999). A manutenção e geração de empregos em um mercado globalizado e competitivo, que tende a eliminar mão-de-obra, indica a importância do setor leiteiro não só para o produtor, mas também para a sociedade como um todo.

Outro aspecto a ser destacado é o fato da atividade leiteira significar um fluxo de receita regular ao longo do ano. A produção de leite, independentemente do tamanho de sua produção e número de produtores envolvidos, possui a vantagem de possibilitar uma alternativa segura de renda, mesmo para o agricultor que não tem no setor leiteiro sua principal atividade econômica. Portanto, o leite é importante no rendimento mensal do produtor. Esse produto representa uma garantia de sobrevivência, uma forma do agricultor não passar fome.

Cabe também ressaltar que o leite é um essencial componente alimentar, devido à sua composição de proteínas, vitaminas e sais minerais. É fundamental, em termos nutritivos, para enriquecer a dieta alimentar, exerce importantes funções no crescimento, digestão, formação óssea e muscular, bem como na regularização do sistema nervoso.

Com relação ao consumo de leite, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) recomenda um consumo médio de 215 litros por habitante/ano, o Brasil consome entre 90 e 115 litros por habitante ano (SOUZA, 1999). Portanto, o consumo de leite no Brasil é menor do que o recomendado, entre os motivos que explicam essa carência de leite sobressai-se os baixos salários da população que acabam por reprimir o consumo de leite.

A expansão ou retração da produção leiteira está relacionada às políticas econômicas adotadas. Ao analisar a conjuntura econômica brasileira, observam-se reduções da produção de leite no início dos anos 80, em função da crise econômico-financeira ocorrida nesse período. Este foi um período conturbado cujos efeitos para o setor leiteiro foram de atraso tecnológico, baixa competitividade e perda de mercados. Dentre os fatores que causaram essa situação desfavorável, destacam-se: endividamento externo, déficit fiscal, inflação e redução de investimentos (SOUZA, 1999). Nos anos 80, ocorreu a redução do programa de crédito rural subsidiado, menor disponibilidade

de recursos financeiros e elevação da taxa de juros. Segundo GOMES (1999), mesmo com esse cenário adverso a produção de leite brasileira continuou crescendo, embora a taxas menores que na década anterior. Para o autor, além do aumento do rebanho, ganhos de produtividade também foram responsáveis por um crescimento mais intensivo da produção.

No final dos anos 80, começa a mudar o cenário para o setor leiteiro nacional. Entre 1986 e 1996, há elevação do consumo brasileiro de leite e derivados decorrente do período de estabilização inflacionária e melhora da renda per capita, dos planos Cruzado e Real (SOUZA, 1999). A maior estabilidade da moeda e o aumento do poder de compra da população refletem-se no aumento da demanda por lácteos. Outro fator a influenciar uma maior aquisição de leite são quedas no preço desse produto. O leite possui elevada elasticidade renda, variações na renda provocam variações na demanda. A maior aquisição de leite representa para o produtor um significativo incremento na sua receita mensal.

Por ser um setor representativo, sob o aspecto econômico e social, as mudanças que venham a ocorrer na estrutura produtiva leiteira requerem análises aprofundadas. A partir dos anos 90, o setor leiteiro precisou enfrentar novos desafios: globalização, abertura comercial, formação do Mercosul, desregulamentação dos mercados e desenvolvimento de um ambiente competitivo.

A globalização conduz a uma nova dinâmica: intensifica-se a disputa entre países, estados e regiões que intensamente procuram obter maiores vantagens, tornarem-se mais competitivos e dissolver fronteiras nacionais. É um novo fenômeno de reestruturação produtiva da economia mundial, em que são implementadas estratégias concorrenciais que busquem conservar de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado (COUTINHO & FERRAZ, 1994).

Com a globalização da economia, adota-se como "consenso" a necessidade dos países serem competitivos. Para tanto, é preciso atender às novas exigências do mercado que implicam maior tecnologia, conhecimento, qualidade e especialização. É um processo que exige transformações, mas não as viabiliza. Segundo essas percepções, quem estiver melhor preparado para interagir nesse meio permanecerá e se destacará, os demais serão excluídos. Contudo, é preciso ter cuidado com afirmações que sinalizam

em direção a um único caminho, visto que trata-se de um contexto cujas oportunidades e alternativas são diversas.

Simultaneamente à globalização, ocorreu a abertura comercial ao exterior e a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A partir da integração dos mercados, são modificadas as relações entre países, elos da cadeia e produtores. Surgem novos desafios e o cenário competitivo altera-se. A competitividade do leite no Brasil foi prejudicada pela ação combinada de desproteção ao setor, tributação implícita e defasagem cambial (LOPES & JANK, 1995).

Essa nova realidade proporcionou a entrada de produtos importados, a ampliação do poder das multinacionais e a concorrência ganhou uma dimensão global. A abrangência do mercado deixa de ser regional. O leite proveniente de regiões mais distantes dos centros consumidores passa a ter maior poder de competitividade. Segundo JANK et alii (1999), a concorrência por vezes predatória dos lácteos importados é uma realidade que deriva de problemas na definição e aplicação de regras de política pública. A abertura comercial criou um novo espaço competitivo até então pouco expressivo, levando os produtores nacionais a concorrer com produtores de outros países. Essa situação era desconhecida do produtor nacional, já que o mercado era controlado pelo governo.

A entrada de lácteos importados faz com que o consumidor torne-se mais exigente. Além de preço e qualidade, o consumidor, começa a exigir aparência e comodidade (GOMES, 1999). Nesse contexto, surge e expande-se intensamente o consumo de leite longa vida. Essa nova tecnologia atende às exigências buscadas pelos consumidores: maior praticidade, durabilidade e facilidade de estocagem, uma vez que permite a conservação fora da geladeira. A expansão desse produto e a conquista pela preferência do consumidor deprimem a busca pelas tradicionais embalagens em sacos plásticos predominantes em padarias e pequenos estabelecimentos, tornando-os pouco atrativos e ampliando o domínio das grandes redes de supermercado. Dessa forma, o leite longa vida dinamiza o cenário e intensifica a competição devido à possibilidade de abastecer consumidores que estão distantes dos pontos de produção.

Os impactos do Mercosul sejam benefícios e/ou custos são diferenciados em função da região geográfica. O complexo leiteiro gaúcho está mais suscetível às

pressões do Mercosul devido à sua maior proximidade física dos países integrantes do bloco. Essa proximidade faz com que o Rio Grande do Sul fique mais exposto à concorrência dos lácteos importados, oriundos da Argentina e Uruguai. A importação de leite com diferentes condições de produção, preço, qualidade e produtividade afeta a estrutura de mercado gaúcho, uma vez que pode ocasionar o deslocamento da demanda em direção ao produto internacional em detrimento do nacional. Segundo FERNANDES (1995) o Rio Grande do Sul tem desvantagem em relação aos países integrantes do Mercosul nos custos de produção, visto que os preços de alguns insumos utilizados na atividade leiteira são maiores no Rio Grande do Sul.

Com a desregulamentação dos mercados, os preços dos produtos lácteos foram liberados, após mais de quatro décadas de controle estatal. As políticas leiteiras no Brasil sempre estiveram ligadas ao controle dos preços do produto, haja vista que, desde os anos 40, o governo vinha fixando os preços dos lácteos. Tal política prejudicou o setor tornando-o atrasado tecnologicamente e pouco competitivo. Segundo NETTO (1996), essa política adotada pelo governo criou um setor deficiente e marcado por crises recorrentes de abastecimentos. "A sociedade brasileira só não percebeu esse prejuízo porque foi abastecida, maciçamente, por importações de leite e derivados altamente subsidiados nos países de origem" (NETTO, 1996, p.7).

O atual governo brasileiro defende a liberalização dos mercados agrícolas. Grande parte da atividade agrícola nacional é submetida às leis do livre mercado, em que são favorecidos os mais fortes. O declínio da proteção estatal para produtores de leite tende a exacerbar um desenvolvimento desigual entre empreendimentos capitalistas e pequenos produtores. Foi intensificada a concorrência entre as empresas em todos os elos da cadeia. Começou uma disputa por produtores que pudessem oferecer menores preços e maior qualidade.

Além do mais, amplia-se o espaço das multinacionais acirrando o ambiente concorrencial. A introdução da Parmalat no Brasil, e mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, tem ocasionado a concentração do mercado. As multinacionais costumam adotar estratégias agressivas de associação ou incorporação, buscam ampliar a sua capacidade produtiva adquirindo empresas de menor porte. Diante de indústrias, como a Elegê e a Parmalat, as cooperativas e empresas nacionais perdem espaço. Segundo BITENCOURT (2000), do volume de leite cru produzido no RS, em 1999, e

inspecionado pelo Ministério da Agricultura, 53,77% foram recebidos pela Elegê Alimentos S/A e 19,96% pela Parmalat do Brasil S/A, somando 73,73%.

Com a expansão e predomínio das multinacionais, os produtores de leite ficam à mercê das exigências desses grandes conglomerados. Enquanto as indústrias dispõem de melhor tecnologia, já que investem em pesquisa e qualidade, os pequenos produtores, em sua maioria, carecem de recursos e têm dificuldades para lidar com esse ambiente concorrencial. Nesse sentido, ressalta-se a importância da organização de produtores através da formação de associações e cooperativas, de forma a aumentar o poder das negociações, a capacidade de investir no setor e ampliar a eficiência administrativa dos produtores.

Em suma, os anos 90 marcam um período de transformações sejam elas políticas, econômicas, sociais e/ou tecnológicas que vão impactar o setor leiteiro. Para MELLO (1998), as inovações tecnológicas, a desregulamentação da atividade leiteira, o aumento da concorrência e o ingresso de produtos importados são fatores que contribuem para modificar o mercado de produtos lácteos. Esse mercado que, anteriormente, apresentava uma abrangência mais regionalizada passa, cada vez mais, a sofrer influências do mercado nacional e internacional.

Em função desse novo cenário, intensifica-se a defesa pela necessidade de transformações da estrutura produtiva leiteira. Tem-se difundido uma apologia à modernização da cadeia leiteira, como a única alternativa de desenvolvimento do setor. Os defensores dessa posição vão além e acreditam que os pequenos produtores não sobreviverão a esse processo de reestruturação. A confirmação dessa crença acarretaria a eliminação da maioria dos produtores gaúchos, visto que, na atividade leiteira do estado, predominam os pequenos produtores. Sendo assim, torna-se primordial analisar os principais reflexos para a pecuária leiteira do estado, em termos de desempenho e fragilidades. Dentro desse contexto, surgem algumas indagações sobre quais fatores seriam determinantes na manutenção desses produtores na atividade leiteira. A permanência do produtor leiteiro pode estar vinculada à capacidade de reestruturação, à maior qualidade, produtividade e incorporação de tecnologia.

Quanto às novas exigências, terá o produtor de leite que alcançar uma maior competitividade, produtividade e especialização? No entanto, como não serão todos os

produtores de leite que poderão atender a esses objetivos, quais alternativas possuem? Existem vários caminhos para o produtor, como por exemplo: reestruturação, exclusão do mercado ou formação de pequenos nichos de mercado.

A reestruturação pode ocorrer de várias maneiras: através de um maior investimento no setor, da formação de produtores mais eficientes, da integração a agroindústrias, da criação de associações e/ou cooperativas, entre outras alternativas. Já a exclusão pode ser causada pela impossibilidade de adequação dos produtores às novas exigências feitas pelo mercado. A constituição de pequenos nichos pode ocasionar uma intensificação do comércio informal, maior proximidade entre produtor e consumidor e produção em menor escala.

Portanto, é necessário um estudo que possibilite visualizar os impactos sofridos pelos produtores de leite do Rio Grande do Sul: quais alternativas possuem?, precisam de fato tornarem-se mais especializados?, é necessária uma reestruturação de que tipo?

Para responder a essas indagações, realiza-se no capítulo 2 um estudo sobre o Mercosul e o setor leiteiro. São mostrados os antecedentes, a formação do bloco e perspectivas do setor leiteiro nos países que integram o Mercosul. Além disso, analisam-se as relações comerciais, demonstrando o comportamento das exportações e importações no contexto do Mercosul.

Posteriormente, no capítulo 3, discutem-se as transformações ocorridas no estado do Rio Grande do Sul nas duas últimas décadas. Para tanto, são identificadas as principais bacias leiteiras do estado, o tamanho das propriedades, caracterização dos produtores, adoção de tecnologias e impactos do Mercosul sobre os produtores de leite gaúchos.

Após a definição do cenário em que está inserido o produtor de leite do Rio Grande do Sul, parte-se, no capítulo 4, para a análise de entrevistas com produtores, associações de agricultores, cooperativas, enfim, lideranças vinculadas à atividade leiteira. Procurou-se obter as percepções dos produtores perante transformações que ocorrem na década de 90, ou seja: globalização, abertura comercial, formação do Mercosul, desregulamentação dos mercados e entrada de multinacionais.

Por fim, no último capítulo, estabelecido o cenário em que está inserido o produtor de leite gaúcho e verificado quais os seus desafios, parte-se para propostas de manutenção e expansão desse produtor. Nesse momento procura-se demonstrar que a atividade do pequeno produtor, apesar de um cenário adverso, é viável; e ainda, propõem-se alternativas para esse produtor se adequar às novas exigências do setor.

## OS OBJETIVOS PROPOSTOS SÃO:

### **a) Objetivo Geral:**

- Analisar como as mudanças da década de 90 afetaram o setor leiteiro. Nesse sentido, examinam-se os impactos dessas mudanças sobre a atividade leiteira, as possibilidades, as alternativas e as formas de adequação para os produtores de leite do RS.

### **b) Objetivos Específicos:**

- Caracterizar as transformações ocorridas na década de 90 para a pecuária leiteira do estado do Rio Grande do Sul;
- Analisar a produtividade, eficiência e incorporação de tecnologia no setor leiteiro;
- Verificar as percepções de alguns produtores sobre as transformações ocorridas nos anos 90;
- Apresentar algumas alternativas para o produtor de leite permanecer exercendo suas atividades.

### ***1.1 Metodologia***

O presente trabalho se fez valer de uma análise qualitativa/ quantitativa do setor leiteiro no estado do Rio Grande do Sul. Utilizaram-se, para o seu desenvolvimento, elementos que possibilitassem comparar o desempenho do setor leiteiro nas décadas de 80 e 90: o método comparativo.

Tal método possibilita descobrir regularidades, perceber transformações e deslocamentos, construir modelos e tipologias, uma vez que identifica as continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças (SCHNEIDER & SCHMITT, 1998). A adoção do método comparativo possibilita a comprovação e formulação de determinadas hipóteses delineadas ao longo do trabalho.

A área de estudo contemplada é o estado do Rio Grande do Sul, uma vez que este é um dos estados em que está concentrada a produção brasileira de leite. A escolha em analisar todo o estado, e não recortá-lo, baseia-se no intuito de permitir uma investigação dos problemas dos produtores da região e não de restringir a análise a um grupo específico de produtores. É preciso deixar claro que não foi possível contemplar todo o universo de produtores de leite do estado, o estudo ficou limitado a uma amostra de 40 produtores.

O estudo se restringiu às décadas de 80 e 90, em função de novas exigências que têm sido delineadas na última década. Nos últimos 10 anos, têm ocorrido a intensificação da competição, acentuada mudança tecnológica, difusão de informações, abertura comercial, desregulamentação dos mercados, globalização e formação de blocos econômicos. Esses processos implicaram transformações no cenário mundial, nacional e regional e seus impactos foram sentidos pela pecuária leiteira do Rio Grande do Sul. Tem-se como objetivo analisar as possibilidades, alternativas e formas de adequação para os produtores de leite do Estado, ante ao novo cenário que se formou.

Em relação aos dados quantitativos, esses foram obtidos na literatura (livros, revistas e periódicos) existente sobre o assunto em questão. Estes dados permitem a construção de descrições detalhadas que podem ser usadas para oferecer explicações para certos fenômenos através da objetividade dos dados numéricos.

Os principais instrumentos utilizados referem-se à análise de dados secundários existentes nos Censos Agropecuários (1985 e 1995-1996), editados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE. Em face da falta de uniformidade dos dados censitários, houve alterações na estrutura do último Censo em relação ao presente tornou-se necessário operacionalizar as informações. No Censo de 1995-1996 os dados relativos às Mesorregiões, Microrregiões e Municípios foram apresentados com uma nova disposição. Ocorreram o surgimento (emancipações) e a



realocação de novos municípios. Sendo assim, os resultados do Censo de 1995-1996 não são estritamente comparáveis aos dos Censos agropecuários anteriores. Ciente do perigo de comparar os Censos sem o devido cuidado, buscou-se confrontar as informações através de alguns ajustes.

Cabe mencionar que as Mesorregiões são unidades geográficas (no Censo de 1985, utiliza-se a denominação homogênea) relativamente maiores que as Microrregiões, porém menores que o Estado ou o Território. Foram criadas obedecendo ao mesmo princípio da classificação das microrregiões Geográficas, tendo sido estas fixadas de acordo com a Divisão Regional do Brasil para fins estatísticos, com a Resolução PR-51, de 1º de janeiro de 1990, do Departamento de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

Pretendeu-se verificar e caracterizar o processo de mudanças ocorridas nessas regiões de uma década a outra. De modo a alcançar o objetivo proposto, foi necessária uma nova realocação. Foi preciso transformar as microrregiões de modo que apresentassem os mesmos municípios em ambos períodos, tornando-as passíveis de comparação. Para tanto, manteve-se a presente estruturação das microrregiões (1995-1996), alocando os antigos municípios na atual conformação.

É apresentado, no mapa 1, o estado do Rio Grande do Sul, dividido nas respectivas mesorregiões e microrregiões geográficas.

## Mapa 1

Seguindo o objetivo do trabalho, foi feita uma comparação de ambos os censos referente a caracterização dos produtores, volume de produção e produtividade, incorporação de tecnologia, tamanho das propriedades e principais microrregiões produtoras de leite, com o intuito de traçar o perfil leiteiro do Estado e avaliar como esse setor reagiu às transformações ocorridas na última década.

Quanto à estrutura organizacional, foram caracterizadas a estrutura organizativa (evolução, importância numérica, participação), cooperativas (tipos e graus), associações (diversidade de formas) e sindicatos.

A busca de dados qualitativos refere-se à coleta de dados primários. Tais dados contemplaram a elaboração de um questionário, em forma de entrevista, que foi aplicado a agricultores, associação de agricultores, cooperativas, indústrias e demais pessoas envolvidas com o setor leiteiro que conviveram e estão convivendo com as transformações ocorridas nas áreas rural e urbana.

O objetivo da pesquisa não era o de concentrar a análise em um tipo de produtor em específico, mas sim contemplar o universo de produtores que compõe a cadeia leiteira no estado do Rio Grande do Sul. A escolha dos produtores entrevistados foi dirigida, o primeiro contato era feito através de uma cooperativa ou sindicato, esses sugeriam alguns nomes de prováveis entrevistados. Em um segundo momento alguma pessoa ligada à cooperativa ou ao sindicato fazia companhia até a propriedade dos produtores. Também foram entrevistados os produtores que estavam na cooperativa ou sindicato no dia escolhido para fazer a entrevista.

É necessário destacar que a descrição realizada é para caracterizar a amostra, mas que não pode ser generalizada para todos os produtores de leite do Estado. A amostra contemplou 40 produtores e permitiu dar uma noção da diversidade da atividade leiteira em termos de distribuição regional, tamanho das propriedades, incorporação de tecnologia, relações comerciais, entre outros aspectos. Com relação aos entrevistados, esses foram avisados que não seriam identificados, com isso pretendeu-se deixá-los mais à vontade e evitar possíveis constrangimentos. As perguntas procuraram abranger todo contexto em que estão inseridos esses produtores e, para tanto, envolveram aspectos sociais e econômicos complementados com as percepções dos produtores referentes à atividade leiteira.

Com relação às entrevistas, essas foram distribuídas a partir das microrregiões com maior produção de leite, que perderam posições para outras bacias leiteiras e, ainda, entre as microrregiões que obtiveram crescimentos na sua produção na última década. Foram contemplados os seguintes municípios entrevistados (por ordem alfabética): Caxias do Sul, Erechim, Estrela, Ijuí, Pelotas, Porto Alegre, Teutônia e Santa Rosa. Obteve-se assim, a percepção de alguns produtores de leite do Rio Grande do Sul e de pessoas envolvidas com a atividade leiteira referente às mudanças ocorridas na última década. No anexo está a listagem completa dos entrevistados.

Quadro 1: Municípios e Entrevistados Selecionados

<i>Municípios</i>	<i>Nº de Entrevistados</i>
Caxias do Sul	7
Erechim	7
Estrela	2
Ijuí	1
Pelotas	6
Porto Alegre	4
Teutônia	3
Santa Rosa	10
Total	40

Fonte: Dados da Pesquisa

As entrevistas são abertas, visto que o objetivo não é quantificar os impactos sobre um produtor específico, e sim possibilitar uma percepção mais abrangente. De acordo com CORTES (1998), a entrevista aberta não obedece a roteiro preestabelecido. Essa forma de entrevista permite que o entrevistado exponha livremente sua opinião sobre o tema que o entrevistador sugerir. As perguntas formuladas foram relativas ao modo de vida, produção e produtividade, incorporação de tecnologia, busca pela competitividade, concorrência, desenvolvimento regional e soluções para os problemas constatados.

Por fim, no desenvolvimento do trabalho busca-se continuamente destacar e identificar as semelhanças, diferenças e transformações entre estruturas produtivas, regiões e comportamento de produtores do setor leiteiro no novo cenário global.

## CAPÍTULO II

### MERCOSUL E O SETOR LEITEIRO

A formação do Mercosul desencadeou um processo de mudanças na atividade leiteira. A partir da formação desse bloco, foram alteradas as características das relações entre produtores e indústrias, exigindo novas formas de negociação entre si. O Mercosul trouxe impactos sobre o setor leiteiro, ameaçando, sobretudo, os pequenos produtores do Rio Grande do Sul. A entrada de produtos importados argentinos e uruguaios alterou significativamente as condições de concorrência no mercado gaúcho, acelerando mudanças na cadeia produtiva e nas condições de vida e trabalho dos produtores de leite. Esses produtores não estavam preparados para a competição que se intensificou com a formação do Mercosul. Os produtores de leite buscam construir uma melhor estrutura produtiva que possa fortalecê-los perante parceiros comerciais.

Segundo MARQUES (1998), mesmo que não se possa afirmar que a integração regional é a maior responsável ou o principal fator de mudanças no setor leiteiro, nas últimas décadas, nos países que integram o bloco, certamente as condições de produção e consumo predominantes nos países membros vêm atuando como parâmetros fundamentais de competitividade econômica para os agentes econômicos que atuam na Argentina, Brasil e Uruguai.

A atividade leiteira apresenta-se como um mercado estratégico e de crescimento dinâmico no contexto do Mercosul. Com a formação do bloco, houve um estímulo para que os produtores buscassem obter maior qualidade em seu processo e produto. Alguns autores consideram que o principal objetivo do Mercosul é o de constituir um mercado privilegiado para os produtores da região e elevar o consumo de produtos lácteos, especialmente entre a população de baixa renda (MARQUES, 1998).

O Mercosul é uma questão chave para compreender as mudanças que estão sendo impostas aos produtores de leite do Rio Grande do Sul e que vão determinar, em grande parte, o futuro desses produtores. Nesse sentido é preciso analisar esse bloco econômico, seu surgimento, desenvolvimento e reflexos sobre o setor leiteiro para poder detectar o seu impacto sobre os produtores de leite.

## ***2.1 Antecedentes do Mercosul***

Os países da América Latina têm experimentado várias tentativas de integração econômica. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma mudança no comércio internacional em direção a novos caminhos: globalização e formação de blocos regionais. Com o advento da globalização, as nações/regiões se vêem "obrigadas" a fortalecer-se localmente para poder competir no comércio internacional.

Assim, vários acordos bilaterais foram firmados entre os países da América Latina entre a década de 40 e 50. Contudo, os anos 60 representam o período em que se manifestam as primeiras experiências de integração na América Latina. Nessa década, foi assinado o Tratado de Montevideu composto por sete países: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, que tinha como objetivo a criação de uma zona de livre comércio, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Em 1968, foi criada a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), que em, 1973, é ampliada e transformada no Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM). Ainda em 1969, foi assinado pela Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela o Acordo de Cartagena que procurava superar algumas dificuldades enfrentadas pela ALALC e aprofundar a integração sub-regional. No entanto, na década

de 80, a ALALC transformou-se em ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). A ALADI foi criada com o objetivo final de construir um Mercado Comum Latino-Americano mediante um processo de aproximações sucessivas e acordos de diferentes amplitude e natureza. Para VIEIRA & CARVALHO (1997), são vários os motivos que fizeram com que essas iniciativas de integração não obtivessem êxito, como o caráter excessivamente amplo das propostas, inexistência de um planejamento que buscasse a complementação industrial, desinteresse da sociedade por esses acordos e a diferença de níveis de desenvolvimento entre os países proponentes. Além disso, problemas políticos e falta de infraestrutura de transporte e meios de comunicação também contribuíram para o fracasso desses processos de integração.

Nos anos 80, são estabelecidos os acordos de cooperação econômica entre Argentina e Brasil. A declaração de Iguazu de 1985 e o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) em 1986, indicativos da vontade política desses países, lançaram as bases de cooperação econômica que apontaram na direção da integração econômica regional. À medida que as tentativas de integração não obtinham êxito, novas iniciativas surgiam. Durante a discussão de acordos e tratados, grande ênfase foi dada à busca de competitividade dos produtos brasileiros e argentinos e a criação de mecanismos e instrumentos para o aumento de competitividade. Através de acordos de cooperação os países buscam aumentar seu poder de negociação. Os acordos internacionais são uma forma de conciliar os interesses dos países, integrando seus mercados e suas economias.

Portanto, a necessidade de unir forças para obter um melhor desempenho no mercado internacional não surge somente nos anos 90, nas décadas anteriores já havia sido despertado esse interesse. Contudo, é nesse período que se reúnem condições econômicas, políticas e sociais para materializar tal objetivo. Agrupar países com características distintas em um mesmo bloco em prol de um mesmo objetivo, de maneira que se sintam igualmente satisfeitos é um grande desafio. Enfim, em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, constitui-se o Mercosul. A formação desse bloco representa a experiência de integração melhor sucedida na América Latina.

## **2.2 O que é Mercosul?**

O Mercado Comum do Sul é um bloco econômico formado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Mercosul foi criado através do Tratado de Assunção. Tal tratado tem como objetivo: ampliar o mercado, estimular o aumento da eficiência e competitividade das economias participantes e aumentar a inserção dos países do bloco no mercado internacional. O Tratado de Assunção determinou que, a partir de 31/12/94, teria início o processo efetivo de constituição do mercado comum entre os países membros de forma gradual e, ao final desse processo, deveria prevalecer o interesse comum dos agentes envolvidos.

Almeja-se com o Mercosul:

- Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros;
- Estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC);
- Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais;
- Harmonização de legislações.

Durante o período de transição (1991-1996), os avanços mais significativos no âmbito do Mercosul referiram-se à liberalização do comércio intra-regional, ao estabelecimento de tarifa externa comum e ao expressivo crescimento do comércio entre os países membros.

O Mercosul ambiciona criar um espaço econômico comum que potencialize as vantagens competitivas dos quatro países para obter uma melhor inserção nos mercados internacionais. O objetivo é de projetar a região em uma busca mais eficiente de novos mercados, ou seja, integrar-se para melhor competir em um mundo globalizado. Com relação ao que tem ocorrido, constata-se que o Mercosul criou muitas expectativas sobre o poder de barganha que esses quatro países teriam perante outros países, no entanto ocorreu mais do que isso, houve um aumento de competição entre os países membros



fazendo com que uns se sobressaíssem aos outros. Os produtores de leite brasileiros estão tendo que competir com seus sócios (parceiros) e estão em desvantagem.

“Há ainda a dificuldade de se lograr um acordo acerca de uma política agrícola comum para o Mercosul. Se, por um lado, houve uma convergência no sentido de redução da participação do Estado e de maior integração com o mercado internacional, por outro, ainda falta a coordenação de ações para a tomada de decisões no nível regional. É com a formulação de uma política agrícola comum, que vise à garantia e à elevação da renda no campo e à segurança de abastecimento alimentar, que se poderá conquistar o desenvolvimento sustentável no meio rural dos países que compõem o bloco”. (WAQUIL, 1997, p .47).

A integração econômica age de forma a propiciar maior poder de mercado, ascensão ao comércio internacional e fortalece os países integrantes defronte de concorrência global. Esses fatores explicam a necessidade da formação de espaços unificados. O processo de globalização age de forma a intensificar a competição entre os países. Portanto, para continuar a destacar-se nesse novo cenário, é preciso tornar os países mais eficientes. A formação de blocos tem sido a alternativa encontrada para atuar nesse novo contexto.

Segundo CARVALHO & VIEIRA (1997), a literatura econômica indica vários benefícios que podem ser obtidos em função da formação de blocos regionais, como:

- Ganhos de economias de escala;
- Especialização da produção e comercialização;
- Possibilidade de ganhos de competitividade;
- Maior poder de barganha nos mercados internacionais.

“As magnitudes e custos econômicos da formação de um bloco regional dependerão do grau de integração entre os países membros. Este grau de integração dependerá, pelo menos no início do processo, de uma série de fatores, entre os quais se destacam a localização geográfica dos países e os níveis de desenvolvimento econômico” (CARVALHO & VIEIRA, 1997, p. 17).

Alerta WAQUIL (1997) que o processo de integração pode acarretar custos aos participantes, devido às limitações dos graus de liberdade na implementação de políticas nacionais e a ocorrência de desvios de comércio.<sup>1</sup> A formação de blocos econômicos lida com uma complexidade de fatores que são inerentes ao processo. Trata-se de um contexto em que estão reunidos os benefícios e desvantagens de tal integração, é estabelecido um processo cujos efeitos são de mão dupla. Assim, além de aumentar o poder de barganha dos países formadores do bloco, também é ampliado o ambiente competitivo no qual estão inseridos.

A integração é a conclusão de um processo progressivo de colaboração entre países que têm em comum algo mais que suas fronteiras. A competição passa a ser em âmbito mundial, não mais limitada pelas fronteiras dos países. “No processo de integração, as fronteiras passam a ter nova função. As fronteiras não são mais concebidas como limites, mas sim como mecanismos de coordenação de ações” (WAQUIL, 1997, p. 13).

A formação de blocos econômicos vai incidir de forma distinta nos mais diversos setores. Vários estudos apontam o setor agrícola como um dos mais suscetíveis ao processo de integração. Deve-se refletir sobre quais setores estão aptos para lidar com essa nova realidade. Objetiva-se com esse estudo compreender as percepções do setor leiteiro, especificamente. Quem estaria beneficiando-se com o Mercosul, consumidores e/ou produtores? Além disso, quais adequações são necessárias para atuar nesse bloco? Em um primeiro momento parece que o Mercosul, por si só, implica vantagens para os países que o conformarem. Todavia, os efeitos serão diversos e refletirão as possibilidades de cada produtor para se adaptarem às novas exigências. Busca-se aumentar o poder de negociação dos países, mas quanto aos pequenos produtores conseguem esses negociar? Infelizmente, muito pouco, uma vez que sem apoio do governo ou da formação de associações e cooperativas eles não têm como se tornarem mais competitivos, incorporar mais tecnologia e aumentar sua produtividade. Fazer parte de um bloco econômico não os torna de um momento para outro mais aptos e produtivos e não é garantia de maiores receitas. O Mercosul amplia as oportunidades,

---

<sup>1</sup> Importações mais baratas provenientes de terceiros países são substituídas por importações mais caras de países membros do bloco

mas também os desafios. Portanto, obter êxito e alcançar o sucesso através do Mercosul não será uma tarefa fácil e não estará ao alcance de todos. Com relação aos consumidores, esses estão obtendo vantagens com o Mercosul devido ao acesso a uma maior variedade de produtos e redução nos preços dos lácteos.

### ***2.3 Décadas de 80 e 90: seus reflexos sobre os países integrantes do Mercosul***

Em busca de melhor compreender o porquê da formação do Mercosul na década de 90, e quais os impactos desse bloco sobre os lácteos, torna-se necessário retroceder aos anos 80. Segundo SOUZA (1999), a maioria dos países da América Latina teve de enfrentar problemas semelhantes nos anos 80, como o endividamento externo, déficit fiscal e redução de investimentos. Tais problemas resultaram em atraso tecnológico de suas indústrias, baixa competitividade e perda de mercado. Durante esse período, a Argentina e o Brasil desenvolveram políticas macroeconômicas muito parecidas. Em ambos países foram adotadas políticas heterodoxas, tais como, programas de congelamento de preços e salários. Essas políticas tornaram-se insustentáveis em pouco tempo. Nesse período vivia-se um ambiente pouco propício à integração.

No final da década de 80 ocorreu uma maior abertura dos países do Mercosul em direção ao mundo. Para alcançar tal objetivo, é reduzida a participação do Estado e amplia-se a atuação do mercado, ocorre uma transição de uma política de proteção para um regime de crescente exposição à concorrência internacional. Prioriza-se o combate à inflação, e procura-se minimizar os efeitos recessivos e os custos políticos e sociais das medidas de estabilização macroeconômicas. Nesse período, as empresas multinacionais expandiram-se e foram buscando espaço para assentarem-se nesses países. Na Argentina, a Parmalat, a Bongrain e a Kraft Foods são algumas das empresas que penetraram no país. O mesmo ocorreu com o Brasil através do Grupo Bongrain, Anderson Clayton e a Parmalat. No Uruguai e Paraguai, a Parmalat também se fez presente.

Os anos 90 marcam um período de transformações no setor leiteiro. Essa década consolida-se como uma época de estabilidade econômica. No primeiro ano de funcionamento do Mercosul como zona de livre comércio e união aduaneira parcial

(1995), as economias do Brasil e Argentina esforçaram-se para consolidar os seus planos de estabilização.

As mudanças sentidas pelos países integrantes do Mercosul decorreram de vários âmbitos: nacional, sub-regional e internacional. No aspecto nacional, as alterações foram refletidas na estabilização da economia, reformas estruturais e queda da inflação, ocasionando aumentos na demanda doméstica de produtos lácteos e gerando uma forte reestruturação e crescimento da produção. Quanto à sub-regionalização, essa criou um cenário favorável ao aproveitamento das economias de escala e concorrência até então inexistente. Por sua vez, na esfera internacional, criou-se uma expectativa de um melhor ambiente internacional que demandasse produtos exportados do Mercosul (NOFAL & WILKINSON, 2000).

"A estabilidade e as amplas reformas econômicas levadas a cabo pelos países membros do Mercosul durante os anos 90 têm propiciado uma redução das taxas de juros e um aumento do crédito e do investimento, tanto externo quanto interno. Isso vem favorecendo notavelmente os setores com vantagens comparativas, como o setor de laticínios, e se traduzindo em aumentos da produtividade e competitividade internacional do setor" (NOFAL & WILKINSON, 2000, p. 245).

A década de 90 criou um cenário favorável para a formação do Mercado Comum do Sul. Esse período superou as dificuldades da década anterior e projetou novos caminhos. O Mercosul representa o novo, o inesperado e despertam-se esperanças em torno das oportunidades que tal processo proporcionará. Sabe-se que as relações comerciais entre os países membros serão intensificadas. Tal processo influi na concorrência de novos mercados, nas decisões de investimento, e incita os produtores a buscarem uma maior organização. No entanto, resta saber quais serão os maiores beneficiados com essa integração.

## ***2.4 Mercosul e o Setor Lácteo***

Com a efetuação do processo de integração, reuniram-se quatro países que possuem características e estruturas distintas em relação ao manejo da atividade leiteira. Enquanto na Argentina e no Uruguai predomina a administração do leite pela indústria, o mesmo não ocorre com o Brasil e Paraguai. Uma vez que nesses dois países uma grande proporção de leite cru não entra no circuito industrial, existe uma grande quantidade de pequenas e médias empresas que atuam informalmente. O mercado informal abriga um número representativo de produtores que estão à margem do processo de integração, caso não haja interesse de reconduzi-los, eles permanecerão alheios ao Mercosul

No comércio de leite dos países integrantes do Mercosul, predominam as relações entre o Brasil e a Argentina. Enquanto o Brasil atua como comprador de leite, a Argentina destaca-se como vendedora do produto. Com a formação do Mercosul, foi ampliada essa relação de compra e venda. O mercado argentino é dependente das exportações destinadas ao Brasil. Segundo GOMES (1997), há tentativas de libertar o mercado leiteiro argentino da dependência do Brasil. Essa preocupação tem ocorrido devido ao expressivo crescimento da produção de leite brasileira, que poderá alcançar sua auto-suficiência deixando assim de ser um demandante dos lácteos argentinos.

O Mercosul implica não só a reunião de países com estruturas distintas na atividade leiteira, como também seus efeitos são percebidos de forma diferenciada sobre esses países. De acordo com NOFAL & WILKINSON (2000), no Brasil e timidamente no Paraguai, o Mercosul tem impactado diretamente o produtor de leite, devido a uma queda no preço do leite, enquanto que, na Argentina e Uruguai os efeitos do bloco têm refletido-se mais intensamente em aumento da produtividade do setor industrial lácteo. Na Argentina, houve uma ascensão induzida pela demanda brasileira ao passo que, no Brasil, houve uma queda de produtividade, devido à maior concorrência e aos menores preços provenientes do Uruguai e Argentina. Os autores destacam que, anteriormente ao Mercosul, já havia uma tendência de preços descendentes, e concluem que, de maneira geral, o Mercosul tende a baixar os preços de forma direta através de uma maior concorrência em nível sub-regional e indireta através da indução de aumentos de produtividade.

Formou-se um novo contexto no qual o governo se afasta e permite que o mercado aja livremente, com isso o produtor de leite brasileiro está tendo de enfrentar a entrada de produtos importados a preços muito baixos. Os produtores que operam em escalas menores terão dificuldades de manterem-se na atividade, já que, com a queda dos preços, a renda auferida tende a não suprir as necessidades básicas desse produtor. Assim, o produtor fica desmotivado, não investe na atividade leiteira e, por falta de alternativas, tende a abandonar o campo e ir em direção à cidade.

A formação do Mercosul implicou uma ampliação do mercado interno para os países membros. A eliminação das barreiras ao comércio possibilitou que as demandas fossem satisfeitas pelo acesso aos produtos exportados. Com a ampliação da oferta de lácteos, intensificou-se a concorrência entre os países membros. Essa concorrência induziu a fortes investimentos de empresas locais e estrangeiras estimulando-se, assim, ganhos de produtividade através de modernização, especialização e incorporação de tecnologias. Nesse sentido, a maior concorrência pode ocasionar a exclusão dos produtores que não se adequarem às novas regras do jogo. Como acima apontado, o Mercosul representa uma ameaça para os pequenos produtores de leite caso não sejam viabilizadas alternativas para esses produtores permanecerem na atividade competitivamente.

Contudo, para GUIGUET & CAPPELLINI (1997), os sócios do Mercosul, quanto ao setor leiteiro, têm apresentado crescimento, modernização e investimentos. Tal situação reflete-se no âmbito geral, mascarando a realidade dos pequenos produtores cujas oportunidades de crescimento são limitadas pela carência de estímulos econômicos e sociais. Não restam dúvidas quanto a ampliação do comércio dos países integrantes do Mercosul no setor lácteo. Os consumidores foram beneficiados nesse processo, visto que alcançaram maior poder de escolha no âmbito qualidade e preço dos lácteos. Por sua vez, para os produtores, a integração representa um desafio e gera inquietações quanto aos benefícios alcançados com o Mercosul. Tornou-se necessário lidar com países de tradição na produção de leite que, muitas vezes, operam com custos menores, possuem vantagens edafoclimáticas, maior especialização e tecnologia.

O Mercosul estimulou os produtores na busca de maior eficiência. A formação desse bloco tem ajudado a criar um clima psicológico de necessidade de mudança. "Muitas vezes, o produtor nem tem a idéia precisa do que seja o Mercosul, mas sabe que

ele é uma ameaça e que, para enfrentá-lo, há necessidade de melhorar sua produção e produtividade" (GOMES, 1997, p. 163). Ressalta-se que, em função da diversidade de produtores que compõem a cadeia leiteira do Rio Grande do Sul, estes reagiram de forma diferenciada a essas mudanças. De um lado, estão os produtores de leite, com grande defasagem tecnológica, baixa escala de produção e produtividade, que necessitam de capacitação técnica e investimento e, de outro, estão os produtores especializados. Os que dispõem de recursos estão investindo na atividade, modernizam sua produção e obtêm maiores ganhos. Os demais, contrariando aqueles que dão como certa sua exclusão da atividade leiteira, permanecem enquanto não possuírem outra alternativa.

A formação do Mercosul é uma resposta criativa à nova dinâmica das economias nacional e internacional. Num espaço de tempo relativamente curto em termos históricos, transformou-se a geografia econômica desse grande espaço sul-americano, projetando-se uma nova entidade comunitária, cujo impacto vai se exercer plenamente nos albos do século XXI (ALMEIDA, 1993). Para VASCONCELOS (1995), é em função desse novo cenário que se intensificam as necessidades de transformações de estruturas produtivas da região integrada, visando torná-las mais eficientes. Isto implica busca por maior produtividade. Todavia, os impactos do Mercosul serão diversos e segundo a região em questão. O Rio Grande do Sul estará mais exposto à concorrência devido à sua maior proximidade geográfica dos países que compõem o bloco, certamente será o mais vulnerável a possíveis desequilíbrios no sistema produtivo e comercial.

Além disso, o Mercosul implicou a ampliação do comércio de lácteos, mas também significou a restrição de produtores. Os produtores julgados ineficientes e pouco especializados foram considerados um entrave para a expansão da atividade leiteira e a sua exclusão vista como inevitável. A formação do bloco é vantajosa para o setor leiteiro, mas com a ressalva que só os melhores produtores, os mais especializados se destacariam. Mas, o que acontecerá com os demais?, quais as perspectivas para os pequenos produtores? Para esses produtores o Mercosul representa mais um desafio a ser superado.

## 2.5 Exportações e Importações de Láceos do Mercosul

Com o advento do Mercosul, as exportações de lácteos tiveram uma notável expansão. No triênio 1986-1988, eram de US\$ 71 milhões e passaram para 139 milhões no período 1991-1993, alcançando o valor de US\$ 350 milhões em 1994-1996. De acordo com NOFAL & WILKINSON (2000), o elevado crescimento dos lácteos é explicado principalmente pelas exportações intrazona<sup>2</sup>, uma vez que essas exportações cresceram 800% entre os triênios 1986-1988 e 1994-1996. Essa informação reforça a importância da formação do bloco como um agente impulsionador das negociações entre os países membros. Tais dados indicam uma tendência da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai de intensificar o comércio entre o bloco.

NOFAL & WILKINSON (2000), ressaltam que a Argentina e o Uruguai foram responsáveis por 99% das exportações lácteas intrazona do Mercosul, no triênio 1994-1996. A Argentina realizou 62% das exportações, coube ao Uruguai 37%. Tal dado demonstra a aptidão desses dois países como grandes exportadores de lácteos do bloco. Posição alcançada devido a diversos fatores que vão desde habilidades naturais, incentivos do governo até investimento na atividade leiteira, que colocam esses países em vantagens intra e extrazona.

Tabela 1 - Exportações de lácteos do Mercosul, Intrazona e Extrazona

Destino	1986-1988		1991-1993		1994-1996	
	US\$ mil	Variação %	US\$ mil	Variação %	US\$ mil	Variação %
Intramercosul	32.203	198%	95.912	202%	289.948	800%
Extramercosul	39.228	12%	43.821	38%	60.386	54%
Intra e Extra Mercosul	71.431	96%	139.733	151%	350.334	390%

Fonte: Nofal & Wilkinson

Por sua vez, as importações totais de lácteos do bloco (intra e extrazona<sup>3</sup>) também aumentaram. No triênio 1986-1988 eram US\$ 142 milhões e alcançaram a

<sup>2</sup> Relações comerciais entre os países integrantes do Mercosul

<sup>3</sup> Relações comerciais com terceiros países, fora do Mercosul



soma de US\$ 248 milhões no período 1991-1993 e US\$ 554 milhões em 1994-1996. Com o crescimento das importações extrazona para o Mercosul, deflagrou-se uma situação deficitária crescente no setor de lácteos dos países que integram o bloco com terceiros países. NOFAL & WILKINSON (2000) alertam que tal situação foi facilitada pela abertura unilateral não discriminatória tanto no Brasil quanto na Argentina. Dessa forma, ressalta-se a importância de políticas governamentais que possam proteger seus países da competição muitas vezes predatória de terceiros países.

Tabela 2 - Importações de lácteos do Mercosul, Intrazona e Extrazona

Destino	1986-1988		1991-1993		1994-1996	
	US\$ mil	Variação %	US\$ mil	Variação %	US\$ mil	Variação %
Intramercosul	32.103	161%	83.802	237%	282.074	779%
Extramercosul	110.727	49%	165.114	65%	272.412	146%
Intra e Extra Mercosul	142.830	74%	248.917	123%	554.486	288%

Fonte: Nofal & Wilkinson

O Brasil é o grande importador do bloco, foi responsável no triênio 1986-1988 por 76% das importações intrazona e 97 % na extrazona. Já no triênio 1994-1996, com o advento do Mercosul, aumentaram as importações intrazona, e diminuíram as extrazona. Manteve-se assim a absorção de lácteos importados de terceiros países. Por outro lado, mesmo sendo um importador de lácteos, o Brasil tem aumentando a sua produção e destaca-se como o maior produtor de lácteos do bloco. Segundo FONSECA & MORAES (1999), a produção de lácteos cresceu cerca de 41% na década de 90, alcançando em 1998 21 bilhões de litros. Tal fato fez com que o Brasil passasse a ser o sexto maior produtor mundial de leite.

Por fim, evidencia-se a Argentina e o Uruguai como os países responsáveis pela maior parte das exportações, sejam elas intra ou extrazona. Por sua vez o Brasil como ainda não conseguiu alcançar a auto-suficiência, destaca-se como o maior importador do bloco. Via importação, o Brasil consegue atender a sua demanda. Contudo, os produtores brasileiros sentem-se prejudicados, uma vez que os produtos importados entram no comércio brasileiro a preços mais baratos, tornando o produto estrangeiro

mais atrativo do que o nacional. É importante destacar que essa competição ocasiona a queda no preço do leite nacional, a desmotivação do produtor que precisa investir na atividade, aumentar a sua escala de produção para poder competir com a Argentina e o Uruguai e vê o preço do seu produto cada vez mais baixo. O Mercosul fez com que o produtor de leite brasileiro tivesse que manter a preferência do seu consumidor, já que surgiu uma imensa variedade de produtos similares, aos mais variados preços e, para isso, é preciso se adequar às novas exigências que implicam uma reestruturação do setor onde são exigidas maior qualidade e produtividade.

Ao comparar as exportações do período anterior e posterior à assinatura do Tratado de Assunção, percebe-se que as trocas comerciais entre os países do Mercosul eram pouco significativas. O comportamento das importações não era diferente. As relações comerciais no interior do Mercosul foram se alterando nos períodos posteriores a 1991. No triênio 1994-1996, o volume das exportações e importações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai apresentou um crescimento notável. É possível identificar que o Mercosul, aos poucos e progressivamente, vai aumentando sua importância entre os países membros. Com a formação do bloco, aumenta consideravelmente o fluxo de comércio entre os países participantes.

## ***2.6 Perfil dos Parceiros Comerciais do Mercosul***

Os países que integram o Mercosul possuem peculiaridades que tornam melhor ou pior o seu desempenho na atividade leiteira. Analisar essas diferenças implica em lidar com uma complexidade de fatores cujos efeitos vão dinamizar o setor leiteiro. O Brasil possui o maior número de vacas leiteiras e a maior produção de leite, no entanto obtém a menor produção litros/vaca/ano e também, um baixo consumo per capita. No ano de 2000 o Brasil expande a produção leiteira para 22,4 bilhões de litros, a Argentina para 10,6 bilhões, o Uruguai 1,4 bilhões e o Paraguai 329 mil (FAO, 2001). Ao analisar cada país individualmente é possível compreender quais fatores contribuem para que uns se destaquem diante de outros.

Tabela 3 - Características da Produção Leiteira do Mercosul 1995

Descrição	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Produção (litros/dia)	7,8 bilhões	17,4 bilhões	430 mil	1,2 bilhão
Nº Vacas leiteiras (mil)	2,38 milhões	19 milhões	517 mil	348
Prod. Rebanho (litros/vaca/ano)	3.500	900	1.850	2.580
Consumo (l/hab/ano)	190	125	56	238
Nº de Produtores	22 mil	1,2 milhão	142 mil	8 mil

Fonte: Nofal & Wilkinson

### **ARGENTINA**

A Argentina possui condições naturais de clima e solo que favorecem a produção leiteira. O rebanho argentino adquiriu uma qualidade genética de grande destaque, obtida através de um intenso programa de inseminação artificial. Destaca-se por ter uma produção de leite especializada e por ser uma região exportadora de lácteos.

No final da década de 80 e início dos anos 90, o setor leiteiro enfrentou uma das crises mais sérias de sua história, em virtude de uma hiperinflação, deterioração dos salários e diminuição no consumo de leite. Tal situação provocou uma sobreoferta de leite, obrigando as empresas a exportarem seus altos estoques. Os resultados econômicos foram negativos, já que os preços vigentes no mercado internacional eram baixos. Esses baixos preços acabaram por desestimular o setor, ocasionando uma retração dos volumes de produção.

No entanto, com o plano de estabilização econômica (1991), conhecido como Plano de Convertibilidade, a situação é revertida. Soma-se à estabilização da economia, as condições naturais, qualidade genética do rebanho e nível de conhecimento técnico dos produtores como elementos estimuladores na evolução e exportação da produção leiteira. Expandiu-se o consumo de leite em função de uma melhora da renda da população.

A Argentina tem no preço da matéria-prima um diferencial que amplia o seu poder de competição no mercado internacional, tal preço é conseguido sem subsídios. Deve-se a condições naturais de clima que a colocam em vantagem perante terceiros

países. Os solos férteis que possui torna viável o sistema de produção de leite baseado em pasto de alto valor nutritivo (GOMES, 1997). Além disso, os argentinos também contam com uma topografia plana que facilita a mecanização, contribuindo assim para diminuir os custos de produção.

A indústria laticinista argentina é muito concentrada. A SanCor, que é uma cooperativa central, industrializa 31% da produção argentina e reúne 100 cooperativas de produtores de leite (GOMES, 1997). Devido ao grande desenvolvimento da indústria leiteira, sobra pouco espaço para o setor informal, na Argentina esse setor é mínimo.

Caso não se mantenha um maior poder aquisitivo da população, o aumento da produção de leite só deverá ocorrer se for destinado ao mercado externo. Para a Argentina, o Mercosul transformou-se no seu principal mercado exportador de lácteos. O setor leiteiro argentino possui uma grande potencialidade que, se for bem conduzida, pode fazer da Argentina uma forte exportadora de leite e derivados (GUIGUET & CAPPELLINI, 1997).

Na segunda metade da década de 90, de modo a alcançar maiores volumes de produção e tornar-se mais eficiente, a indústria laticinista argentina investiu na complementação alimentar que, somada a um rebanho com boa genética e ótimas condições ambientais, resultou em ganhos de produtividade. A transformação quanto a produtividade na pecuária leiteira tem sido marcante na última década. O número de produtores tem diminuído e a produção aumentado, o rendimento por vaca também apresentou um notável crescimento. Além disso, o aumento da produtividade também foi impulsionado por investimentos em equipamentos para refrigeração e na manipulação da forragem (NOFAL & WILKINSON, 2000).

Contudo, o aumento na produção, a especialização de produtores e a incorporação de tecnologia não estão acessíveis a todos produtores de leite argentinos. Nas últimas décadas tem ocorrido a desapareição dos pequenos produtores, a multiplicação das cadeias de supermercado e aumento da concorrência entre as grandes empresas lácteas.

## ***BRASIL***

O setor leiteiro brasileiro é considerado pouco especializado, com baixa tecnologia e ínfima produtividade. Esses seriam os fatores causadores das deficiências do setor. De um lado, tem-se grandes empresas com bom desempenho e, de outro, empresas artesanais. Como são duas realidades distintas, necessitam de políticas diferenciadas. Caso os pequenos produtores não recebam auxílio para superar as suas limitações, eles terão muitas dificuldades para manterem-se em um ambiente tão competitivo. Com a zona de livre comércio, as agroindústrias brasileiras ficaram expostas a uma forte concorrência dos demais países integrantes do bloco.

Em geral na produção leiteira brasileira encontram-se dois tipos de produtores:

- Especializados - a produção é estável durante todo ano, são aqueles que têm alta produtividade e como atividade principal a produção de leite, obtida a partir de rebanhos leiteiros especializados e outros ativos específicos para este fim, tendo investido em *Know-how*, tecnologia, economias de escala e até alguma diferenciação do produto.
- Safristas - produzem muito leite na época das águas e pouco no período seco do ano, não possuem rebanho especializado e têm baixa produtividade. No Rio Grande do Sul denomina-se safrista o produtor que produz muito no verão e pouco no inverno, tal produtor só consegue expandir a sua produção quando as condições naturais de clima são favoráveis.

O setor informal no Brasil é bastante representativo. É responsável por mais de 40% da produção do país, dificultando assim a consolidação da atividade leiteira especializada (NOFAL & WILKINSON, 2000). Esse setor é uma alternativa que possuem os pequenos produtores de atingirem o consumidor sem intermediários, mas representa um comércio de risco uma vez que não se sabe a qualidade do produto que está sendo ofertado. Muitas vezes, esses produtores não possuem a estrutura exigida

pela indústria e não têm como comercializar o seu produto. Implica, ainda, uma forma de obter melhores lucros através da venda direta ao consumidor. E, para o consumidor, é um caminho para adquirir um produto cujo preço é mais acessível. O mercado consumidor de produtos lácteos aceita bem os produtos que lhe são oferecidos pelos produtores informais. Segundo LUPION (1998), o consumidor tem dúvidas a respeito daquilo que a indústria agrega ou retira do leite, e, por outro lado, muitas vezes, ele conhece pessoalmente o produtor que lhe fornece o leite e confia nele. Tal mercado permanece em função da situação de crise que a atividade leiteira tem enfrentado nos últimos anos. No entanto, o setor informal está alheio aos controles de qualidade e sanitário, podendo ocasionar danos a saúde do consumidor. Talvez a melhor forma de reverter esse quadro e impedir que um número maior de produtores se desloque para a informalidade seja através da instituição de prêmios por qualidade, do investimento no aperfeiçoamento de métodos de produção e da melhora na qualidade do produto.

A cadeia leiteira tem passado por profundas transformações nos últimos anos. Para GOMES (1997), os principais determinantes dessas transformações são:

- Liberalização do preço do leite;
- Queda da inflação;
- Maior abertura comercial, especialmente com a efetivação do Mercosul;
- Crescimento da coleta a granel.

O comércio leiteiro ficou caracterizado pela longa história de controle dos preços, sobre produtores e indústria. A intervenção governamental no setor ocorreu de 1945 a 1991. Tal atitude ocasionou um setor deficiente e marcado por crises recorrentes de abastecimentos. Nesse processo não houve ganhadores, produtores e consumidores foram prejudicados. O tabelamento de preços não proporcionou ao consumidor produtos de melhor qualidade, preços e disponibilidade do produto no mercado. Em relação aos produtores, essa política freou a modernização da pecuária leiteira. A política do governo agiu de forma a desestimular o setor lácteo.

Esse cenário é modificado com a implementação do Plano Real (1994) que influenciou a cadeia leiteira. Com a execução deste plano, todos os preços foram liberados. Devido à economia mais estabilizada e à melhora da renda, as classes mais descapitalizadas puderam consumir leite e seus derivados. Ocorreu um significativo crescimento da produção que, segundo NETTO (1996), pode ser explicado pelos seguintes fatores:

- Aumento da demanda, com o fim do imposto inflacionário;
- Baixo preço dos grãos;
- Aumento da produtividade;
- Preços internacionais superiores às médias históricas;
- Maior organização dos produtores.

Por outro lado, houve a retração dos créditos que se tornaram escassos e caros implicando aumento da dívida da maioria dos produtores. Com o câmbio sobrevalorizado, ocorre um estímulo às importações e um entrave às exportações. Esses fatores, entre outros não mencionados, acarretaram incrementos do consumo, crescimento da produção, aumento das importações e um encarecimento da produção (GUIGUET & CAPPELLINI, 1997).

Embora o Brasil seja um dos principais produtores mundiais de leite, ainda apresenta um déficit na produção em relação ao consumo (SOUZA, 1999). Não é auto-suficiente e, para abastecer o seu mercado interno, precisa recorrer a terceiros países. Períodos de estabilização econômica ocasionam aumentos do consumo e bem-estar. Nessa situação, mais pessoas têm acesso ao leite em maior quantidade e melhores preços. A produção leiteira brasileira ainda não está preparada para atender a essa expansão da demanda. A alternativa encontrada é recorrer à importação do produto. Forma-se assim um círculo vicioso: com o crescimento econômico aumenta a demanda interna, a insuficiência da oferta faz com que a alternativa seja a importação de leite e com isso, o produtor nacional é desestimulado. Por outro lado, a produção brasileira tem crescido substancialmente a ponto de almejar tornar-se auto-suficiente em alguns anos.

Existe uma carência de políticas de longo prazo que possam impulsionar o desenvolvimento homogêneo do setor leiteiro. A falta de políticas direcionadas ao pequeno produtor de leite pode levar ao desestímulo, e a saída de muitos produtores da atividade na qual se inserem. Os produtores estão carentes de políticas que possam impulsionar o seu desenvolvimento.

## ***PARAGUAI***

Dentre os parceiros do Mercosul, o Paraguai figura como um dos menores produtores de leite. Nesse sentido, tem um volume de negociação com os outros países em menor escala. Esse país possui a menor disponibilidade de leite entre os integrantes do Mercosul. Portanto, para atender a sua demanda, necessita recorrer às importações de lácteos, tornando-se um comprador em potencial dos demais parceiros.

A produção está concentrada nas mãos de um grande número de produtores caracterizados como safristas, tais produtores não têm a atividade leiteira como exclusiva, eles diversificam a sua produção. Não foram criadas oportunidades para o desenvolvimento da atividade leiteira nesse país, portanto os produtores especializados são em pequeno número. Esse contexto de pouco estímulo ao produtor, assim como a necessidade de diversificar a produção, de modo a obter maiores ganhos, favorece a difusão do comércio informal.

Segundo NOFAL & WILKINSON (2000), a industrialização no Paraguai teve uma dinâmica própria, fruto do hábito de consumir leite cru. Esta prática foi sustentada devido à falta de uma cadeia de refrigeração, tanto no circuito da distribuição quanto na maioria dos lares, freando assim o desenvolvimento do leite pasteurizado e ocasionando uma ociosidade industrial calculada em 60%.

Entretanto, apesar do seu reduzido tamanho, o mercado paraguaio encontra-se integrado na dinâmica do mercado sub-regional do Mercosul. O principal fator que proporciona essa integração é a necessidade de importar dos países do bloco. O Paraguai tem recorrido a compra de equipamentos oriundos dos demais parceiros, formalizou acordos de representação e distribuição de produtos com os países integrantes do Mercosul. Sem pretensões de tornar-se um exportador de lácteos, o



Paraguai usufrui da formação do bloco como comprador que tem facilitada a sua aquisição através da integração dos quatro países.

## ***URUGUAI***

O setor leiteiro é um dos segmentos mais importantes da economia uruguaia devido à sua capacidade de gerar divisas. Segundo SOUZA (1999), a produção uruguaia envolve 34.000 pessoas trabalhando diretamente no setor e exporta um montante superior a 100 milhões de dólares. Em função dessa importância para a economia uruguaia, o governo tem apoiado o setor. Esse país tem uma importante e histórica participação como exportador de leite. Uma única empresa, a Conaprole, concentra quase 90% das exportações.

Em 1995, grande parte das exportações lácteas uruguaias (75%) destinou-se ao Mercosul, nesse ano o principal cliente foi o Brasil. Assim como a Argentina, o Uruguai se sobressai como grande exportador de leite. O Uruguai e a Argentina são os países mais avançados do bloco quanto à qualidade do leite.

Destaca-se, ainda, a produção especializada de lácteos, o dinamismo da produção e a obtenção de altos índices de produtividade. Esse desempenho foi alcançado devido às vantagens em termos de clima mais temperado, de solo mais fértil ou de relevo mais plano. Para VASCONCELOS (1995), em função da qualidade da terra, os solos exigem apenas adubação forte em calcário, e os relevos planos proporcionam mecanização rápida e menos onerosa e também maior durabilidade dos equipamentos. Além disso, os custos da matéria-prima uruguaia para a exportação são um dos mais baixos do mundo, o que o torna um forte competidor para lidar com outros países.

A ausência de multinacionais no setor de laticínios era uma característica do Uruguai que tem sido modificada na última década pela presença da Parmalat e filiais de multinacionais. Em função do processo de globalização, dinamiza-se a infiltração de empresas estrangeiras para competir com as nacionais. Muitas vezes trata-se de uma injusta competição, visto que travam-se "batalhas" com multinacionais que propiciam às suas filiais o que existe de melhor em modernização e tecnologia do setor leiteiro.

O Uruguai tem investido desde os anos 70 na modernização da cadeia leiteira, como resultado tem obtido aumentos de produtividade. Cada vez mais o número de produtores diminui e a produção aumenta. Em relação às vacas, também houve um aumento na produção de leite (NOFAL & WILKINSON, 2000). Essa é uma tendência que, ao longo dos anos, tem-se intensificado. Por outro lado, o destino dos produtores que saem do processo não tem sido muito discutido. Projetam-se melhores desempenhos do setor leiteiro, mas os custos sociais desse processo, geralmente, têm sido ignorados.

## ***2.7 Reflexões sobre os Quatro Países***

O Mercosul foi formado com o intuito de aumentar o poder de barganha dos países integrantes sobre terceiros países e de intensificar as relações comerciais entre os países membros. Com o advento dessa formação, propagou-se a necessidade de ser competitivo e eficiente. Contudo, estão envolvidos países de proporções, culturas e pretensões distintas. Portanto, o êxito da integração está na flexibilidade e empenho dos países para lidarem com as diferenças.

Perante o "consenso" de que no Mercosul se destacarão os países e empresas mais competitivos, torna-se usual o debate sobre a competitividade dos integrantes do bloco. Não há unanimidade quanto ao setor leiteiro brasileiro ser competitivo ou não frente ao Mercosul. Alguns autores destacam a desvantagem brasileira nos custos de produção do leite. Nesse aspecto, a Argentina e o Uruguai apresentam menores custos. Esses dois países têm maiores vantagens em alimentação, sanidade e reprodução do rebanho, tendo em vista as pastagens naturais existentes. Os fatores de produção agrícola no Brasil são até duas vezes mais caros que os vendidos na Argentina e no Uruguai. Os preços dos fatores podem elevar o custo interno de produção e reduzir a competitividade do produto brasileiro, expondo o próprio mercado à concorrência dos produtos importados (SOUZA, 1999).

Por sua vez, WILKINSON (1993) ressalta que existe uma competitividade compensadora dos elos a jusante da produção agrícola brasileira, tanto na produção como no transporte e distribuição, que torna o Brasil competitivo. O fato de o Brasil ser

competitivo no processamento e na distribuição do leite compensa a maior competitividade Argentina na produção pecuária, fazendo com que o produto brasileiro se torne competitivo em nível de consumidor.

Os aumentos de produtividade dos últimos anos e a regionalização do mercado têm provocado uma pressão para baixo dos preços de produtos lácteos. Esta tendência tem sido mais intensa no Brasil. Os países do Mercosul estão atualmente em uma situação de competitividade internacional muito favorável, já que os preços do leite estão não só entre os mais baixos do mundo, mas também, livre de subsídios refletindo as vantagens comparativas que possui o setor.

Além da intensificação da competição entre os países integrantes do Mercosul, outros competidores que começam a se infiltrar são as multinacionais. Essas são atraídas pelo mercado ampliado proporcionado pelo Mercosul. Tal fato modifica a estrutura até então vigente, visto que as multinacionais desarticulam as estruturas tradicionais de comercialização leiteira. A difusão dessas empresas ocasiona a absorção dos empreendimentos nacionais de menor porte. Dessa forma, as multinacionais vão se alastrando e impondo as suas regras ao mercado nacional.

Os países integrantes do Mercosul, com maior ou menor competitividade, possuem características na atividade leiteira que, até então, estão conduzindo as suas relações com os demais parceiros. Destacam-se a Argentina e o Uruguai como exportadores, e o Brasil e Paraguai como importadores de lácteos. Os países exportadores de lácteos do Mercosul têm no Brasil um forte comprador de seus produtos, a manutenção e intensificação dessa relação são uma garantia de lucros. O Brasil é o maior produtor de leite entre os países integrantes do bloco. Entretanto a produção brasileira é insuficiente para abastecer sua população, caracterizando o país como grande produtor que possui subabastecimento e subconsumo. E, ainda, mesmo o Brasil sendo o grande produtor da região, possui um dos rendimentos de produtividade mais insuficientes do Mercosul, o contrário do que ocorre com os produtores uruguaios e argentinos. A Argentina e o Uruguai destacam-se como mais produtivos devido a seu diferencial edafoclimático, por suas políticas tecnológicas e práticas de preços (FERNANDEZ, 1995).

Nos últimos anos, as exportações de leite dos países do Mercosul em direção ao Brasil cresceram significativamente. "Com certeza, tal comportamento se deve ao Mercosul, que garante o livre comércio entre os países membros" (GOMES, 1997, p. 155). A tendência é de intensificação da entrada de produtos importados do Mercosul para o Brasil e esta é a principal questão na área do leite.

Com a formação do bloco, estimulou-se a busca por maior eficiência dos processos produtivos, refletindo, assim, na exclusão de grande parte dos produtores. Tal fato ocorre, uma vez que são poucos os que podem se adequar às novas exigências e permanecer de forma a obter maiores ganhos na atividade leiteira. Segundo PADULA (1999), uma breve análise das produtividades regionais e das características de produção dos dois principais parceiros comerciais do Mercosul (Brasil e Argentina) permite concluir que os produtores que serão mais afetados pelo processo de integração são os pequenos de até 50 hectares e com produtividade inferior a 2.000 litros/vaca/ano.

Sem dúvida, os pequenos produtores de leite estão sendo colocados à margem do processo. No entanto, a sua exclusão não pode ser encarada de forma irreversível. Ao ter conhecimento das deficiências desse setor, é preciso que sejam mobilizadas formas de permitir a sua manutenção, reestruturação e/ou dinamização da atividade leiteira. A impotência diante da exclusão desses produtores é cômoda e irreal, criar alternativas e modelos de desenvolvimento que revertam esse quadro é possível, mas requer vontade e disposição.

Além disso, os mercados no Mercosul estão longe da saturação, há uma demanda potencial insatisfeita que pode ser melhor estimulada. Isso faz com que a atividade leiteira seja atraente e sinalize em direção à necessidade de estimular os produtores para que invistam e expandam a produção de leite.

Em resumo, o que se constata é que o Mercosul estimula os produtores mais especializados que alcançam maiores volumes de produção aos menores custos. Contudo são muitos os produtores que não correspondem a essas expectativas. Essa política implica, de uma maneira geral, o desaparecimento dos pequenos produtores de leite. Todavia, a formação do bloco não precisa implicar ameaça para os produtores menos "competitivos". Torna-se necessário que os governos desses países socorram seus produtores e invistam em projetos de desenvolvimento.

A evolução do mercado de laticínios não pode ser dissociada da situação econômica e social geral. São diversos os pontos que influenciam o setor leiteiro, portanto não é possível restringir a análise, é preciso avaliar todo o contexto no qual está inserido o setor. O Mercosul, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados são alguns dos elementos que alteraram a dinâmica leiteira na última década. Esses fatores não foram percebidos de forma uniforme entre os países membros, já que se trata de realidades, necessidades e panoramas distintos.

Recortando a análise por país, depara-se, no Brasil, com uma diversidade de reações do setor leiteiro ante às mudanças que ocorreram. Os impactos do Mercosul são percebidos de forma distinta nas diversas regiões que compõem o Brasil. Houve aumentos de produtividade, exclusão de produtores e realocação de regiões produtoras, entre outras modificações. O Rio Grande do Sul é considerado o estado mais afetado pela formação do Mercosul devido à proximidade física. Trata-se de um período de intensas mudanças no qual está inserido o produtor de leite gaúcho. Perceber como esse produtor reagiu a essas mudanças e quais são os reflexos para a atividade leiteira no Rio Grande do Sul é o objetivo desse estudo.

## CAPÍTULO III

### TRANSFORMAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

#### *3.1 Produção de Leite no Brasil*

Segundo o Censo Agropecuário de 1996 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1998), do total de 4.859.865 estabelecimentos agropecuários do Brasil, 1.810.041 dedicavam-se, ao menos em parte, à pecuária leiteira. É importante destacar que esse número aglutina todos os produtores, ou seja, os produtores comerciais e aqueles que têm uma ou duas vacas, apenas para subsistência.

O Brasil caracteriza-se por ser um dos maiores produtores de leite do mundo, no entanto apresenta um déficit da produção em relação ao consumo. Essa situação faz com que o país seja um importador de lácteos. O crescimento da atividade leiteira não enfrenta restrições de demanda. As ressalvas são exclusivamente de oferta e de custos de produção. Os montantes importados variam de acordo com aumentos e/ou recuos de consumo ocorridos durante períodos de maior e/ou menor estabilidade econômica do país. Uma economia estabilizada reflete em melhoria do poder aquisitivo da população e, conseqüentemente, em aumentos de demanda.

Segundo informações da LEITE BRASIL (2001), o consumo de lácteos da população brasileira em 1999 foi de 134,7 litros de leite por habitante. Tal consumo ficou aquém do recomendado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição que aconselha o consumo de 146 litros/ habitante/ ano. É necessário destacar que, embora

apresentando déficit em relação ao recomendado, houve um crescimento na década, já que em 1990 o consumo era de 106 litros somente.

Tabela 4- Produção, importação e consumo de leite no Brasil

Ano	Produção (Milhões de Litros)	Importação (Milhões de litros)	Consumo (Milhões de litros)
1980	11.162	774,0	11.936,00
1981	11.324	56,1	11.380,10
1982	11.461	79,3	11.540,30
1983	11.463	192,8	11.655,80
1984	11.933	206,9	12.139,90
1985	12.078	331,0	12.409,00
1986	12.492	2.319,0	14.811,00
1987	12.996	813,0	13.809,00
1988	13.522	214,0	13.736,00
1989	14.095	1.357,0	15.452,00
1990	14.484	906,0	15.390,00
1991	15.079	1.313,0	16.392,00
1992	15.784	276,0	16.060,00
1993	15.591	632,0	16.223,00
1994	15.784	1.250,0	17.034,00
1995	16.474	3.200,0	19.674,00
1996	18.515	2.450,0	20.965,00
1997	18.666	1.930,0	20.596,00
1998	19.327	2.270,0	21.597,00
1999	19.133	2.410,0	21.543,00
2000	22.495	2.000,0	22.089,65

Fonte: IBGE, FAO e SECEX/MDIC

Elaboração: CNA/Decon e Leite Brasil

Obs: Estimativa importação 2000

Com a formação de um cenário favorável, o mercado leiteiro tornou-se mais atraente para os investidores externos e internos (FONSECA & MORAIS, 1999). No Brasil, na última década, ocorreu a introdução e expansão de multinacionais que trouxeram impactos para o setor leiteiro. Essas indústrias têm estabelecido um intenso processo de aquisições e fusões em busca de novos mercados de empresas fortemente regionalizadas, e ainda, modernizado unidades produtoras, ampliado suas fábricas, imposto suas regras, lançado novos produtos. Um exemplo é o leite Longa Vida que conquistou a preferência do consumidor e estabeleceu uma nova dinâmica no comércio leiteiro. Com a incorporação desse leite, modifica-se a natureza do mercado de leite fluido, transformam-se mercados regionais em nacionais e desarticulam-se as estruturas

de comercialização estabelecidas. Por ter superado os problemas de alta perecibilidade, o leite Longa Vida passa a ser vendido fundamentalmente em supermercados e não mais em padarias integrando-se à lógica de distribuição moderna.

Quadro 2- Maiores Empresas de Laticínios – Brasil (1999)\*

Classificação	Empresas/Marcas	Recepção Anual de leite (Mil Litros)
1 <sup>a</sup>	Nestlé	1.335.886
2 <sup>a</sup>	Itambé	797.000
3 <sup>a</sup>	Parmalat	772.699
4 <sup>a</sup>	Elegê	660.209
5 <sup>a</sup>	Paulista	418.591
6 <sup>a</sup>	Batavia	296.737
7 <sup>a</sup>	Grupo Vigor	231.001
8 <sup>a</sup>	Leite Líder	192.000
9 <sup>a</sup>	Fleischmann Royal	184.857
10 <sup>a</sup>	Laticínios Morrinhos	153.284
11 <sup>a</sup>	Centro Leite	140.832
12 <sup>a</sup>	Danone	120.000

Fonte: CNA/Decom; Leite Brasil

(\*) Classificação base recepção em 1999

As empresas multinacionais foram atraídas ao Brasil devido a uma série de transformações que a economia brasileira tem enfrentado na última década: desregulamentação dos mercados, abertura comercial, Plano Real, consolidação do Mercosul, entre outras mudanças. Os efeitos dessas alterações estão atingindo a todos os produtores de leite e levando-os a encontrar formas distintas de adequação. As conseqüências são diversas, como, por exemplo, aumento da concorrência e queda dos preços para o produtor. A oscilação dos preços, os juros altos, a instabilidade das relações com a indústria e o aumento da concorrência via importações são fortes ameaças à estabilidade do setor leiteiro.

Ainda que o setor leiteiro brasileiro tenha de superar inúmeros desafios, gradualmente vem consolidando e ampliando o seu espaço no complexo de lácteos. No início da década de 80, o Brasil ocupava a oitava posição em relação à produção mundial de leite, já no final dos anos 90, o Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo, refletindo, assim, um maior desempenho de um período a outro. Tal informação



indica que a produção nacional de leite dispõe de potencialidade para alcançar maior destaque no mercado internacional.

Tabela 5- Produção de leite no mundo e nos principais países produtores, (1000 l)

País	1981	1999
	Produção	Produção
URSS	88.458	
Estados Unidos	64.930	73.482
Índia	14.406	36.000
Rússia <sup>4</sup>		33.000
Alemanha	32.035	28.300
França	27.411	24.608
Brasil	12.453	22.495
Reino Unido	15.865	15.023
Ucrânia <sup>5</sup>		13.200
Polônia	15.326	12.372
Nova Zelândia	6.683	11.372
Argentina	5.922	9.750
México	7.172	8.885
Mundo	424.094	480.658

Fonte: FAO (2001) dados de 1999.

Dentre os fatores que teriam induzido a este melhor desempenho, destaca-se a liberação no preço do leite, em setembro de 1991. "O sistema de preços livres representa um forte incentivo à modernização da pecuária nacional, tornando-a mais produtiva e competitiva" (GOMES, 1999, p. 17). A intervenção do governo na atividade leiteira ocasionou a desmotivação dos produtores, visto que todos recebiam o mesmo preço pelo produto independente de sua quantidade e qualidade. Nesse sentido, os produtores não se sentiam estimulados para investir no setor.

É importante ressaltar que a política de tabelamento de preços pelo governo pode vir a estimular a produção. Contudo não foi o que ocorreu no Brasil, já que faltou uma política de longo prazo. A produção de leite brasileira dependia, em um momento, do aumento do número de animais, quando o preço do leite estava bom, em outro, de ganhos de produtividade, quando o preço estava ruim (GOMES, 1999).

<sup>4</sup> Antiga União Soviética

<sup>5</sup> Antiga União Soviética

De modo geral, o complexo leiteiro nacional está reagindo e alcançando aumentos de produção e produtividade. Segundo GOMES (1999), tais resultados são reflexos do aumento de vacas ordenhadas, diminuição dos custos de produção e utilização de melhores tecnologias. Outra razão do aumento de produtividade pode ser o melhoramento genético e o manejo mais eficiente. No entanto, apesar de o Brasil ter alcançado na década de 90 ganhos de produtividade devido à utilização de melhores tecnologias na produção leiteira, a pecuária de leite nacional ainda está muito distante dos países mais evoluídos, em relação à produtividade média do rebanho.

A atividade leiteira tem sido exposta a transformações que vão gerar impactos nos vários estados brasileiros de forma diferenciada. Nesse sentido, ocorrem mudanças geográficas na produção leiteira. Enquanto importantes bacias leiteiras tradicionais perdem espaço na produção nacional, surgem novas bacias leiteiras que se destacam. O Brasil possui diversas regiões produtoras de leite cujas bacias são tradicionalmente conhecidas. Entre elas, se sobressai o estado do Rio Grande do Sul, estado responsável, juntamente com as demais regiões (Minas Gerais, São Paulo e Paraná), pela maior parte da produção brasileira de leite.

Os anos noventa marcam a transição dessa disposição costumeiramente definida. Segundo AGROANALYSIS (1998), ocorreu uma alteração no *ranking* brasileiro da produção de leite. No ano de 1997, o estado de Goiás modifica a estrutura até então vigente e desperta atenção a região Centro-Oeste. O melhor desempenho de Goiás deve-se às condições favoráveis de clima e solo para produção de forragens e grãos a preços competitivos, baixo custo de oportunidade da terra, boa localização dos principais centros consumidores e incorporação de um nível tecnológico razoável. A nova alocação é a seguinte: Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. No entanto, a maior parte da produção leiteira, cerca de 70%, ainda, concentra-se nas regiões Sudeste e Sul do país (VASCONCELOS, 1995).

Tabela 6- Produção Brasileira de Leite por Estado (1000 l

Estados	1998**	Varição 98/90 %
Minas Gerais	5.700.987	32,87
Goiás	2.282.630	112,94
São Paulo	2.208.731	12,65
Rio Grande do Sul	2.194.992	51,19
Paraná	1.931.956	66,54
Brasil	20.087.171	38,68

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal \*\* Estimativa FAEG (Federação da Agricultura do Estado de Goiás).

### ***3.2 .Produção de Leite no Estado do Rio Grande do Sul***

Do total de 429.958 estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul, cerca de 187,4 mil tiveram como principal finalidade à produção de leite, conforme informações do Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998).

Em sua maioria, estes estabelecimentos comportam produtores de leite que estão concentrados em pequenas propriedades cujas áreas são de até 50 hectares, como pode ser observado na tabela 7 e são responsáveis pela maior quantidade produzida de leite: 59,46%. Os estabelecimentos de até 50 hectares reúnem 57,82% dos produtores de leite do estado, demonstrando, assim, o predomínio desses pequenos estabelecimentos na produção leiteira no Rio Grande do Sul. É preciso ter claro que estas informações são bastante gerais e não expressam o desempenho dos produtores na produção leiteira. Contudo, pode-se afirmar que, na maioria dessas propriedades, a atividade leiteira desempenha um importante papel econômico e social, uma vez que possibilita a entrada mensal de receita, utilização da mão-de-obra familiar, acesso aos bens essenciais, a sobrevivência da família e a permanência no campo. Essas características agem de forma a amenizar as dificuldades financeiras de muitos produtores de leite da região.

Tabela 7 - Leite de vaca, segundo o grupo de área total em percentual no RS

Grupo de área total (ha)	1985			1995-1996		
	Informantes	Vacas Ordenhadas	Quantidade Mil litros	Informantes	Vacas Ordenhadas	Quantidade Mil litros
Menos de 10	28,84	19,30	19,86	28,78	19,18	17,12
10 a menos de 100	64,29	66,06	68,75	64,18	68,88	72,32
<i>10 a menos de 20</i>	30,82	26,39	28,08	31,26	28,23	28,46
<i>20 a menos de 50</i>	27,00	29,94	31,38	26,59	31,19	33,62
<i>50 a menos de 100</i>	6,48	9,73	9,29	6,33	9,46	10,24
100 a menos de 1 000	6,09	12,31	9,37	6,26	10,20	9,13
1 000 a menos de 10 000	0,75	2,28	1,97	0,72	1,66	1,34
10 000 e mais	0,03	0,02	0,02	0,04	0,04	0,06
Sem declaração	0,02	0,03	0,03	0,05	0,04	0,03
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censo Agropecuário 1985 e 1995-1996

Segundo BASSO e NETO (1999), no Rio Grande do Sul, um número muito grande dos produtores contribui com uma parcela pequena do volume total produzido de leite. Com relação à afirmação dos autores, pode-se constatar, na tabela 7, o contrário. De acordo com os dados, mais da metade da produção do estado é feita pelos pequenos produtores. Esta constatação permite alertar para o fato de um volume significativo da produção ser responsabilidade de um pequeno número de produtores. No entanto, a maioria deles entrega em média menos de 30 litros de leite por dia representando em torno de 15% da produção total, já os que entregam mais de 80 litros diários respondem por aproximadamente a metade da produção recebida pela indústria.

Não restam dúvidas que as indústrias de laticínios priorizam os produtores que alcançam maiores volumes de produção, mas é importante ressaltar a contribuição dos pequenos produtores na produção leiteira como um todo. Esses produtores considerados individualmente impulsionam pouco a atividade leiteira, mas como um todo, por serem em grande número, fortalecem e garantem uma produção expressiva.

Segundo PELLINI (1997), nos últimos anos tem ocorrido a multiplicação do número de pequenos empreendimentos que vendem leite e derivados diretamente ao consumidor. Tal situação decorreria do custo de intermediação do leite entre produtor e consumidor. Com a negociação direta, os produtores conseguem obter um ganho maior, não ficam vulneráveis às exigências das grandes empresas lácteas que adquirem seus produtos. Outra decorrência é o aumento do volume de leite e derivados vendidos sem controle de qualidade de órgãos fiscalizadores (inspeção pública).

A produção de leite tem se mostrado uma das poucas alternativas de reprodução para os pequenos produtores, visto que eles dispõem de pouca terra e possuem recursos escassos. Mas a manutenção desse agricultor é de extrema importância, uma vez que a atividade leiteira possibilita a permanência desses produtores no meio rural, absorve mão-de-obra, permite a utilização de terras "não nobres" e representa a disponibilização do leite a preços mais acessíveis, através da venda direta ao consumidor. Destaque-se ainda que o leite, por apresentar uma entrada de caixa no mínimo mensal, representa uma atividade estabilizadora das unidades familiares de produção.

### ***3.3 Especulações sobre o Futuro dos Produtores de Leite***

De acordo com JANK et alii (1999), a tendência, em um futuro próximo, é a de um menor número de produtores operando com elevados padrões de produtividade e vendendo para um pequeno grupo de grandes empresas com forte presença de capital externo. Da mesma forma BASSO & NETO (1999), alertam que, se for feita uma entrega mínima de 100 litros diários e uma produção média em torno de 150 litros, a produção atual poderia ser atendida por aproximadamente um quarto dos atuais produtores, levando assim ao abandono da atividade a maioria dos produtores de leite. Com essa posição, os interesses da indústria seriam satisfeitos. Mas, torna-se vital, sob o ponto de vista social, propor modelos alternativos que possibilitem a manutenção senão de todos, pelo menos de uma boa parcela dos produtores atuais.

Alguns autores acreditam que os pequenos produtores não permanecerão exercendo a atividade leiteira. Seguindo esse raciocínio, BASSO & NETO (1999) afirmam que muitos analistas do desenvolvimento agropecuário vêem apenas um caminho para os agricultores permanecerem na atividade leiteira, esse caminho passa pela competitividade, eficiência, profissionalização e por maiores escalas de produção.

Tais afirmações necessitam ser esclarecidas, afinal o que é um produtor competitivo e eficiente? O produtor competitivo e eficiente é aquele que alcança altos níveis de produtividade a menores custos. A definição de SANDRONI (1996) de eficiência afirma que, se um trabalhador realizar uma tarefa de acordo com as normas e padrões preestabelecidos, ele a estará realizando de forma eficiente. Por sua vez, a competitividade, para ALBUQUERQUE (1995), está relacionada com a capacidade de sustentar e expandir a capacidade produtiva.

Todavia, tornar-se eficiente e competitivo requer capital, mas são poucos os que possuem recursos para investir no setor leiteiro. A falta de outras alternativas de remuneração faz com que a permanência na atividade leiteira represente a melhor opção para o produtor de leite. Os pequenos produtores rurais, segundo KONZEN (1998), raciocinam diferentemente dos economistas, mais do que visar ao lucro máximo, buscam a sobrevivência.

Através da atividade leiteira, o produtor garante mais que a sua sobrevivência, o leite possibilita uma maior estabilidade para o produtor. A produção de leite age de forma a “tranqüilizá-lo”, já que é a garantia de uma renda ao final de cada mês, indicando menos incertezas que as demais atividades agropecuárias. Dessa forma, o produtor tende a não abandonar a atividade, mesmo que obtenha rendimentos menores.

Outra denominação bastante difundida, como um diferencial entre os produtores, refere-se a maior ou menor especialização dos mesmos. A afirmação de que só os produtores especializados permanecerão na atividade leiteira tornou-se usual. No entanto, quais elementos tornam um produtor mais especializado do que outro? O que é um produtor especializado? A AGROANALYSIS (1998) entende como especializado aquele produtor com alta produtividade que incorpora tecnologia, além disso, obtém uma produção estável durante todo o ano e possui um rebanho leiteiro especializado (vacas de raças européias).

A definição de JANK & GALAN (1997) de um produtor especializado é a do produtor que investiu em tecnologias visando a economias de escala. Da mesma forma, SOUZA (1996) ressalta o nível tecnológico e a forma de manipulação dos fatores produtivos como elementos que tornam uma unidade de produção especializada. O autor também considera sistema de produção especializado aquele no qual a produção leiteira é a principal atividade da propriedade e apresenta algumas características desse sistema:

- Unidades de produção capitalizadas possuem ordenhadeiras mecanizadas, silos, equipamentos e instalações adequadas;
- O produtor possui um comportamento gerencial, a atividade leiteira é vista como uma linha de produção em uma empresa rural;

- O produtor mantém um bom relacionamento com a indústria e com o corpo técnico, não só da indústria como de órgãos oficiais de assistência técnica;
- A produção é especificamente direcionada ao mercado;
- A produção é planejada, através do manejo reprodutivo e alimentar, para permanecer estável durante o ano, ou maior no inverno do que no verão;
- O produtor de leite desse sistema investe habitualmente no setor, geralmente são receptivos a inovações tecnológicas.

Alguns autores contestam a idealização quanto a especialização do produtor. MELLO (1998) questiona as políticas e análises que apontam a eficiência na produção e transformação de leite tendo de passar inexoravelmente pela especialização. Alcançar tal nível de especialização requer disposição e disponibilidade de capital. São poucos os produtores que possuem recursos financeiros para dinamizar a sua produtividade. Exige-se maior qualidade, modernização, especialização dos produtores, mas não são fornecidas as “ferramentas” para obtenção de tais resultados. Além disso, produtores considerados não “especializados” são ineficientes? Em função das limitações às quais são expostos possuem um rebanho não especializado para a produção de leite, trabalham com tecnologia rudimentar, precisam lidar com instabilidade da produção, em suma, trabalham em condições desfavoráveis. Ainda assim, permanecem na atividade, sustentam suas famílias, obtêm renda, e alcançam uma boa produtividade. É necessário destacar que, se trabalhando em condições contrárias, atingem tamanho desempenho, acredita-se que, com incentivos governamentais, formação de associações e cooperativas, tais produtores poderiam dinamizar o setor e alcançar maior destaque na produção leiteira.

A maior especialização não representa garantia de maior produtividade ou maior renda. Portanto, a não especialização da atividade leiteira não implica a exclusão dos produtores. Um sistema que produza em menor escala de produção, com poucos investimentos, sejam eles em tecnologia, instalações, genética de matrizes, rações..., poderá oferecer um patamar de renda satisfatório para a família rural. Produções com menor incorporação de tecnologia podem ser mais produtivas e terem resultados mais favoráveis em comparação à produção mais tecnificada. Tal situação ocorre quando, ao

analisar a produtividade obtida com a tecnologia mais avançada, percebe-se que não houve uma resposta de aumento capaz de compensar os custos mais elevados das práticas novas adotadas.

Os produtores de leite precisam lidar com uma série de empecilhos. É percebido por BASSO & NETO (1999), que no Rio Grande do Sul as principais empresas lácteas utilizam uma política que estimula a concentração da produção em um número cada vez menor de produtores. É adotada uma política de preços que beneficia os produtores que entregam maiores volumes de produção. Essa maneira de agir acarreta vantagens a quem entrega um maior volume de leite, visto que recebe mais pelo litro de leite. Segundo os autores, com essa política, muitos produtores pequenos não terão escolha e abandonarão a atividade produtiva de lácteos.

Não há como discordar que muitos produtores serão prejudicados com a adoção desse método. Por outro lado, tal medida pode estimular os produtores a aumentarem o volume produzido de leite. Através da associação de produtores, investimentos em equipamentos e maior integração às cooperativas, os produtores podem alcançar um melhor desempenho.

### ***3.4 Participação das Microrregiões***

A partir de informações sobre a concentração geográfica da produção de leite, percebe-se a importância de cada microrregião. A ocorrência de menor ou maior participação de uma tradicional bacia leiteira suscita indagações. Tal fato inspira suposições relacionadas à mudança de perfil da microrregião, incorporação de tecnologia, especialização do produtor, profissionalização do setor, redirecionamento da produção, realocação de municípios etc. O setor leiteiro tem experimentado modificações em sua dinâmica que originaram alterações na predominância de uma ou outra bacia leiteira. Novos padrões passaram a ser exigidos e o estado precisou lidar com essas transformações.

Ao analisar as dez maiores microrregiões produtoras de leite, obtidas nos Censos Agropecuários de 1985, comparativamente a 1995-1996 constataram-se algumas variações. Ocorreram mudanças na distribuição espacial e quantidade produzida de leite



no estado. Destaca-se a predominância da microrregião de Lajeado-Estrela, mantendo maiores valores quanto a quantidade produzida de leite em ambos períodos de análise.

Ao criar-se um "ranking" das dez microrregiões de maior importância na produção de leite, de 1985 e 1995-96 podem-se vislumbrar oscilações entre a hegemonia das microrregiões. Das dez microrregiões produtoras de leite, em 1985, predominam as seguintes microrregiões: Lajeado-Estrela, Caxias do Sul, Pelotas, Erechim, Três Passos, Santa Rosa, Frederico Westphalen, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo e Ijuí. No período referente a 1995-1996, as microrregiões mudam suas posições com aumentos e recuos de produção, como, por exemplo, a microrregião de Caxias do Sul deixa de ser classificada em segundo lugar e passa a ocupar a nona posição. O local ocupado por Caxias do Sul passa a ser representado por Santa Rosa, a microrregião de Três Passos também apresenta um notável crescimento e assume a terceira posição. Além disso, começam a ganhar espaço microrregiões que, no primeiro período de análise (1985), não apareciam, como Cruz Alta e Guaporé.

Quadro 3 - Ranking das Dez Maiores Microrregiões em Relação à Quantidade Produzida de Leite

Microrregiões	1985	1995-1996
Lajeado-Estrela	1	1
Caxias do Sul	2	9
Pelotas	3	7
Erechim	4	6
Três Passos	5	3
Santa Rosa	6	2
Frederico Westphalen	7	
Santa Cruz do Sul	8	
Passo Fundo	9	4
Ijuí	10	5
Guaporé		10
Cruz Alta		8

Fonte: Elaboração própria

Ao observar o ranking acima mencionado, percebe-se a perda de posições de determinadas regiões e o predomínio de outras. Todas as microrregiões enfocadas obtiveram aumentos na sua quantidade produzida de um período a outro. No entanto, ocorreram diferenças quanto à proporção desse aumento. Alguns municípios

triplicaram, outros dobraram suas quantidades produzidas de leite, alterando, assim, a posição da microrregião da qual faz parte. Essa afirmação pode ser observada, por exemplo, em relação à microrregião de Santa Rosa que ocupava em 1985 a sexta posição, cuja participação em 1995-1996 alcançou o segundo lugar. Essa maior produção é consequência de aumentos havidos, principalmente, nos municípios de Alecrim, Cândido Godói, Independência, Santa Rosa, Santo Cristo e Tuparandi. Esses municípios expandiram sua produção, sinalizando novos investimentos na atividade leiteira.

Em Caxias do Sul, ocorre o contrário, apesar de ter havido crescimento na quantidade produzida de leite em alguns de seus municípios, foram aumentos pouco significativos, ocasionando perda de posições. Na região de Caxias do Sul, a produção de leite perdeu espaço para o cultivo de hortifrutigranjeiros. Devido à topografia da região ser desfavorável à produção leiteira, está ocorrendo o abandono da atividade. Os municípios que obtiveram maior destaque no período anterior, como Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Flores da Cunha, São Marcos e Vila Flores, passaram a produzir menores quantidades de leite, evidenciando uma tendência à retração da atividade leiteira e a um deslocamento para outras atividades.

A maioria dos municípios que compõe a microrregião de Lajeado-Estrela tornou-se mais produtiva de um período a outro, fazendo com que esta microrregião permaneça ocupando o primeiro lugar quanto a quantidade produzida de leite. Através dessa informação, pode-se supor que estejam ocorrendo investimentos em busca de maior expansão da atividade leiteira na região. A redução na produção de alguns municípios resulta do desmembramento desses em novas regiões que foram emancipadas. Por fim, crescimentos ou quedas na produção refletem a disponibilidade das microrregiões de reagirem às novas demandas que se formaram.

De acordo com o afirmado acima, no estado do Rio Grande do Sul tem havido, na última década, uma realocação de microrregiões produtoras de leite. Na década de 80, destacavam-se microrregiões mais próximas da capital do estado, como Caxias do Sul e Pelotas, essas posições não se mantiveram nos anos 90. Aspectos, como melhoria do transporte e incorporação de maior tecnologia através do leite Longa Vida fizeram com que não houvesse mais a concentração centro-urbano.

As microrregiões localizadas no planalto/noroeste do Rio Grande do Sul, como Santa Rosa, Três Passos, Passo Fundo e Ijuí, aumentaram a quantidade produzida de leite. Tais microrregiões caracterizam-se por tradicionalmente produzirem trigo-soja, no entanto, nos últimos anos, tem ocorrido a diminuição da produção desses cultivos. Essa redução está ocorrendo, visto que os ganhos obtidos nessas culturas não estão sendo suficientes para a manutenção do produtor na atividade rural.

As propriedades das microrregiões acima apontadas são de pequena escala. Nesse cenário, o produto escolhido pelos agricultores para proporcionar uma maior receita tem sido o leite. A redução na produção de trigo causou uma maior disponibilidade de pasto para o gado leiteiro. Uma vez disponibilizada uma maior quantidade de alimento, o gado tende a produzir mais leite o que reflete em maiores ganhos para o produtor e torna a atividade leiteira mais atraente.

No mapa 2 é possível visualizar os deslocamentos de tradicionais microrregiões e a consolidação de novos focos leiteiros no Estado.

## Mapa 2

Considerando as trinta e cinco microrregiões (tabela 8), observa-se uma variação entre as mesmas quanto ao aumento de sua participação na produção de leite. Algumas dessas regiões quase dobraram a quantidade produzida de leite, como é o caso de Carazinho, por sua vez, Cerro Largo, Cruz Alta, Passo Fundo, Santa Rosa aumentaram sua quantidade produzida em mais que o dobro. A microrregião de Ijuí, em 1985, participava em 3,76% da quantidade produzida de leite, alcançando, em 1995-1996, o valor de 5,72%. A microrregião de Não-me-Toque aumentou em três vezes a sua produção de leite.

Tabela 8 - Produção de Leite de Vaca Segundo Microrregiões

PRODUÇÃO								
Microrregiões	1985				1995-1996			
	Vacas Ordenhadas		Quantidade		Vacas Ordenhadas		Quantidade	
	Número	%	Mil litros	%	Número	%	Mil litros	%
Cachoeira do Sul	18.209	1,9	17.853	1,4	13.206	1,3	13.563	0,7
Camaquã	11.669	1,2	12.793	1,0	7.271	0,7	8.821	0,5
Camp. Central	21.301	2,2	18.079	1,4	14.066	1,4	15.741	0,8
Camp.Meridional	21.142	2,2	31.360	2,4	17.281	1,7	34.893	1,9
Camp. Ocidental	32.172	3,3	31.878	2,5	24.326	2,4	28.805	1,5
Carazinho	19.442	2,0	26.274	2,1	26.317	2,6	52.012	2,8
Caxias do Sul	48.864	5,0	80.793	6,3	38.726	3,9	85.524	4,5
Cerro Largo	21.355	2,2	27.585	2,2	32.911	3,3	64.696	3,4
Cruz Alta	20.801	2,1	31.129	2,4	34.611	3,5	87.708	4,7
Erechim	48.575	4,9	63.501	5,0	54.292	5,4	97.213	5,2
Frederico Westph.	40.862	4,2	55.339	4,3	51.241	5,1	81.951	4,3
Gramado-Canela	23.006	2,3	39.382	3,1	15.305	1,5	33.256	1,8
Guaporé	29.922	3,0	47.726	3,7	33.210	3,3	82.980	4,4
Ijuí	30.867	3,1	48.206	3,8	45.110	4,5	107.922	5,7
Jaguarão	7.712	0,8	7.472	0,6	6.616	0,7	6.312	0,3
Lajeado-Estrela	71.045	7,2	116.526	9,1	62.221	6,2	152.007	8,1
Litoral Lagunar	10.268	1,0	12.195	1,0	8.139	0,8	16.205	0,9
Montenegro	26.594	2,7	45.540	3,6	18.312	1,8	41.450	2,2
Não me Toque	8.652	0,9	13.636	1,1	15.383	1,5	46.525	2,5
Osório	21.194	2,2	26.457	2,1	11.051	1,1	14.005	0,7
Passo Fundo	33.168	3,4	48.539	3,8	50.347	5,0	115.016	6,1
Pelotas	53.636	5,5	72.266	5,6	52.406	5,3	94.027	5,0
Porto Alegre	21.988	2,2	38.266	3,0	15.335	1,5	37.773	2,0
Restinga Seca	13.497	1,4	13.526	1,1	13.247	1,3	16.063	0,9
Sananduva	16.340	1,7	19.682	1,5	22.244	2,2	36.040	1,9
Santa Cruz do Sul	42.102	4,3	51.899	4,1	36.998	3,7	53.957	2,9
Santa Maria	29.392	3,0	26.336	2,1	26.365	2,6	32.330	1,7
Santa Rosa	43.505	4,4	57.308	4,5	55.919	5,6	123.615	6,6
Santiago	15.034	1,5	14.296	1,1	17.294	1,7	26.326	1,4
Santo Ângelo	34.118	3,5	40.539	3,2	42.687	4,3	75.758	4,0
São Jerônimo	11.270	1,1	15.076	1,2	6.301	0,6	10.609	0,6
Serras de Sudeste	24.769	2,5	19.181	1,5	15.861	1,6	17.257	0,9
Soledade	10.225	1,0	10.707	0,8	11.318	1,1	16.532	0,9
Três Passos	44.798	4,6	60.778	4,7	59.848	6,0	117.523	6,2
Vacaria	55.296	5,6	38.554	3,0	41.938	4,2	41.223	2,2
Total	982.790	100	1.280.677	100	997.703	100	1.885.638	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985 e 1995-1996

Diversos fatores podem explicar essas alterações na produção, visto que a atividade leiteira apresenta-se, de modo geral, com muitas diversidades. Esses diferenciais estão relacionados ao nível tecnológico, capacitação dos produtores, capacidade de investimento, qualidade do rebanho, organização do produtor, custo da produção, padrão zootécnico do rebanho, disponibilidade de crédito, comercialização e assistência técnica. As informações, referentes a maior adoção de ordenhadeira mecânica na segunda metade da década 90 em relação a de 80, indicam a realização de investimentos na atividade leiteira. Por consequência, requer-se uma maior especialização do produtor para lidar com as novas tecnologias. Aumentos na produção com redução do número de vacas ordenhadas podem ser resultado de vários elementos, como maior qualidade genética do rebanho, mais alimentação e melhor manejo.

Diferenciações em um ou em vários desses elementos implicam maior ou menor produtividade do setor leiteiro. Aspectos como esses podem explicar como duas microrregiões que possuem praticamente a mesma quantidade de vacas a serem ordenhadas venham a produzir quantidades de leite tão díspares. Isso pode ser verificado entre as microrregiões de Vacaria e Pelotas. Enquanto a microrregião de Vacaria ordenha 55.296 vacas e produz a quantidade de 38.554 mil litros de leite, Pelotas por sua vez, ordenha 53.636 vacas e produz 72.266 mil litros de leite. Como se explica o fato de Pelotas, mesmo possuindo um rebanho menor, alcançar maiores volumes de produção? Essas perguntas foram respondidas acima, ou seja, são consequências de uma nova percepção de alguns produtores da importância de aprimorar o manejo do rebanho, já que assim obterão melhores resultados.

As microrregiões que possuem o maior número de vacas ordenhadas em 1985 são respectivamente: Lajeado-Estrela, Vacaria, Pelotas, Caxias do Sul e Erechim. Todas essas microrregiões, com exceção de Vacaria, obtiveram volumes na quantidade produzida de leite maior do que o número de vacas ordenhadas. A microrregião de melhor destaque é Lajeado-Estrela, as demais alcançam ganhos de produtividade menos significativos. Contudo, a microrregião de Vacaria surpreende por alcançar somente a quantidade produzida de 38.554 mil litros de leite, ordenhando 55.296 vacas. Essas informações indicam tratar-se de um rebanho pouco produtivo e/ou de produtores não especializados, ou ainda da utilização de um rebanho de dupla aptidão.

Ao analisar o desempenho em 1995-1996 das mesmas regiões de maior destaque em 1985, percebe-se que essas diminuíram o número de vacas ordenhadas, mas aumentaram a quantidade produzida de leite. Tal fato reforça as afirmações feitas ao longo do texto que indicam maiores investimentos na aquisição de rebanhos de melhor qualidade que estão sendo melhor alimentados e, assim, produzem mais. No entanto, aumentar o tamanho do rebanho também é uma prática bastante usual, dentre as microrregiões analisadas, quem adotou esse método foi a região de Erechim. Assim, essa microrregião optou por expandir sua produção através da ampliação de seu rebanho. Com relação à qualidade do rebanho, Erechim possivelmente investiu em um gado leiteiro de maior qualidade genética o que pode ocasionar, no futuro próximo, aumentos de produção com redução do rebanho.

Evidencia-se pelos dados que, na segunda metade da década de 90, formou-se uma maior concentração das microrregiões. A maior produção de leite está reunida na região do Planalto. No período anterior, havia uma maior dispersão das principais regiões produtoras de leite. O crescimento da região do Planalto é devido à expansão da atividade leiteira nas suas microrregiões. É, nessa região, que estão mais da metade do número de vacas ordenhadas do Estado. Como consequência, é, também, dessa região que provém mais da metade da produção estadual de leite no período 1995-1996.

Constatam-se diferenças significativas de produtividade entre as microrregiões do Rio Grande do Sul. A produtividade mais alta, em 1995-1996, está próxima de 3.000 litros por ano por vaca ordenhada em algumas regiões, enquanto em outras permanece abaixo de 1.000 litros anuais. No período anterior, o desempenho da produtividade era menor, chegava-se no máximo perto dos 2.000 litros por ano por vaca ordenhada, demonstrando, assim, o ganho de produtividade de determinadas microrregiões de um período a outro. Dentre as microrregiões, as que apresentaram maior produtividade de 1985 a 1995-1996, por ordem decrescente, são Não-me-Toque, Cruz Alta, Guaporé, Santa Rosa, Ijuí, Passo Fundo e Lajeado-Estrela, todas alcançaram uma média acima de 2.000 litros em 1995-1996. Além disso, havia microrregiões que, na segunda metade dos anos 80, não alcançavam a produtividade de 1.000 litros. No entanto, essa situação reverteu-se nos anos 90, como é o caso de Santiago, Campanha Central, Santa Maria, Serras de Sudeste, Campanha Ocidental, e Cachoeira do Sul que obtiveram melhor desempenho.



### ***3.5 Tamanho dos Estabelecimentos, Vacas Ordenhadas e Quantidade Produzida de Leite***

Diferentes estratos de tamanho de propriedade determinam a capacidade física que tais estabelecimentos podem alcançar na produção de leite. Na atividade agropecuária, o tamanho dos estabelecimentos e o sistema de produção adotado tendem a determinar a escala, combinação de atividades, influir sobre tecnologias e custos de produção. Contudo, propriedades com mesma área, mas com tratamentos diferenciados tendem a alcançar resultados distintos. Portanto, fatores relacionados à dedicação, empenho e disposição colocam em evidência determinados produtores. Tais produtores, comparados a outros que possuam o mesmo nível de modernização, mas diferente sinergia com a atividade leiteira, obtêm como resultados de sua produção melhores índices de produtividade.

KONZEN (1998) analisa as décadas de 1980 e 1990 e conclui que os aumentos ocorridos na produção de leite do Rio Grande do Sul decorreram de aumentos do rebanho e não de aumentos de produtividade. Os primeiros anos da década de 90 sinalizavam em direção a uma melhora na expansão física e também produtiva da atividade leiteira. O autor também afirma que apenas parte dos produtores de leite aderiram a melhoria tecnológica do rebanho. Dessa forma, o aumento de produção, para a maioria dos produtores, permanece restrita ao aumento do rebanho. No entanto, os dados, apresentados no presente estudo, contrariam as percepções de KONZEN. Ao analisar as informações contidas na tabela 8, percebe-se que os aumentos de produção não estão resultando somente de aumentos no rebanho, como, por exemplo, o caso de Lajeado-Estrela que, mesmo diminuindo o rebanho, alcançou aumentos na produção de leite.

Outra prática bastante difundida, de uma década a outra, é a utilização de ordenhadeira mecânica, indicando investimentos na atividade leiteira. Os produtores estão dispostos e conscientes das vantagens de possuírem rebanhos mais especializados e de modernizar a atividade leiteira, contudo são poucos os que possuem disponibilidade de capital para alcançar esses objetivos.

Da mesma forma que as informações apresentadas no trabalho, AGROANALYSIS (1998) acredita que a tendência já difundida e que deve se propagar ainda mais é a da queda do número do rebanho de vacas ordenhadas, mas com aumento

de produtividade. Tal fato seria decorrente do aumento no número de ordenhadeiras mecânicas instaladas nas propriedades especializadas, sinalizando, assim, uma maior especialização do produtor.

Outra questão que tem sido constantemente discutida é se a permanência do produtor de leite na atividade está ou não condicionada à sua capacidade de investir no setor. A pecuária leiteira é percebida por SOUZA (1996) como uma atividade que depende de investimentos cujos retornos requerem longos períodos de maturação. Portanto, necessitam de instrumentos de política que tornem viável a modernização da atividade e proporcionem ganhos significativos de produtividade. É preciso que sejam criadas oportunidades que viabilizem a permanência e expansão do produtor de leite. Sabe-se que são poucos os produtores que conseguem incrementar a produção leiteira, seja por questões relacionadas à qualidade da terra, disponibilidade de mão-de-obra ou capacidade de melhorar ou ampliar o rebanho leiteiro. Não havendo oportunidades de investir e desenvolver a produção leiteira, o produtor mantém-se na atividade garantindo uma remuneração mínima necessária a sua sobrevivência.

Por fim, o leite pode desempenhar o papel de “produto âncora” ao permitir a sua articulação com atividades agrícolas complementares no interior dos estabelecimentos e, em consequência, ampliar as possibilidades de reprodução dos mesmos através de algum grau de diversificação produtiva. A atividade leiteira propicia liquidez para quem o mercado financeiro não constitui opção de investimento; o rebanho é um ativo facilmente realizável; e a mão-de-obra que não tem outra oportunidade de trabalho encontra na atividade leiteira uma fonte de emprego.

De posse dessas informações, buscam-se elementos na tabela 9 que possam caracterizar os produtores de leite do Rio Grande do Sul. Essa tabela demonstra a predominância de proprietários em relação às demais condições dos produtores. Semelhante informação pode ser um indicativo de maior propensão a realizar investimentos na propriedade, por ser o produtor o detentor da mesma. O ato de investir na atividade leiteira, segundo AGROANALYSIS (1998), implicaria melhora genética do rebanho, produção intensiva de forragens com adubação e calagem de pastagem, aperfeiçoamento do manejo, mecanização, maior higienização da ordenha e organização dos produtores em sindicatos e cooperativas.

Tabela 9- Leite de Vaca, Segundo a Condição do Produtor e Grupo de Área Total no RS

	1985			1995-1996		
	Informantes	Vacas Ordenhadas	Quantidade (mil litros)	Informantes	Vacas Ordenhadas	Quantidade (mil litros)
Totais	326 408	982 790	1 280 804	285 061	996 703	1 885 640
Condição do produtor						
Proprietário	276 402	861 454	1 127 222	250 343	895 370	1 702 014
Arrendatário	11 783	33 442	44 307	11 227	37 840	73 139
Parceiro	18 861	38 847	48 437	11 024	29 255	51 444
Ocupante	19 362	49 047	60 837	12 467	34 238	59 042
Grupos de área total (ha)						
<i>Menos de 10</i>	94 135	189 726	254 372	82 042	191 145	322 746
Menos de 1	4 410	7 822	13 252	2 705	5 608	10 929
1 a menos de 2	5 740	9 518	14 109	4 466	8 706	15 481
2 a menos de 5	26 605	49 633	64 646	23 648	52 013	79 520
5 a menos de 10	57 380	122 753	162 364	51 223	124 818	216 816
<i>10 a menos de 100</i>	209 857	649 216	880 521	182 965	686 480	1 363 678
10 a menos de 20	100 603	259 339	359 633	89 105	281 362	536 743
20 a menos de 50	88 115	294 259	401 903	75 801	310 819	633 991
50 a menos de 100	21 139	95 618	118 984	18 059	94 299	192 944
<i>100 a menos de 1 000</i>	19 892	120 939	120 038	17 845	101 681	172 240
100 a menos de 200	9 173	50 097	53 837	8 115	44 226	78 346
200 a menos de 500	7 305	46 507	43 690	6 703	38 232	63 384
500 a menos de 1 000	3 414	24 335	22 510	3 027	19 223	30 510
<i>1 000 a menos de 10 000</i>	2 447	22 453	25 289	2 048	16 595	25 293
1 000 a menos de 2 000	1 742	14 987	16 177	1 508	10 400	16 107
2 000 a menos de 5 000	643	6 530	7 952	496	5 767	8 449
5 000 a menos de 10 000	62	936	1 159	44	428	737
<i>10 000 e mais</i>	9	207	251	10	415	1 133
10 000 a menos de 100 000	9	207	25145	10	415	1 133
100 000 e mais	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	68	249	330	151	387	549

Fonte: Censo Agropecuário 1985 e 1995-1996

Conforme é demonstrado na tabela acima, para ambos os períodos, o estrato de área que possui o maior número de vacas ordenhadas e quantidade de leite produzido está concentrado entre 10 a menos de 100 hectares. Recortando esse grupo de área, percebe-se o predomínio de 10 a menos de 50 hectares, tanto na segunda metade da década de 80 quanto na de 90. Esses dados reforçam as afirmações apresentadas no decorrer deste trabalho que destacam o predomínio de estabelecimentos desse tamanho no Rio Grande do Sul. O grupo de área de 10 a menos 100 hectares corresponde em 1985 a 66,06% das vacas ordenhadas, enquanto 10 a menos de 50 hectares juntos representam 56,33%. No período posterior de análise, acentua-se o predomínio do estrato de área de 10 a 100 hectares respondendo por 68% do número de vacas ordenhadas.

Ao analisar o estrato de área que concentra a maior produção (10 a menos de 100 hectares), percebe-se um aumento pouco expressivo na participação de vacas ordenhadas de um período a outro, 649.216 (1985) para 686.480 (1995-1996) vacas, no entanto, obtém-se um bom crescimento quanto ao volume produzido de leite, de 880.520 para 1.363.678 mil litros. Essa informação indica a aquisição de rebanhos mais especializados e a utilização de novas técnicas, como a ordenhadeira, obtendo como resultados aumentos de produtividade.

Apesar de a realização desses investimentos no setor leiteiro ter proporcionado melhoras na produção, cabe ressaltar que nem todos os produtores especializados, necessariamente, alcançam elevadas produtividades, visto que a maior especialização acarreta maiores investimentos e altos custos que nem sempre trazem o retorno esperado. A utilização ineficiente e excessiva de mão-de-obra ou dimensionamento do capital físico acima das necessidades constituem em custos que podem tirar a rentabilidade da atividade.

### **3.6 *Nível Tecnológico***

Um ponto interessante relacionado à pecuária leiteira diz respeito à incorporação de tecnologia. Na percepção de VEIGA (1997), os primeiros produtores a inovarem tecnologicamente alcançam ganhos maiores, diminuem seus custos e se consolidam na atividade. Por sua vez, os produtores que não conseguem reduzir seus custos, se inviabilizam na atividade e tendem a deixá-la. Como já abordado anteriormente, os produtores não abrirão mão da atividade leiteira, já que estão acostumados a lidar com severas restrições: áreas escassas e/ou pouco produtivas, tecnologias rudimentares e baixos rendimentos. A pecuária leiteira é uma atividade penosa, abrange não só criação e reprodução, mas também produção, requer duas ou três inexoráveis ordenhas diárias, sem possibilidade de cancelamento ou adiamento. Esses produtores estão conseguindo superar as dificuldades e tornando viável a sua manutenção no meio rural.

Segundo JANK & GALAN (1997), à medida que se for propagando o desenvolvimento tecnológico, muitos produtores não se adequarão e seus sistemas de produção se tornarão inviáveis. Da mesma opinião, para SCHWEINBERGER &

MORAIS (1997), o setor leiteiro está se direcionando à diminuição dos produtores de leite. Devem permanecer na atividade somente os produtores profissionalizados que consigam enfrentar a concorrência e busquem qualidade técnica. Tamanhas afirmações refletem o descaso com os produtores que não se adequem às novas exigências. É inviável para a maioria dos produtores gaúchos, tendo em vista a pouca disponibilidade de recursos, alcançarem, imediatamente, altos padrões de tecnologia em suas propriedades rurais.

Além disso, há uma diversidade de sistemas e tecnologias existentes entre os produtores de leite, a utilização de um ou outro dependerá do contexto no qual estão inseridos. Deve-se destacar que não existem, a priori, produtores bons, eficientes e viáveis e outros que são inviáveis, na verdade, trata-se das oportunidades e circunstâncias oferecidas (BASSO & NETO, 1999).

Para FERNANDEZ (1995), a atividade leiteira apresenta-se, de modo geral, com baixo nível tecnológico, deficiências de capacitação dos produtores e pouquíssima capacidade de investimento. Contudo, indo contra essa perspectiva negativa, a segunda metade dos anos 90 marca a obtenção de maiores volumes na produção, resultado não só de aumentos do rebanho. Além disso, esse período sinaliza modificações em termos de volume e qualidade, como a aquisição de rebanhos especializados. Portanto, constata-se uma tendência ao investimento no setor leiteiro e disposição dos produtores a se adaptarem às mudanças.

Um novo fator que vem ameaçando o pequeno produtor de leite é o sistema de coleta a granel implementado pela indústria. Esse novo processo de coleta requer altos investimentos, e a difusão dessa nova prática poderá restringir a permanência de produtores menos capitalizados. A indústria pode se recusar a receber leite que não seja recolhido em tanques de resfriamento, o menor tanque disponível no mercado comporta 200 litros, custa caro e demanda fonte regular de energia elétrica. Segundo SZUHANSKY (1998), atualmente a estrutura utilizada pelas empresas que estão sob inspeção federal é composta de 86 postos de resfriamento, 28 usinas de beneficiamento e oito fábricas distribuídas em diversas regiões do estado. Para KRUG (1998), a produção de leite na região sul do Brasil estará modernizada até julho de 2002, ocorrerão mudanças relacionadas às exigências de produção, transporte e conservação.

E ainda, o leite deverá ser resfriado e sair da propriedade em carros tanques isotérmicos, transportado a granel.

Conforme afirmam JANK & GALAN (1997), a granelização representa, em médio prazo, a inevitável seleção de produtores. Para os autores, só os produtores especializados se adaptarão às novas regras, os demais deverão deixar de produzir o leite, ou seja, tendem ao desaparecimento. De maneira contrária a essa posição, MELLO (1998) admite que muitos avanços técnicos na agricultura têm aumentado a produtividade do trabalho e liberado mão-de-obra. Mas argumenta que a granelização da atividade leiteira é um processo que apenas facilita o transporte e diminui as possibilidades de contaminação do leite. Assim, a adoção dessa tecnologia praticamente não aumenta a produtividade física da atividade. O autor vai além e alega que, com o uso dessa tecnologia, o aumento da eficiência do trabalho na produção de leite, se existe, é insignificante.

SOUZA (1996) descreveu procedimentos tecnológicos mais comuns encontrados no sistema de produção especializado, são eles:

- Preocupação com a sanidade do rebanho, controle de doenças e aplicação de vacinas;
- Controle da alimentação, utilização de calagem e adubação, análise do solo, utilização de sementes selecionadas para implantação das pastagens;
- Fiscalização sobre a reprodução, planejamento das parições, utilização de inseminação artificial;
- Utilização de ordenhadeira mecânica;
- Criação do terneiro garantindo um melhor desenvolvimento do mesmo.

Os produtores que não atenderem a essas "necessidades" serão considerados atrasados e representarão um empecilho para o desenvolvimento da cadeia produtiva

leiteira. O futuro do pequeno produtor de leite, segundo JANK & GALAN (1997), depende da racionalização das linhas de coleta, de qualidade na matéria-prima, redução nos custos de transação, granelização e refrigeração, economias de escala e regularidade de oferta. Essas exigências não poderão ser cumpridas por todos os produtores e, fatalmente, atuam em direção ao desaparecimento do pequeno produtor. Esses enfrentam dificuldades como a falta de investimentos, que se torna um limitante à obtenção de maior produtividade. Torna-se necessário um plano de desenvolvimento orientado para o pequeno produtor, de modo a permitir não somente a permanência na atividade, mas a sua expansão e obtenção de uma renda familiar satisfatória.

LAUSCHNER et alii (1997) acreditam que entre os produtores vão originar-se diferenças resultantes da incorporação ou não de tecnologias. Na medida que a adoção de melhorias tecnológicas e utilização de maiores escalas reduzirem os custos, serão privilegiados os grupos mais dinâmicos, que agirem rapidamente e adotarem novas práticas na produção de leite. Dentro dessa lógica, os produtores que não dispõem de condições para realizar os investimentos necessários para tecnificar sua produção estarão permanentemente em prejuízo.

Entende KONZEN (1998) que, em geral, aumentos da oferta total do produto por estabelecimentos estão associados a aumentos na escala de operação da atividade e a modernização tecnológica. A obtenção de maior produtividade seria fruto da mudança tecnológica, no entanto poucos produtores incorporam novas técnicas e insumos modernos. No Rio Grande do Sul, utilizam-se diversificadas tecnologias que originam diferenças quanto a produtividade e escala de produção.

"A tecnologia atua diretamente sobre a produtividade e, em decorrência, sobre a rentabilidade. Uma tecnologia adequada é fundamental para uma produtividade alta, mas, não é por si, condição suficiente para maior rentabilidade de cada um dos fatores associados a produção. Além disso, se a tecnologia mais avançada requer uma escala maior da atividade para se tornar rentável, pode ser que uma inadequação da escala de produção tecnificada, por escassez de algum dos fatores, geralmente capacidade de investimento pode proporcionar ao produtor renda menor do que uma tecnologia menos avançada" (KONZEN, 1997, p. 44).

O tipo de tecnologia que tem sido desenvolvida impele a uma competição entre produtores. Há uma grande apologia de que os melhores, mais aptos, mais eficientes, terão melhores resultados. No entanto, tal competição tornou-se excludente. O produtor que incorpora apenas parcialmente a tecnologia "recomendada" necessita empregar mais mão-de-obra e, por conseqüência, despense de uma maior quantidade de capital. No entanto, se a mão-de-obra utilizada for familiar e não remunerada seus custos são menores. Os pequenos produtores, aqueles que retardam as modificações de seus processos produtivos, são excluídos da atividade. "A lógica está em que as tecnologias mais avançadas, se adotadas dentro de uma escala adequada de produção, reduzem os custos e com isto aumentam a lucratividade" (KONZEN, 1998, p. 47).

Ao comparar o sistema tradicional e especializado, percebe-se que, caso o produtor leiteiro produza a mesma quantidade de leite em ambos os sistemas, a renda familiar auferida por esse produtor no sistema tradicional será maior do que no tecnificado. A renda familiar do leite aumenta com a incorporação de tecnologia, desde que a produção seja realizada em maiores escalas, uma vez que se necessita da mesma quantidade de mão-de-obra, uma vez que a produção tecnificada é poupadora de mão-de-obra, comparativamente à tradicional.

Portanto, deve-se ter cuidado com prognósticos que afirmam existir um caminho único e inevitável: o desaparecimento de produtores não tecnificados. A seleção e o desaparecimento de grande parte dos produtores de leite gaúcho pode ser impedido, sim, desde que haja interesse político em fazê-lo, que os produtores se organizem e não permitam a sua exclusão do processo como se fossem um obstáculo à modernização da pecuária leiteira. Entende MELLO (1998, p. 82) "... que a maior parcela dos problemas internos das pequenas propriedades é muito mais resultado do clima sócio-institucional que lhe é alheio e hostil e sobre o qual têm pouca influência". Os pequenos produtores de leite precisam ser estimulados, pois assim serão capazes de gerar importantes ganhos de produtividade e tornarem-se eficientes na produção leiteira.

A segunda metade dos anos 90 assinala um crescimento notável na utilização de ordenha mecânica comparativamente ao período anterior. Conforme é demonstrado na tabela abaixo, utilizavam a ordenha mecânica, em 1985, somente 4.323 dos informantes e não a utilizavam 322.085. Em 1995-1996, o quadro foi alterado, 65.810 dos informantes passaram a utilizar esse mecanismo e 219.251 não o empregam em suas



propriedades. A disseminação de tal processo fica evidente quando se compara o número de vacas que passaram a ser ordenhadas por esse método. Enquanto em 1985 equipamentos de ordenha eram utilizados em 53. 437 vacas, na década posterior esse número aumentou para 342. 640 vacas ordenhadas.

No entanto, os dados demonstram que, apesar de ter havido um crescimento na utilização de tal mecanismo, em 654.063 das vacas ordenhadas, ainda não se utiliza a ordenha mecânica. Portanto, tem-se um longo caminho a percorrer de modo a tornar-se uma prática usual entre os produtores gaúchos.

Tabela 10 - Leite de Vaca Segundo a Ordenha Mecânica e Grupos de Cabeças de Vacas e Bovinos no RS

LEITE							
PRODUÇÃO							
1985				1995-1996			
	Informantes	Vacas Ordenh.	Quantid (mil litros)		Informantes.	Vacas Ordenh.	Quantid. (mil litros)
Totais	326 408	982 790	1 280 804	Totais	285 061	996 703	1 885 640
Ordenha mecânica				Ordenha mecânica			
Sim	4 323	53 437	124 973	Sim	65 810	342 640	896 044
Não	322 085	929 353	1 155 831	Não	219 251	654 063	989 596
Grupo de cabeças de bovinos				Grupo de vacas ordenhadas			
Menos de 10	183 873	332 636	435 584	1	80 021	80 021	116 766
10 a menos de 20	86 498	307 071	423 827	2	67 864	135 728	197 648
20 a menos de 50	32 059	175 161	241 408	De 3 a 5	91 640	346 130	592 461
50 a (-) de 100	9 430	62 619	73 503	De 6 a 10	36 393	268 784	563 477
100 a (-) de 200	5 591	39 848	40 656	De 11 a 20	7 658	107 772	271 672
200 a (-) de 500	4 778	34 392	33 779	De 21 a 30	988	25 123	66 940
500 a (-) de 1000	2 250	16 471	15 540	De 31 a 50	350	14 030	38 581
1000 a + de 2000	1 537	13 773	15 475	51 e mais	147	19 115	38 096

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985 e 1995-1996

A maior utilização da ordenha mecânica, para SOUZA (1996), deve-se a uma maior média na produção diária de leite que não pode ser operacionalizada sem o uso dessa tecnologia e representa, também, um maior grau de capitalização do produtor. A adoção dessa prática demonstra a disposição de inovar, modernizar e incrementar a

produção de leite. Por fim, há interesse dos produtores em desenvolver a atividade leiteira, mas muitos estão impossibilitados de fazê-lo por falta de recursos.

As informações da tabela 10 requerem um maior cuidado em sua análise, visto que o censo agropecuário de 1985 trata de bovinos em geral, enquanto o de 1995-1996 refere-se especificamente a vacas. Observa-se o predomínio em 1995-1996 de um número pequeno de vacas entre 3 a 5, responsável pelo maior volume produzido. Esse indicador demonstra o predomínio de pequenas propriedades que comportam poucos rebanhos leiteiros. Tais rebanhos são responsáveis por 592.461 mil litros da quantidade produzida de leite.

Logo a seguir, alcançando o volume de 563.477 mil litros estão os grupos de até 10 vacas. Essa informação confirma a hegemonia dos pequenos grupos e indica uma maior especialização do rebanho, já que poucas vacas contribuem para os maiores volumes produzidos de leite. A mesma análise não pode ser feita em 1985, uma vez que neste ano estão agrupados todos os bovinos. No entanto, mesmo tratando-se de bovinos como um todo pode-se perceber como se sobressaem os grupos de 10 bovinos, alcançando 435.584 mil litros. Na seqüência, os grupos de até 20 bovinos com o volume de 423.827 mil litros. Há exemplos concretos, alega MELLO (1998), de que agricultores que hoje têm duas ou três vacas e um mínimo de apoio institucional podem produzir com competitividade. Ambientalmente, essa produção pode ser tão ou mais adequada que a especializada. Socialmente evitam o êxodo rural e garantem uma renda mensal, já que esses estabelecimentos que atualmente possuem duas ou três vacas representam a manutenção e sobrevivência de diversas famílias.

Ao comparar as transformações ocorridas de 1985 a 1995-1996, percebe-se um período caracterizado por duas situações: aumentos de produtividade das microrregiões, de um lado, e de outro, aumento de investimentos por parte dos produtores. Chama atenção o aumento de utilização de ordenhadeira mecânica, o aumento de produção com a diminuição do número de vacas ordenhadas correlacionado à maior especialização dos rebanhos. De posse dessas informações, pode-se afirmar, assim, que aumentos de produção não estão resultando somente de aumentos do rebanho. Além disso, as microrregiões que optaram pelo aumento do rebanho dobraram a sua produção, indicando a aquisição de rebanhos mais produtivos. É importante destacar, dessa forma, a combinação de investimentos, maior especialização do produtor e do rebanho. Tal fato

sinaliza a disposição dos produtores em investir na atividade leiteira, desde que possuam meios para tal.

Com base no que foi discutido no capítulo, percebe-se que o setor leiteiro de uma década a outra se modificou. Pode-se destacar, de modo geral, aumentos na produção, maior uso de tecnologias, realocação de regiões produtoras, intensificação da competitividade e aumentos de produtividade. Diversos fatores contribuíram para essas transformações, como por exemplo: aumento da demanda decorrente do período de estabilização inflacionária e melhora da renda per capita, desregulamentação dos mercados e abertura comercial ao exterior. Além disso, como acima apontado, destaca-se a formação do Mercosul. Com o advento desse bloco, criou-se uma nova dinâmica na atividade, a abrangência do mercado deixa de ser regional. O leite proveniente de regiões mais distantes dos centros consumidores passa a ter maior poder de competitividade.

O Rio Grande do Sul por ser um dos principais estados produtores de leite do Brasil, compartilha os reflexos dessas evoluções. Torna-se fundamental o entendimento dos novos padrões exigidos, para que o estado possa lidar com essas transformações. A avaliação das estratégias a serem seguidas depende do contexto e caracterização da realidade onde está inserido o produtor leiteiro gaúcho. Analisa-se, no próximo capítulo, de que forma os produtores que estão inseridos nesse processo de mudanças compreendem a sua realidade, quais são os seus temores e percepções.

## CAPÍTULO IV

### PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES DE LEITE

O setor leiteiro está passando por transformações que incluem novas demandas e exigências. É o objetivo do presente capítulo analisar de que forma as pessoas envolvidas nessa atividade estão enfrentando esses desafios. Nesse sentido, buscou-se contemplar as percepções de produtores, de lideranças sindicais e cooperativas, da indústria e de pesquisadores que se dedicam ao estudo desse setor.

Mais da metade dos entrevistados permanece residindo no município onde nasceram, demonstrando como é forte o vínculo com a região, e sugerindo que esses produtores podem ter herdado a profissão dos pais e não de tê-la escolhido em função das suas próprias aptidões. Quanto ao tamanho das propriedades, 36 dos entrevistados possuem propriedades de até 50 hectares, confirmando o que foi afirmado no capítulo anterior, ou seja, o predomínio de estabelecimentos desse porte no estado do Rio Grande do Sul. Outra constatação é o grande número de produtores que são proprietários das propriedades nas quais residem, cerca de 37 dos entrevistados o são. Mais da metade dos entrevistados não empregam nenhum funcionário, somente os integrantes da família lidam com a atividade. Segundo os entrevistados, isso ocorre em função de dois fatores: a dificuldade de encontrar mão-de-obra, e também devido ao pouco ganho obtido com o leite, tornando inviável a contratação de mão-de-obra extra.

A atividade leiteira, em um primeiro momento, era exercida só pelas mulheres da casa, mas, à medida que foi aumentando sua importância como geradora de renda na

propriedade, despertou o interesse masculino, tornando-o um participante mais ativo da atividade leiteira. Essa atividade sempre foi considerada “leve”, por isso uma atividade que deveria ser exercida pelo lado “frágil” da família, as mulheres. Tal concepção ainda permanece, portanto é exercida prioritariamente pelo sexo feminino, mas sob uma maior supervisão masculina, visto que tem sido a atividade que está proporcionando os maiores ganhos da propriedade.

A maioria dos entrevistados possui o primeiro grau incompleto e muitos deles mencionam a falta de estudo como o principal fator que os leva a permanecer no setor leiteiro. Contudo é facilmente percebido que a falta de estudos não é um limitador para esses produtores, já que muitos deles se destacam e obtêm êxito na atividade. Além disso, possuem a sabedoria, que talvez seja a mais preciosa, o conhecimento passado de pai para filho e a prática diária que faz com que tenham muito que ensinar, mais do que aprender, embora esse conhecimento possa agir, também, como um entrave para adoção de inovação e a busca por maior eficiência na atividade leiteira. As práticas usualmente utilizadas tendem a ser sempre seguidas e acabam por frear novos métodos de trabalho.

Em relação à comercialização do leite, os entrevistados vendem o seu produto para cooperativas, indústrias, miniusinas e diretamente para o consumidor. Apesar de aparentar ter um leque de opções para venda do seu produto, a grande maioria dos entrevistados vende o leite para a cooperativa e a indústria. Isso se deve a vários fatores, entre eles, por ter se estabelecido um vínculo de confiança entre cooperativa e cooperado, por ter se tornado um hábito, por ser mais seguro saber de antemão como vai vender seu produto. E, ainda, por ser proibida a comercialização direta entre produtor e consumidor.

Dentre os entrevistados, 30 deles não têm a atividade leiteira como exclusiva. Foram identificadas diferentes culturas como soja, trigo, fumo, milho, mandioca, frango e hortifrutigranjeiros. Além de distintos cultivos, destacou-se a aposentadoria como um importante complemento de renda. Contudo, o leite representa a maior fonte de renda de 28 dos entrevistados. Há quem acredite que a falta de conhecimento de muitos produtores, sobre o potencial do setor leiteiro, é o que faz com que essa atividade não se torne exclusiva na maioria das propriedades rurais. A solução, segundo esses entrevistados, seria conscientizar e alertar os produtores mal informados dos ganhos que podem ser alcançados com o leite.

Por outro lado, alguns produtores manifestaram que o empecilho para tornar essa atividade exclusiva e expandi-la é a falta de financiamentos. Dessa forma fica restringida a possibilidade de investimentos na atividade. Nesse sentido, para 17 entrevistados, cujas propriedades são de 3 até 25 ha a possibilidade de financiamentos inexistente. Esses entrevistados alegam que só os maiores produtores obtêm financiamentos, segundo eles, para os pequenos não há disponibilização de crédito. No entanto, os produtores que possuem as maiores propriedades também afirmam não haver financiamento, ou então que desconhecem a possibilidade de obtê-lo, já que não tiveram interesse por essa transação financeira. Quanto aos demais entrevistados que disseram haver financiamentos, foram mencionados vários tipos, como Banco do Brasil, Pronaf, Pró-leite, Finame, financiamentos via cooperativa e sindicatos.

Com a realização ou não de investimentos, os produtores cujo volume de produção é pequeno ressaltaram que a atividade leiteira possibilita que se pague pequenos custos do cotidiano como gás, luz e água. O leite tem permitido que os produtores planejem seus investimentos na atividade agropecuária como um todo, uma vez que representa uma fonte segura de renda ao final de cada mês. Em momentos de secas e geadas, quando se perde toda a plantação, é o leite que vai gerar a renda necessária para reinvestir na colheita e recomeçar a plantação.

Ainda que a atividade leiteira esteja sendo uma alternativa para viabilizar o produtor no campo, essa é uma realidade que não se verifica em todas as regiões. No município de Caxias do Sul, foi difícil encontrar produtores de leite, a maioria abandonou a atividade. Dentre os entrevistados, foi possível perceber a desmotivação dos produtores em permanecerem exercendo a atividade leiteira, sendo assim tem ocorrido uma reconversão produtiva em direção a produção de hortifrutigranjeiros. Como apontado no capítulo anterior, Caxias do Sul dos anos 80 para a década de 90 teve um crescimento pouco significativo na quantidade produzida de leite. Essa microrregião, que já ocupou um lugar de destaque como grande produtora de leite no estado, tem perdido posições e contribuído mais timidamente no montante da produção leiteira do Rio Grande do Sul. Na segunda metade da década de 80, Caxias do Sul produzia 80.579 mil litros e em 90 alcançou a produção de 85.524 mil litros (tabela 8). Esse crescimento do volume produzido não foi suficiente para que permanecesse ocupando a segunda posição na produção de leite. Atualmente quem assumiu o lugar, anteriormente pertencente a Caxias do Sul, foi Santa Rosa que em 85 produzia 57.308

mil litros e em 95/96 passou para 123.615 mil litros. Os entrevistados alegaram que a região de Caxias do Sul é propícia para outros cultivos, mas não o leite. Para eles, o cultivo de hortifrutigranjeiros é mais rentável.

Já em microrregiões onde a produção de leite tem aumentado como Lajeado-Estrela, Santa Rosa, Três Passos, Passo Fundo e Ijuí esse setor tem sido considerado mais lucrativo que a produção de grãos e, por isso, tem merecido maior atenção. A atividade leiteira tem tido a sua importância ampliada, alguns dos produtores entrevistados manifestaram a intenção de tornar o leite uma atividade exclusiva na propriedade rural. Em Santa Rosa, está ocorrendo uma reconversão da produção de trigo e soja para o leite, em função do tamanho das propriedades ser mais apropriado à produção de leite e proporcionar um maior rendimento por área. De acordo com os entrevistados, os melhores produtores estão conseguindo tirar cinco vezes o que rende o grão. “O produtor que quiser permanecer na atividade agrícola vai ter de ir para o leite, a região é de muita seca, todo ano ocorre, a região noroeste é complicada, o leite consegue se recuperar bem de períodos de seca” (Entrevistado 13).

Um dos fatores responsáveis pela maior ou menor produtividade do rebanho é a alimentação. Todos os produtores entrevistados utilizam pastagem natural acrescida de algum complemento alimentar. Dessa forma, é aumentado o custo da produção, mas também a produtividade do rebanho, o que acaba por compensar os maiores gastos. Contudo, a maioria dos entrevistados prioriza o pasto como principal fonte de alimento para o rebanho, utilizando outros subterfúgios, principalmente em períodos de escassez alimentar. Os complementos mais citados foram silagem, feno, cana, ração, sal mineral, tifton, trevo, sorgo, aveia, concentrado de farelo e capim elefante. Foi mencionado por alguns produtores que ninguém no Rio Grande do Sul produz leite a pasto e que as indústrias pregam produções com suplementação alimentar. De acordo com eles, quedas de produção são reflexos de má alimentação. Através das informações obtidas no estudo, a alimentação do rebanho leiteiro no Rio Grande do Sul é principalmente fundamentada na utilização de pastagens, o que torna o custo de produção baixo.

Outro elemento que tem sido identificado como capaz de expandir a produção de leite é a incorporação de tecnologia. Ao analisar a incorporação de tecnologia, fatores como adoção de ordenhadeira mecânica, sala de ordenha, utilização de inseminação artificial e resfriador são indicadores da disposição dos produtores em investir na

atividade leiteira. Com relação à aceitação desses novos equipamentos, a inseminação artificial é a mais disseminada entre os entrevistados, 28 utilizam essa técnica, e muitos deles o fazem desde os anos 80. Todavia, a década de 90 é o período em que se expande a utilização de novas tecnologias, as razões mencionadas para isso foram a maior estabilidade da moeda, o fim da inflação e a abertura de mercado que aumentou a competição e estimulou a concorrência.

A ordenhadeira mecânica está presente em 24 dos estabelecimentos entrevistados, tal fato é considerado um motivo de orgulho entre esses produtores, eles afirmam estar investindo na atividade e seguros do retorno que a mesma pode lhe proporcionar, entre eles há quem desconsidere como produtor de leite os que utilizam ordenha manual. Com relação aos 16 produtores que permanecem utilizando ordenha manual, os argumentos são de que a manual é mais higiênica que a mecânica, que falta dinheiro para trocar de sistema e, ainda, que a opção pela mecânica tornaria inviável a atividade leiteira. É importante destacar que, nas microrregiões que apresentaram queda no volume produzido de leite, há o predomínio da ordenha manual, sinalizando a falta de interesse, de capital e estímulo em investir no leite. Esse é o caso de Caxias do Sul e Pelotas onde foi mencionado que 90% dos produtores realizam ordenha manual.

Em relação à sala de ordenha, só 14 produtores mencionaram possuí-la, no entanto, na maioria dos casos, tratava-se de uma estrebaria considerada como tal. Os entrevistados afirmaram que os produtores mais “evoluídos e modernos” possuem sala de ordenha. Além disso, alguns mencionaram que a construção de uma sala de ordenha representa um investimento desnecessário. Os produtores demonstram interesse em investir em benfeitorias cujo retorno seja imediato, ou então que saibam de antemão que os benefícios obtidos compensarão o esforço despendido. Caso contrário, tendem a permanecer utilizando os mesmos artifícios que seus pais já empregavam como é o caso do estábulo que tem cumprido o papel que caberia à sala de ordenha.

Por outro lado, algumas imposições que surgiram na década de 90 estão limitando a capacidade de flexibilização dos produtores em alcançar alternativas para evitar investimentos no setor. Esse é o caso do resfriador de expansão que está se tornando uma obrigatoriedade entre os produtores. A indústria tem exigido que os produtores adquiram esses resfriadores, tarefa difícil de cumprir, somente cinco dos entrevistados dispõem de um. A maioria dos entrevistados possui resfriador, mas de



imersão, e alegam que tal resfriador cumpre a função desejada. Os mesmos alegam que seria melhor ter o de expansão, contudo adquirir um implicaria produzir um maior volume de leite e dispor de recursos financeiros para investir no leite, e que no momento não possuem essas condições. Uma alternativa mencionada pelos entrevistados seria a aquisição de um resfriador comunitário, mas muitos deles receiam em adotar essa estratégia alegando que será misturado leite de diferentes qualidades, o que poderá fazer com que um produtor caprichoso venha a ser prejudicado por outro mais desleixado. Tal fato demonstra que não será fácil adotar o associativismo, uma vez que muitos produtores relutam em aderir a essa alternativa. Em função das novas demandas impostas pela indústria, é possível que, mesmo temerosos, os produtores venham a adotar formas associativas por total falta de outras alternativas.

Um outro aspecto a ser considerado no momento que se sugere modernizar o setor, refere-se ao tamanho e qualidade do rebanho que os produtores possuem. A maioria dos entrevistados confirma o que já havia sido apontado no capítulo anterior, ou seja, o predomínio de propriedades com até 20 cabeças de gado. Quanto à raça do rebanho, predomina a holandesa, seguida da jérsei e mista. Os entrevistados mencionaram a intenção de selecionar o gado em busca de maior produção por vaca e, para tanto, estão empregando a inseminação artificial. Portanto, são produtores que têm todo potencial para alcançar bons volumes de produção e tornar a atividade bastante lucrativa, mesmo que sejam considerados pequenos produtores. Nesse sentido, cabem indagações, afinal o que é um pequeno ou um grande produtor? Com relação ao enfoque neste estudo, a diferenciação entre pequeno e grande produtor ocorre em função do desempenho desse produtor no contexto ao qual está inserido. Nesse sentido, é preciso avaliar vários fatores antes de denominá-los, como o volume produzido de leite, o tamanho do estabelecimento, a tecnologia empregada, a quantidade de vacas leiteiras, enfim, a eficiência e qualificação desse produtor precisam ser analisadas.

Os entrevistados mencionaram as alterações dos seus rebanhos entre a década de 80 e 90. Para vinte e três entrevistados houve aumento de produção e de rebanho de um período a outro, esses produtores estão adquirindo um rebanho mais qualificado e investindo no setor. Por outro lado, cinco entrevistados tiveram redução de rebanho e produção, são produtores que estão bastante frustrados com a atividade e ameaçam abandoná-la caso o leite não proporcione maiores rendimentos. Para dois entrevistados houve redução de rebanho e aumento da produção, tal situação foi obtida por uma

gradual seleção do rebanho e por uma melhora na alimentação do rebanho. Os demais produtores enquadram-se entre aqueles que tiveram estacionalidade de produção e rebanho, e aí estão misturados os que estão satisfeitos com seu rebanho e volume alcançado, cerca de seis entrevistados, e os que estão estacionados por desinteresse na atividade quatro produtores.

Em relação à produção por vaca, essa variou bastante, a maioria dos produtores possui vacas cuja produção diária está em torno de 8 a 15 litros/vaca/dia. Foi mencionado entre os entrevistados que a média do Estado é de 4 litros/vaca/dia, indicando uma baixa produção que pode ser reflexo de uma má alimentação e de um rebanho sem qualificação genética ou de dupla aptidão. Contudo, não é o que se verifica com os entrevistados aqui contemplados, como acima apontado, há o predomínio de uma raça definida e não de um rebanho misto e, além disso, estão complementando a alimentação do rebanho.

O preço recebido pelos produtores tem levado muitos deles a abandonarem a atividade, tal fato tem ocorrido principalmente com produtores que possuem pequeno volume de produção leiteira e acabam recebendo menos em função disso. A maioria dos produtores entrevistados recebe por litro de leite entre R\$ 0,25 e 0,30 o produtor que recebeu mais obteve R\$ 0,42 e quem ganhou menos conseguiu R\$ 0,20 o preço varia de acordo com a escala de produção e qualidade do produto. A qualidade do leite é avaliada de acordo com vários fatores como, o número de células somáticas, a conservação do produto, a higiene da vaca, do ordenhador e dos equipamentos de ordenha e utensílios utilizados bem como ao acondicionamento inadequado do leite (FONTE et alii, 1998). Os produtores que recebem menos têm como característica a utilização de pastagem natural complementada com milho, realizam ordenha manual, não possuem sala de ordenha nem resfriador de expansão, não recorrem à inseminação artificial e a atividade leiteira é a principal fonte de renda da propriedade.

Uma alternativa que já foi bastante usual entre os entrevistados, que proporcionava uma maior receita, era a venda direta ao consumidor. De acordo com 23 entrevistados, o comércio informal é uma boa alternativa, mas só três utilizam esse tipo de comércio. Entre esses produtores, dois ganham R\$ 0,50 e o terceiro R\$ 0,80 por litro de leite com a venda direta para vizinhos, conhecidos e familiares. A relutância em fazer parte do comércio informal, apesar de parecer tão lucrativo, refere-se à distância da

cidade (o que torna o frete inviável), a rigidez sanitária exigida, altos investimentos em embalagem e a proibição do governo que tornou essa prática ilegal. A venda direta é vista como uma solução para o produtor receber mais e não como uma maneira de confrontar e ir contra as normas de inspeção e legislação. Os mesmos demonstram o desejo que fosse encontrada uma solução para tornar a atividade mais rentável. “O bom seria que se conseguisse um mecanismo no qual o agricultor não precisasse fazer a venda informal e ganhasse bem, hoje o agricultor e o consumidor são explorados” (Entrevistado, 7).

Por sua vez, os contrários ao comércio informal alegam que é um problema de saúde pública, sanitário e que há falta de capricho do produtor. Segundo eles, tal fato faz com que o consumidor fique inseguro quanto à qualidade do que está consumindo e assim, tal comércio acaba por prejudicar os demais produtores que investem na atividade e produzem um leite de melhor qualidade. Outras razões para repudiarem esse comércio são o acréscimo de água ao leite, aspectos tributários, visto que esse produto não paga nenhum tipo de imposto, é um comércio arriscado devido à inadimplência do comprador, se perde muito tempo para ir vender o produto até o consumidor e ainda, prejudica a produção porque leva para o mercado um produto sem nenhum compromisso e que acaba interferindo no preço.

Foi mencionado, por alguns entrevistados, que a entrada no comércio informal, muitas vezes, ocorre em função de má informação. O produtor pensa que é uma ótima alternativa, mas que no final das contas não é viável, devido ao custo com transporte e à falta de assistência técnica. “Cerca de 30% do consumo de leite em Caxias do Sul é informal. O consumidor tem a idéia de que leite cru é mais puro e saudável e que a indústria coloca água no leite, é uma cultura que se mantém” (Entrevistado, 27). Outra razão mencionada como um entrave à venda direta ao consumidor, refere-se ao surgimento de uma competição entre os próprios produtores. Isso ocorreria se todos optassem por esse tipo de comércio que acabaria ocasionando em redução de preços e na perda de todos, desmantelaria a classe dos produtores.

A maioria dos entrevistados não quis mencionar a renda obtida com o leite, entre os que informaram essas variaram entre R\$ 150,00 e R\$ 3.500,00 mensais. Os produtores reclamaram bastante dos ganhos obtidos com a atividade, ressaltaram a importância de ter boa produtividade para obter ganhos, alertaram que os agricultores

têm trabalhado no vermelho e, ainda, que investiram e não estão tendo o retorno suficiente. “A margem de lucro está pequena, ou produz em grande quantidade ou não sobra nada, na região tem muito pequeno produtor que não tem como fazer quantidade para melhorar de vida” (Entrevistado 12).

Dentre os entrevistados, predomina os produtores que estão há 20 anos ou mais envolvidos no setor leiteiro. Esses produtores têm se defrontado com períodos favoráveis e desfavoráveis na atividade leiteira. Nesse sentido, não há um consenso entre os entrevistados sobre momentos que tenham sido benéficos ou prejudiciais ao produtor. Assim, períodos históricos são vistos de maneira distinta pelos entrevistados, uns considerando como melhor momento para o leite e outros, como o pior.

Para alguns, o período mais favorável foi aquele quando não havia leite longa vida. Com a adoção desse produto, acentuou-se a concorrência, visto que foi possível importar de regiões mais distantes e contribuiu para a queda do preço do leite. Além disso, possibilita comprar leite por um mês todo ao invés de adquiri-lo diariamente, agindo como um inibidor da venda direta ao consumidor. Para o entrevistado 39, “o consumidor preferiu o produto importado cuja apresentação e preço o torna mais atrativo que o nacional”. “O que vem de fora é ruim, a qualidade é pior, trazem doenças, por exemplo, o leite longa vida, não se sabe qual produto utilizam para manter esse produto na caixa por tanto tempo” (Entrevistado 11). “Com a entrada do leite de caixinha estragou, acabou mesmo, 90% do consumidor prefere esse” (Entrevistado 21).

É considerado como um bom momento os anos entre 1991 e 1993, devido aos insumos e máquinas que estavam mais acessíveis e a linha de crédito que era boa. Por sua vez, houve quem mencionasse como período mais favorável a década de 70, uma vez que naquela época era possível fazer financiamentos, sabia-se o que se devia, a prestação era fixa, não tinha correção. Outros consideraram melhor a década de 80 e início dos anos 90, já que os produtores recebiam 50% do que o consumidor pagava o que tornava essa uma época bem melhor do que a atual. Nesse período, o preço era tabelado, o governo estabelecia o preço para o consumidor e produtor, nesse caso, a intervenção do governo era considerada benéfica, tanto para o produtor como para o consumidor, uma vez que evitava que as indústrias e grandes supermercados dominassem o mercado e determinassem a redução dos preços reais pagos aos produtores rurais de leite.

Alguns entrevistados disseram, ainda, que houve crescimento pós 94, nesse período o governo forneceu recursos para viabilizar projetos, ocorreu aumento do consumo e foram reprimidas as exportações. Para outros, o momento atual é o mais favorável, uma vez que está fazendo com que o produtor se dedique mais a atividade e perceba a importância do leite na sua propriedade.

O ano de 2000 foi considerado por alguns como o mais favorável em função do governo ter taxado as importações lácteas. A importação de leite sem taxação fazia com esse produto entrasse no Estado a um preço muito baixo de maneira que não havia como competir. Esses produtores argumentam que, com o aumento do dólar, foi possível para o produtor nacional competir com o produto estrangeiro e alertam que o sucesso do produtor leiteiro depende muito das políticas governamentais adotadas. Há quem julgue como melhor período aquele em que era legalmente permitido vender o produto direto ao consumidor. E, ainda, há quem considere as estações climáticas como mais ou menos favoráveis à execução da atividade leiteira. “O período bom é no inverno, porque o preço é bom e o pessoal come mais” (Entrevistado 33). Para alguns entrevistados, os problemas maiores referem-se a períodos de secas ou geadas que acarretam falta de alimentação, já que eliminam o pasto natural. “O principal problema é a manutenção da vaca, a mão-de-obra é muito cara, o compromisso com o leite é grande e o preço muito baixo” (Entrevistado 23). Outro aspecto mencionado foi o preço dos insumos, esses estariam impraticáveis, enquanto o preço do leite se manteve, o dos insumos dobraram de preço.

Também foi citado que, à medida que o produtor tomar consciência da importância do leite, a atividade será mais valorizada e proporcionará maiores retornos. “O período mais favorável foi em 98 com a briga por melhores preços, o produtor começou a considerar o leite um segmento importante da economia do país” (Entrevistado 40).

Nesse momento, os entrevistados não foram induzidos a falar sobre os impactos do Plano Real sobre a atividade leiteira, isso será feito posteriormente. Mas eles referiram-se a esse Plano como um dos elementos que, ao mesmo tempo, se tornou um facilitador e um limitador ao desenvolvimento do setor. Os que criticaram o Plano, salientaram que se esperava que a agricultura desse sustentação a ele. Além do mais, alegaram que, com o Plano, houve falta de apoio financeiro, de acesso ao crédito rural,

endividamento, preços baixos pagos pela indústria e custos crescentes dos insumos. Já os adeptos do Plano, consideram que foi possível estabilizar a renda e, como consequência, aumentar o consumo. Acrescentaram, também, que, com o Plano, a atividade leiteira começou a ter crédito oficial. Para alguns dos entrevistados, os períodos bons e ruins são cíclicos e estão atrelados à questão das importações que acabam por puxar os preços para baixo e desestruturam todo o setor leiteiro.

Quanto ao período mais desfavorável, muitos citaram o tempo da inflação do Plano Collor. Em relação à inflação, a grande maioria dos produtores considera que esse é um problema que não foi totalmente superado. “Gostaria de aprender a conta que eles fazem para dizer que não tem inflação, pois tudo sobe” (Entrevistado 11). Há, ainda, quem considere o período inflacionário melhor do que o atual, por acreditar que se ganhava mais naquela época. A estabilidade econômica e o controle da inflação implicaram um custo alto e quem teve que arcar com essa conta foram os produtores agrícolas. Para a maioria dos entrevistados, o momento de queda da inflação não está sendo considerado como favorável, visto que os benefícios estão sendo mínimos. “Esse papo que não tem inflação é uma farsa, só na deles é que não tem inflação, vamos lembrar o que se comprava com R\$ 100,00 e o que se compra hoje, o que se pagava pelo adubo e o que se paga hoje” (Entrevistado 37).

Os anos de 1994 a 1998 também aparecem como críticos devido aos juros altos, preços baixos e insumos muito caros. Houve quem considerasse a expansão de indústrias no mercado leiteiro como desfavorável para o produtor. Isso porque os grandes grupos se uniram tornando o produtor mais suscetível aos interesses desses grandes conglomerados. Entre os produtores mais desmotivados, têm aqueles que consideram todos os períodos como desfavoráveis, pois não lembram de ter valido a pena produzir leite.

Os entrevistados referiram-se ao ano de 1998 como um período muito ruim, uma vez que o leite entrava livremente pelo Mercosul e o dólar estava muito próximo do Real, foi intensificada a concorrência. Nesse momento houve grandes endividamentos e perdas para os produtores que chegaram a receber 16 ou 17 centavos pelo litro de leite. “O preço tem sido baixo, se houvesse mais igualdade entre o ganho da indústria e do produtor estaríamos melhor. Ninguém quer ficar rico de um dia para o outro, mas a desigualdade é o que tem de mais difícil hoje” (Entrevistado 31). As importações de

leite têm causado bastante descontentamento entre os entrevistados. Para o entrevistado 40, o ano de 96 marca um momento difícil devido à intensificação das importações que, de uma transação comercial, passou a ser uma transação financeira. Segundo ele, as indústrias compravam a juros internacionais para pagar em dois anos, o que acabou sendo um giro de capital. Dessa forma, importavam-se grandes volumes de leite cujo pagamento seria efetuado só depois de dois anos, comercializava-se o produto a qualquer preço e, assim, capitalizava-se e obtinha-se um capital de giro.

Quando perguntados se a atividade leiteira tem enfrentado problemas nos últimos 10 anos, somente três produtores responderam que não. Os demais enumeraram uma série de problemas entre eles o Plano Real, por este ter na agricultura sua base, e ter como objetivo proporcionar alimentos a um preço baixo. Os custos do cumprimento de tal tarefa recaíram sobre o produtor, sem que o mesmo estivesse estruturado para tanto. Os entrevistados relataram que os diferentes pacotes econômicos têm afetado especificamente o setor agrícola e estão causando enormes dificuldades para os produtores de leite. Essas dificuldades refletem-se em endividamentos e tornam árdua a intenção de saldar as dívidas. Foram mencionados como desafios para a agricultura a globalização da economia e o Mercosul. Os entrevistados afirmaram que têm sido vítimas de uma concorrência desleal praticada pela Argentina: “tem a famosa triangulação do leite europeu e americano subsidiado que entra como leite argentino, que fez o nosso preço cair muito” (Entrevistado 13). O mercado ficou desorganizado e os produtores também, essa situação causou preços baixos e retornos insuficientes para o produtor. Segundo o entrevistado 21, “esse negócio de importar é um problema, não tem que importar só exportar”. Para eles, os problemas estariam sendo causados devido à falta de uma política do governo que protegesse e estimulasse o setor. “A gente não tem capacidade de competir com produtos argentinos muito baratos, o governo prefere colocar produtos de outros países ao invés de incentivar o nosso” (Entrevistado 31). “O governo tem que taxar as importações e fazer com que chegue a um preço maior que o nosso, intensificar mais as linhas de crédito para que o produtor possa se modernizar” (Entrevistado 32).

Contudo, o problema mais mencionado foi o preço baixo recebido pelo leite. “O pior sempre foi o preço, tem que investir na produção. É um processo lento, tem de ser teimoso, pagamos os pecados, seguramos de teimoso” (Entrevistado 4). Os entrevistados citaram como um dos motivos que estaria ocasionando preços pouco

atrativos, o problema da concentração das indústrias. “Antigamente havia um número bem maior de empresas que trabalhavam com o leite, atualmente 90% da produção de leite está na mão de duas empresas: Elegê e Parmalat, essas empresas ditam as regras, quem quiser produzir como elas querem produz, caso contrário está fora” (Entrevistado 7). Um dos principais problemas citados refere-se à diferença entre o preço pago ao produtor e preço de venda para o consumidor. Há quem acredite que produção de leite está se tornando inviável, “o produtor de leite é que nem mulher de brigadiano, quanto mais apanha mais amor dedica, mais trabalha, mais produz” (Entrevistado 19).

Outro problema enfrentado pelos produtores refere-se às exigências impostas pela indústria via resfriador de expansão e sala de ordenha. Além disso, estão estabelecendo que quem mais produz mais recebe (ganhos de produtividade). Essas medidas estariam massacrando o pequeno produtor, já que ele não teria como conseguir um preço melhor e, assim, acaba sendo excluído do processo. Os produtores mencionaram preocupação com a rapidez que vêm sendo exigidas essas mudanças. Em alguns casos, o produtor nem conseguiu pagar o resfriador convencional e as indústrias já estariam exigindo o resfriador de expansão. Além disso, reclamaram da insegurança em relação ao futuro, uma vez que as grandes empresas não estão proporcionando garantias para o produtor. “Há falta de perspectiva de melhora, se é para morrer aos poucos, vamos morrer de vez” (Entrevistado 31).

Com relação aos produtores que acreditam não estar havendo problemas no setor leiteiro, isso se deve ao preço atual ser considerado melhor do que o praticado no passado. Esses também mencionaram ter ampliado os seus conhecimentos sobre a atividade leiteira, devido a cursos proporcionados pela cooperativa, fazendo com que não tenham problemas na condução da atividade. Assim, foi possível melhorar a genética do rebanho e obter maior produtividade. O fato de o leite garantir uma renda segura ao final de cada mês, é um outro fator que torna essa atividade com menos problemas.

Também foram citados alguns fatores que tornavam a atividade leiteira melhor há 10 anos atrás, entre eles a facilidade em obter financiamentos, juros mais baixos, menores custos, naquela época era possível obter mais dinheiro com o leite. “Não tinha tanta fiscalização, tem muita vacina para as vacas, os remédios são caríssimos



(Entrevistado 23). Outra razão refere-se à possibilidade de venda direta ao consumidor que permitia ao produtor obter maiores rendimentos.

Parte dos entrevistados acredita que o momento atual está sendo mais favorável para a atividade leiteira. Tal situação é reflexo de maiores investimentos que estão ocorrendo no setor, proporcionando para o produtor o retorno esperado. Segundo eles, os problemas estão ocorrendo para os produtores menos desenvolvidos. “Hoje a atividade leiteira é melhor porque se foi em busca do aperfeiçoamento, o importante é não parar no tempo” (Entrevistado 6). Outra razão para o momento atual estar favorável está relacionada a maior incorporação de tecnologia, utilização de inseminação artificial, adoção de resfriadores, de ordenhadeira mecânica, maior assistência técnica e, ainda, queda dos juros. Hoje têm-se produtores mais profissionalizados, tem-se produção melhor, a qualidade é muito superior. No momento, a atividade leiteira está mais bem estruturada, deixou de ser uma atividade secundária dentro das propriedades, além do mais, diferenciou os produtores tornando mais lucrativa a atividade para aqueles que produzem mais e com melhor qualidade.

Os entrevistados foram perguntados sobre a ocorrência ou não de êxodo rural em seus municípios, somente quatro afirmaram que não está havendo êxodo. Segundo os que mencionaram estar ocorrendo a saída de produtores, isso se deve a vários fatores: a dificuldade de produzir leite a preços tão baixos, a proibição da venda direta ao consumidor, a dificuldade em adotar novas técnicas como a inseminação artificial e resfriadores, de complementar a alimentação do rebanho, de saldar dívidas, de conseguir financiamentos e de manter a qualidade de vida que está caindo ano a ano.

Um outro problema mencionado refere-se ao abandono devido à falta de persistência e interesse de produtores, como se estivessem paralisados sem ir em busca de uma melhor situação. De acordo com os entrevistados, muitas comunidades estão fechando escolas devido à falta de alunos. Há quem manifeste o desejo de abandonar a atividade leiteira, mas não o faz por acreditar que não tem profissão para se deslocar do meio rural para o urbano.

Os entrevistados salientaram diversas dificuldades como: “A maioria dos pequenos vão ter que largar o leite, o colono tem que ganhar pelo menos R\$ 0,50 para empatar mais ou menos” (Entrevistado 9). “Em 10 anos não teremos mais agricultores

novos, as gurias estão indo trabalhar de doméstica na cidade” (Entrevistado 10). “A política adotada no país não incentiva o pequeno produtor a ficar na agricultura, eles não têm acesso a equipamentos, acabam vendendo o que possuem e vão para a cidade” (Entrevistado 11). “O pai não tem coragem de dizer para o filho ficar na agricultura pelas dificuldades, hoje estão ficando na agricultura só pessoas idosas” (Entrevistado 12). “Os produtores estão trabalhando como escravos, o custo está cada vez mais alto” (Entrevistado 16). Por outro lado, há os produtores que estão abandonando a atividade leiteira em direção a novas culturas, conforme já mencionado, é o caso de Caxias do Sul.

Para alguns a tendência de um futuro próximo é aumentar ainda mais a saída do meio rural, “... nós vamos ficar com 30 ou 40% dos produtores nos próximos cinco anos e com muito mais leite do que hoje, com certeza o dobro do leite” (Entrevistado 18). O abandono dos jovens da agricultura é preocupante, isso tem ocorrido por causa da influência dos meios de comunicação, a televisão mostra um mundo mais atraente na cidade e, assim, seduz a juventude que vai em busca de uma ilusão. Para o entrevistado 20, “a agricultura é considerada uma atividade careta, atrasada, daqui a pouco as meninas não querem mais namorar com ele porque ele é da roça tem tudo isso. E aí ele acaba se sujeitando a ir para a cidade e acaba ganhando um salário de fome”. “Na cidade tudo é mais fácil, não está no sol e na chuva e a maioria dos jovens estuda e não quer mais saber da enxada”.

Com relação à saída do jovem da atividade leiteira, foi manifestado uma preocupação devido ao fato do jovem ser mais aberto às novas tecnologias, a inovações enfim, para novos desafios. Por sua vez, o produtor que tem 60 anos ou mais sempre lidou com o leite é mais avesso a mudanças, ele tende a não querer mudar o sistema que vem utilizando ao longo dos anos. Implementar uma mudança substancial na propriedade desse produtor é uma tarefa árdua e de difícil consolidação, o que tem se verificado é que esse produtor tende a não mudar a sua forma de conduzir a produção.

Os entrevistados manifestaram suas inquietações e insatisfações que podem ser amenizadas ou intensificadas através da adoção de planos econômicos. Assim, buscou-se saber qual o impacto do Plano Real sobre a atividade leiteira. Nesse sentido, os entrevistados manifestaram distintas opiniões umas favoráveis e outras contrárias ao Plano. Entre os benefícios do Plano Real foi citada a manutenção dos preços dos

produtos, o que tornou possível planejar compras futuras. Entre os que mencionam a manutenção dos preços como a grande vantagem do plano, eles mesmos alertam para o fato de ainda haver aumentos, contudo reconhecem que são bem menores se comparado com o que ocorria em um passado próximo. Outra razão está relacionada à baixa dos juros, tal fato estimulou o produtor a investir na compra de equipamentos e incorporar tecnologia na propriedade. De acordo com alguns entrevistados, o Plano Real provocou uma maior profissionalização do produtor que está sendo pressionado pela concorrência, pelo mercado e pelos altos custos. Tal fato tem contribuído para que o produtor se torne mais produtivo e gere um produto de maior qualidade. O Plano Real além de ter aumentado o poder aquisitivo da população e, conseqüentemente, o consumo de lácteos, também possibilitou o acesso das camadas mais pobres da sociedade a uma diversidade de produtos oriundos do leite.

Para outros produtores, esse Plano retirou poder aquisitivo, uma vez que os insumos tiveram aumento de preço enquanto o leite permaneceu com o seu preço baixo. Os entrevistados mencionaram que o Plano Real baseou-se na produção de alimentos baratos e quem produz teve que enfrentar uma produção obrigatória de alimentação barata, mas sem que houvesse uma preocupação de como os agricultores iriam produzir mais barato. “Hoje o brasileiro está pagando mais barato pela alimentação, mas quem produz está sofrendo com isso” (Entrevistado 12). “O plano Real veio a judiar do pequeno produtor, o atingiu de cheio, os insumos ficaram muito caros e o custo da lavoura é muito alto” (Entrevistado 16). “O plano Real de um lado foi bom: fim da inflação e de outro foi ruim: falência de muitos produtores” (Entrevistado, 2). “O produtor é que pagou a conta, mas o plano real tinha um objetivo de fornecer alimento barato para a população e ninguém subsidiou nada disso” (Entrevistado 20).

Além disso, o aumento das importações, facilitado pelo Plano Real, foi um outro fator que trouxe muitas perdas para o produtor de leite. A entrada de produtos importados a preços baixíssimos, a competição entre o produto nacional e importado fez com que caíssem drasticamente os preços recebidos pelo produtor nacional de modo a tornar a atividade pouco atrativa.

Parte dos entrevistados relataram a sua descrença com planos econômicos. “Jamais um plano econômico deu certo, ou vai dar certo, só no trabalho é que se vence” (Entrevistado 3). “Todos os planos do governo implantados foram voltados a uma

tecnologia no meio rural que excluísse, não houve um plano de política agrícola que gerasse renda, que estabilizasse o agricultor, que fixasse o homem no campo” (Entrevistado 8).

Dentre os últimos planos econômicos adotados mencionaram-se os melhores e os piores. Ficou marcado na memória de alguns entrevistados o Plano Sarney como um bom plano, visto que havia gerenciamento de preços, nesse período recebia se mais pelo preço do leite, e assim ficava mais fácil para o produtor fazer aquisições. Para outros entrevistados, o Plano Sarney foi péssimo, esses afirmam o contrário do que foi acima apontado. Já o Plano Collor foi citado, pela grande maioria dos entrevistados, como o pior plano para o produtor, já que houve congelamento de preços, os produtos agrícolas ficaram muito baratos e criou-se um período de muitos endividamentos. “Foi terrível, as dívidas explodiram não foram congeladas e o produtor comprou um trator e pagou dois ou três” (Entrevistado 13).

A década de 90 traz, além do Plano Real, a abertura comercial, desregulamentação dos mercados e a implantação do Mercosul que vão impactar o produtor de leite. Para alguns entrevistados, esses processos foram bons para o consumidor, mas não para o produtor. Isso porque ocasionou a estabilização do preço do leite, porém não dos insumos que tiveram seu valor aumentado, gerando perdas para o produtor. Entre os entrevistados, há quem considere a expansão das multinacionais como algo favorável, uma vez que são muito rigorosas buscam ganhos de produtividade e valorizam o produtor de maior produção. Antigamente isso não existia, o preço era fixado a priori e o produtor não se sentia estimulado a produzir com maior qualidade, todos ganhavam a mesma coisa. Além do mais, a entrada de um maior número de indústrias proporciona mais opções para o produtor comercializar, é uma maneira de ampliar as escolhas do produtor para vender o seu produto. Contudo, para a grande maioria dos entrevistados, a expansão da Parmalat no Rio Grande do Sul não trouxe modificações.

Por outro lado, os que são os contrários às multinacionais alegam que elas estão dominando o mercado e o produtor. Um pequeno número de indústrias estabelece as regras que devem ser seguidas pelos produtores que querem permanecer na atividade. Isso ocorre através da exigência de adequação dos produtores aos “pacotes” tecnológicos impostos pelas grandes empresas que implicam a venda de equipamentos.

A forma de combater essa dominação seria através da agregação de valor dentro da propriedade com a formação de miniindústrias.

“Antigamente tínhamos a CCGL, Lacesa e CORLAC. Era feito negociação do preço do leite e a CORLAC conseguia forçar as outras indústrias para puxar o preço do leite para cima. A CORLAC praticamente desapareceu, ainda existe, mas não tem mais influência no mercado. As pequenas cooperativas e indústrias foram todas adquiridas pela Parmalat ou Elegê que passaram a ser as donas do mercado”(Entrevistado 7).

Outro fator bastante abordado pelos entrevistados está ligado à concorrência com os produtos importados via Mercosul. “Tem sido péssimo, sofremos muito com a concorrência dos produtores que produzem mais barato” (Entrevistado 15). Também foi mencionado, como consequência desse processo, o êxodo rural. O produtor sem conseguir ser competitivo estaria desesperado, descapitalizado, com a sua propriedade sucateada e sem alternativa tem recorrido ao abandono da atividade. A entrada de produtos importados que têm subsídios na origem tem sido um dos problemas que geram maiores reclamações. “As multinacionais conseguem comprar com subsídios, se houvesse subsídio para o produtor familiar, poderia se exportar e não importar leite” (Entrevistado 11). Os produtores salientam que o produto nacional é competitivo, desde que não tenha que lidar com produtos subsidiados. Tais produtos fazem o preço do produto nacional cair muito e tornam o comércio desleal. A concorrência desleal faz com que o leite importado entre no Brasil com preços inferiores ao custo de produção no país de origem, causando danos à produção nacional. Nesse cenário, o produtor nacional fica em desigualdade de condições de competição em relação a terceiros mercados. Além disso, reclamam da falta de proteção ao produtor por parte do governo, o produtor estaria sem nenhuma assistência. Para esses entrevistados, o governo deveria taxar as importações de modo que o produto importado ficasse mais caro que o nacional e, ainda, deveria intensificar as linhas de crédito de modo que o produtor pudesse se aperfeiçoar, se modernizar, lançar novos produtos e se equipar para atuar no mercado competitivo que se formou. Os entrevistados mencionaram como alternativa para melhorar a sua situação a profissionalização e a diminuição dos custos de produção.

É importante destacar que só um entrevistado considera o Mercosul benéfico para o produtor gaúcho. Contudo, a maioria dos entrevistados destaca alguns elementos

que modificaram a cadeia leiteira de uma forma favorável devido à influência do Mercosul. O leite importado é de boa qualidade, é preciso aprimorar o leite gaúcho para poder competir. Os entrevistados acreditam que surgiu um padrão a ser seguido que implica produtividade, qualidade e sanidade.

Para doze entrevistados, o Mercosul não implicou nenhuma alteração. Segundo eles, maiores ou menores ganhos dependem do produtor e não têm influência do Mercosul. Há quem saliente que o Mercosul só influiu negativamente para os pequenos produtores, já os grandes não sentiram nenhum impacto com a formação do bloco.

Os que são contrários ao bloco ressaltaram que esse não trouxe nada de benéfico. A importação de leite argentino e/ou uruguaio torna os preços nacionais muito baixos e os custos de produção altos demais. “O alimento está mais barato hoje em função do Mercosul e com isso o produtor está sofrendo cada vez mais” (Entrevistado 12). Além disso, os contrários ao bloco alegaram que o produtor não estava preparado para “enfrentar” o Mercosul e os desafios que esse bloco impôs. “Os uruguaios, paraguaios e argentinos são mais eficientes que os gaúchos, nós estamos acostumados a largar o gado à toa na pastagem deitar nas cordas e dormir, esse tempo passou, até o próprio fazendeiro tem que plantar pastagem ou não sobrevive” (Entrevistado 4). Com o advento do Mercosul, ampliaram-se as exigências sobre o produtor que implicam incorporação de maior tecnologia e modernização.

“O produtor tem que entender que ele tem de se especializar em alguma atividade, ele tem que gostar da atividade. É preciso fazer correção de solo, adquirir matrizes mais produtivas e precisa ser um administrador rural. Eles não querem mudar o seu método que já era praticado pelo seu pai e avô. O Mercosul vai causar a seleção e o êxodo rural, aqueles que não estiverem dispostos a administrar com qualidade e produtividade serão eliminados” (Entrevistado 32).

Quanto aos objetivos do Mercosul, houve quem mencionasse um desvio dos mesmos. O Mercosul deveria ser um bloco para criar a união e fortalecer os países membros diante de terceiros países. No entanto, no caso da produção de leite, está ocorrendo o contrário, há uma competição entre os integrantes do Mercosul acarretando redução do preço obtido pelo produtor. “O Uruguai tem um excedente de produção que

eles não sabem o que fazer com esse leite e, ao invés de baixar lá o preço, eles vendem pra cá por R\$ 0,70 e vão bagunçar o mercado dos outros” (Entrevistado 20).

Dessa forma, os produtores gaúchos estão sendo desafiados a serem exitosos na produção leiteira. Para os entrevistados, as alternativas são: a modernização, a incorporação de tecnologia, alcançar maior produtividade e qualidade, produzir a um menor custo, tornar-se um profissional do leite, alcançar a especialização, participar de cursos, obter informações, tentar melhorar a genética, a qualidade do alimento, aprimorar a sanidade e o manejo. Além do mais, os produtores devem ir em busca de uma maior organização a qual pode ser alcançada de várias maneiras, como através de uma organização política, grupos, associações e/ou cooperativas. É preciso produzir cada vez mais barato para poder competir com os produtos importados, é necessário encontrar algumas alternativas para agregar valor: criar formas de comercialização e industrialização feita pelos próprios agricultores. “Eu vejo assim, na atividade leiteira para a permanência do pequeno produtor, ele só tem uma alternativa que é a da união, no momento que ele se organizar em grupo, trabalhar de forma coletiva ele vai conseguir ter produtividade e volume” (Entrevistado 29).

“... três questões fundamentais para a atividade leiteira ter viabilidade e resultado econômico satisfatório: a primeira é uma questão de ação do estado, uma política governamental, uma segunda questão que não depende de ninguém, só do produtor, é o modelo produtivo; tem produtores que produzem leite a um custo de 8 centavos o litro, enquanto que um produtor com as mesmas características daquele produz a 0,25 e a terceira questão importante é como o sistema cooperativo consegue se articular dentro do estado” (Entrevistado 20).

É preciso ressaltar a motivação de muitos entrevistados e a certeza que o sucesso na atividade leiteira depende da disposição e vontade de cada um. “Não adianta pensar que é como na época dos avôs, é difícil, mas quem quer consegue” (Entrevistado 4). Os mesmos alertam que não se trata de uma tarefa fácil, muito pelo contrário, é árdua, mas é factível. Nesse sentido, os entrevistados acreditam que o governo deveria auxiliar os produtores através de uma intervenção via incentivos e com a restrição da entrada de leite importado. “O solo gaúcho dá condições e o povo gaúcho é trabalhador, sobe para o norte e vê a diferença. É só dar incentivos financeiros que o gaúcho corresponde” (Entrevistado 34).

De acordo com alguns entrevistados, o Mercosul representou um problema no primeiro momento, mas as dificuldades foram se ajustando de modo que esse se tornou vantajoso para os produtores. Sua implantação proporcionou uma maior variedade de produtos à disposição dos consumidores, cujo impacto para o produtor foi ruim em um primeiro momento, mas serviu de alerta para a necessidade de adequação e diversificação para atuar em um mundo globalizado. Além disso, com a maior competição entre países, o produtor necessita melhorar a qualidade do seu produto e, assim, todos saem ganhando. Com isto, o produtor sentiu-se estimulado e está indo em busca de maior profissionalização e capacitação. “O Mercosul e a globalização são irreversíveis não adianta remar contra, temos que nos preparar para ocupar espaço, se nós não ocuparmos alguém vai ocupar esse espaço com alegria e satisfação, então, cabe a nós alcançarmos as ferramentas e armas necessárias para fazer e ganhar essa guerra” (Entrevistado 18).

Diante dessas mudanças surgem novas regras na produção de leite, algumas ainda incipientes e pouco utilizadas, como a coleta de quantidade mínima de leite. Contudo os entrevistados já manifestam suas preocupações e até mesmo posições favoráveis a essa medida. Quanto aos contrários a essa idéia, os argumentos são de que não se deve estipular um mínimo, pois tem períodos em que a produção é melhor e em outros pior, assim o que fazer com o leite quando não atingir a cota mínima. “Não tem que ter o mínimo, muitos são pequenos e querem vender o leite. É injusto!” (Entrevistado 28). Para muitos entrevistados, essa é uma forma sutil de eliminar os pequenos produtores. Além disso, alertam que, apesar de parecer ser pouca a quantidade produzida diariamente por grande parte dos produtores leiteiros (10 ou 15 litros diários), esse leite representa a possibilidade de pagar contas de luz, água e comprar algum mantimento no armazém. Portanto, representa a sobrevivência e manutenção de uma grande número de produtores no meio rural.

Para os que são favoráveis, essa é uma maneira interessante para viabilizar melhor o meio rural. A coleta de pequenas quantidades de leite implica grandes custos para a indústria e cooperativas e dificulta a sua sobrevivência. Segundo alguns entrevistados, os baixos preços recebidos com a venda do leite resultam das grandes distâncias percorridas na coleta. De modo geral, os custos com o deslocamento são repassados para o produtor que acaba recebendo muito pouco na venda do seu produto. Esses entrevistados acreditam que não é um bom negócio para a indústria percorrer



longos percursos em busca de pouca quantidade de leite e compreendem que a mesma determine uma quantidade mínima a ser coletada. Nesse sentido, representa a união dos produtores, uma vez que faz com que necessitem se associar a outros produtores para atender às exigências da indústria. Foi alertado por um dos entrevistados que a indústria, indiretamente, está fortalecendo os produtores de leite, já que a alternativa mais mencionada pelos próprios entrevistados para se adequarem às determinações da indústria é via associações. Assim, essa união trará o fortalecimento dos produtores de leite que, em um futuro próximo, poderão contrapor-se às imposições da indústria.

O papel que as cooperativas, associações de produtores e sindicatos têm desempenhado sobre os produtores pode atuar de forma a fortalecê-los ou abandoná-los à própria sorte. As opiniões dos entrevistados sobre essas formas associativas são bastante variadas. Por um lado, há quem acredite que elas estão acabadas e tendem a desaparecer, ou ainda, que auxiliam muito pouco o produtor e que essas associações estariam muito precárias. Já outros consideram as mesmas fortalecidas e vitais para a manutenção e o progresso dos produtores de leite. “A única forma hoje para o produtor ter ampliado o seu poder de barganha é com as cooperativas” (Entrevistado 6). “Se nós não conseguirmos dessa forma com cooperativas e associações, então eu não vejo outra alternativa, a coisa está se configurando para grandes empresas” (Entrevistado 29). Para alguns produtores, essas formas associativas estão se expandindo e têm se destacado na organização e defesa dos agricultores. Os produtores estariam recorrendo a essas formas de associação devido a uma maior conscientização da importância de se unirem para se fortalecer. Foram mencionadas formas de auxílio, como troca-troca do leite por semente, pastagem, adubo, fertilizante, tecnologia, assistência técnica e as greves organizadas pelos sindicatos.

Segundo alguns entrevistados, quem não produz 10 l/dia não consegue viver e deve mudar de atividade. De acordo com esses entrevistados, os produtores devem arrumar um modo de aumentar a produção ou abandonar a atividade leiteira. Também foi mencionado que a manutenção de produtores com pouca quantidade de leite acarreta queda de preço pago aos demais produtores que acabam dividindo, indiretamente, a despesa do deslocamento com a indústria e cooperativa. Os entrevistados ficam confusos sobre o estabelecimento da coleta de quantidade mínima. Em Erechim um entrevistado mencionou achar errado tal procedimento, uma vez que abandona o

pequeno produtor, mas também certo, porque valoriza o produtor que está investindo na propriedade buscando maior qualidade e produção.

A maior ou menor intervenção do governo, seja através de incentivos às formas associativas, seja através da atuação direta, via controle de preços, é outra questão a ser abordada. O governo vinha controlando o preço do leite há mais de 40 anos, ao se retirar alterou uma rotina já enraizada. Mais uma vez os entrevistados dividem-se entre os que são favoráveis e os que são contrários ao controle de preços pelo governo. “Para o produtor foi péssimo, para os supermercados foi ótimo” (Entrevistado 1). Foi mencionado que, quando o governo controlava os preços, era possível fazer financiamentos, uma vez que se sabia antecipadamente quanto se iria receber com a venda do leite. A falta de controle dos preços propiciou que alguns setores da economia tivessem vantagem sobre os demais. “Os picaretas estão entrando, quando o pai começou a produzir ganhava a metade do preço do leite, hoje o lucro está ficando com os supermercados e os intermediários” (Entrevistado 6). Na época em que o governo controlava o preço do leite, havia uma maior harmonia entre os valores pagos pelos insumos e leite. Atualmente, predomina um desequilíbrio, visto que os insumos estão muito caros e o valor pago pelo leite baixo.

A expansão e maior controle das multinacionais também foi mencionado como um fator motivado pela saída do governo no controle dos preços. “Foi ruim a retirada do governo, pois hoje quem manda na produção leiteira são as multinacionais, se o governo tivesse permanecido controlando os preços, talvez hoje essas multinacionais não tivessem essa liberdade de fazerem o preço para o produtor” (Entrevistado 12). As indústrias intensificaram as diferenciações entre os produtores, os mais produtivos são os que obtêm os maiores ganhos. “Era melhor quando o governo controlava os preços, nessa época os produtores ganhavam a mesma coisa, hoje em dia quem possui resfriador ganha mais” (Entrevistado 14). Assim, foi estimulado o aumento de produção em busca de maiores lucros. “Com a retirada do governo, aumentou a produção, o preço médio já vinha caindo, caiu também, mas a escala de produção aumentou e saíram muitos produtores da atividade” (Entrevistado 18). Tendo em vista que o produtor ficou desassistido, e a indústria com todo o poder, a participação do governo é importante para evitar distorções.

Por outro lado, tem aqueles que acreditam ser errado o controle de preços pelo governo. “Jamais alguém pode formar preço isso é oferta e procura” (Entrevistado 3). “É melhor sem o governo, pois colocava o preço muito baixo” (Entrevistado 9). Entre os entrevistados, há quem considere que o ideal é a retirada do governo como controlador de preços, já que a indústria pode vir a pagar mais do que o governo. Além disso, com o governo fora do controle, foi estimulada a competição entre as empresas o que possibilitou que aumentassem o preço pago ao produtor. “No mundo globalizado não sobra espaço para taxar produtos ou decretar preços, dessa forma não se evolui” (Entrevistado 39).

Além desses, há quem acredite que a intervenção do governo deva ser variável. Nos períodos de excesso de leite, quando é difícil de se conseguir um bom preço, o governo deveria intervir para garantir um preço adequado ao produtor. Em períodos em que há falta de leite, o governo não deve intervir, uma vez que o preço do leite certamente estará favorável ao produtor. Tem, também, aqueles que acreditam que poderia haver uma intervenção desde que houvesse um valor fixo acrescido de uma gratificação, um *plus*, para os produtores que alcançassem maior qualidade e produção, pois, assim, o produtor estaria sendo constantemente estimulado a melhorar sua produção. Quanto ao controle dos preços, o governo deveria estipular qual a faixa de ganho dos supermercados e do produtor, assim poderia funcionar o preço de mercado. Em caso de importações muito baratas, é preciso criar uma sobretaxa para equilibrar o preço e, assim, não desestruturar a produção interna. Na opinião de alguns entrevistados, a saída do governo como controlador de preços, para uns é ruim, e para outros é bom. Assim, a saída do governo é interessante para o produtor que é produtivo e tem capacidade de investimento, e é péssima para o produtor que não tem esse espírito empreendedor de evoluir, visto que vai ficar cada vez mais difícil dele se manter na atividade.

Feito um panorama da situação atual em que estão inseridos os produtores de leite gaúchos, resta saber qual futuro eles imaginam ter pela frente. A grande maioria dos entrevistados manifestou acreditar que o caminho dos pequenos produtores é via associação de produtores. Mesmo os produtores mais desestimulados com a atividade leiteira, que afirmaram não ver futuro para os pequenos produtores de leite, ressaltam que essa situação pode ser revertida pela organização de produtores em associações e cooperativas. Por outro lado, há produtores que são contrários à idéia de associação de

produtores. Isso porque acreditam que não dará certo misturar os leites no mesmo tanque, já que as qualidades são distintas. Ou seja, produtores mais cautelosos com a preservação e higiene do leite seriam prejudicados por produtores mais desleixados.

Não restam dúvidas que todos os produtores de leite estão tendo de enfrentar novos desafios, contudo os pequenos terão maiores dificuldades para enfrentá-los. Além de sugerirem o caminho do associativismo como a melhor alternativa para os produtores, os entrevistados acreditam que vão ganhar dinheiro os produtores que conseguirem produzir barato via redução de custos.

Ainda que os entrevistados ressaltem alternativas para a manutenção dos pequenos produtores, os mesmos afirmam que aqueles que possuem duas ou três vacas estão fora do mercado leiteiro. Segundo eles, esses produtores conseguem só sobreviver, não têm como investir, aumentar a produção e obter maiores ganhos. “O futuro do pequeno produtor é negro se ele não se adaptar às atuais exigências do próprio mercado, ou seja, qualidade e aparência do produto” (Entrevistado 5). O mesmo entrevistado afirma: “o produtor da nossa região não é fácil, é orgulhoso, individualista e ganancioso, tem dificuldade de se associar a outros”.

Outros entrevistados também manifestaram pouca esperança em um futuro promissor para os pequenos produtores de leite. Essas dificuldades acentuam-se devido à falta de condições desse produtor de modernizar a sua produção. “Por mais que queiramos que todos continuem, isso é impossível. Ainda há uma parcela significativa que vai sair, principalmente os mais velhos que não estão querendo se adaptar tecnologicamente, pois acarretaria em um custo muito alto que não estão querendo investir” (Entrevistado 20). “O mundo é muito ágil, muito rápido, na atividade da gente se tu não se instruir não evolui, não tenho perspectiva nenhuma de que essa evolução toda não culmine com a exclusão desse pessoal todo” (Entrevistado 29). Um outro agravante para a manutenção do produtor de leite, mencionado pelos entrevistados, refere-se à nova legislação de laticínios do governo federal, pois exige uma tecnologia que os pequenos produtores não têm como incorporar.

Alguns entrevistados manifestaram uma total desesperança de dinamização do setor leiteiro. “Não tem futuro, parece que a cada dia que passa menos pessoas tomam leite. Não tem expectativa de melhora, o consumo é baixo por causa do colesterol,

outros não tomam café, a maioria dos médicos proíbe de tomar leite e o pessoal vai deixando” (Entrevistado 25).

Como acima apontado, os entrevistados ressaltam as dificuldades enfrentadas pelos produtores leiteiros de permanecerem na atividade. No entanto, os mesmos entrevistados alertam que sair dessa atividade torna a situação ainda mais crítica. “O produtor vai ganhando pouco, mas sabe que mês a mês tem um dinheiro para receber não tem outro meio, se plantar fica pior” (Entrevistado 9).

Na inexistência de melhores alternativas o produtor tende a permanecer produzindo leite, mesmo que não consiga atender às novas exigências da indústria. “A modernização é necessária, mas se o pequeno não pode modernizar, ele vai continuar produzindo mesmo assim” (Entrevistado 14). Para muitos produtores, o leite representa a única forma de sobrevivência, ser excluído desse processo é o mesmo que ter restringida a vida. “O pequeno produtor vai ter que se segurar para permanecer na atividade leiteira, se não ficar, ele está morto” (Entrevistado 15). Acima de tudo, há uma harmonia entre o produtor e a atividade escolhida por ele, o leite, isso faz com que, apesar das adversidades, ele relute em abandonar a atividade. “Esse pequeno produtor que tem vocação para trabalhar com leite não deixa a atividade, o grande desafio nosso é que esse produtor deixe algum filho ou dois filhos na propriedade” (Entrevistado 39).

“A permanência na atividade depende basicamente do produtor, se ele realmente quer produzir. A gente percebe que tem produtores que estão saindo, mas que não tinham perfil para produzir leite. A atividade leiteira é a mais complexa que existe, precisa entender de gado, comportamento, reprodução, sanidade, agricultura, de mercado, para quem vender, quando vender, qual a melhor opção, entender de organização. E, além de tudo, tem que saber que é uma atividade que se trabalha 365 dias do ano, sem folga. Se for um produtor que não gosta de leite, tem que sair fora mesmo, pois não vai ter futuro na atividade então é um problema de opção e paciência. É a melhor atividade na zona rural, ela dá quatro ou cinco vezes mais que a agricultura, tem fluxo diário de caixa” (Entrevistado 40).

Os entrevistados acreditam que os produtores que forem atrás da tecnologia, buscarem maior produtividade, melhorarem a qualidade do rebanho e investirem no setor leiteiro obterão êxito. Por sua vez, os que ficarem estagnados vão sair do mercado e terão que trocar de ramo. Esses estão preparados para outra atividade, mas não para o

leite. “Antigamente o maior comia o menor, hoje é o mais rápido que come o mais lento” (Entrevistado 6). Esses entrevistados vêem como fundamental que os produtores percebam a necessidade de melhorar a genética, a alimentação e o manejo. Além disso, alertam que alcançar essas melhorias não requer muitos custos. “Ou o produtor é um profissional ou um mero agricultor, tem que ir atrás das informações, se ficar parado no tempo está fora” (Entrevistado 6). Para o entrevistado 1, os pequenos produtores estão com medo de investir e inovar na propriedade, estão acostumados a trabalhar de forma antiga e não se dispõem a modificar isso. Segundo o entrevistado 39, não há necessidade de muita tecnologia e de grandes investimentos e modernizações, mas tem que dar o mínimo de condições para o produtor: uma ordenhadeira e um resfriador.

Além desses aspectos, há quem diga que a modernização do setor leiteiro só é possível se for impulsionada por uma outra cultura, visto que se a atividade leiteira for exclusiva, não há como ter receita para investir. “Tem que ter outra atividade porque só no leite vive, mas não faz futuro nenhum, o leite salva o sustento da família” (Entrevistado 37). Além disso, a participação do governo como um impulsionador na adoção dessas tecnologias, via financiamentos, é uma alternativa que os produtores gostariam de poder contar. É preciso, ainda, ter assegurado que a incorporação de modernização na propriedade vá reverter em maiores ganhos para o produtor. Há uma preocupação de que os custos sejam recompensados através de ganhos de produtividade refletidos em maiores receitas. “O pequeno produtor terá de se modernizar, mas isso só será possível com a ajuda do ministro da agricultura, com a prorrogação da aquisição do resfriador e com um aumento do preço mínimo do leite” (Entrevistado 17).

“Para o Rio Grande do Sul a única opção que eu vejo no fundo do túnel, a única luzinha é o leite, em função das condições agroclimáticas, da topografia, tamanho de propriedade e tipo de produtor. A única e primeira opção que tem campo e mercado no mundo ainda é o leite, não adianta ficar pensando em produzir soja ou milho para vender para fora não tem condições competitivas, as commodities estão decrescendo dia a dia ano a ano. Todas as exigências de modernização são viáveis através das formas associativas” (Entrevistado 18).

Os entrevistados quando instigados sobre a necessidade ou não de adotar novas tecnologias em suas propriedades manifestaram suas opiniões. Para o entrevistado 12, não se deve entrar no jogo da indústria e ceder às suas imposições e regras, uma vez que o produtor não tem pernas para isso e não pode fazer tudo o que é exigido pela indústria.

Esse entrevistado ainda alerta para o fato de a modernização ser importante desde que venha gerar uma renda adequada. É importante destacar que, sem adotar o pacote tecnológico imposto pela indústria, há produtores que estão em melhor situação em comparação aos que decidiram incorporar essas tecnologias. Para outros, a modernização é vista como algo inevitável, ocorrendo de forma mais intensa em algumas propriedades e menos em outras, mas se propagando.

Entre as reclamações dos entrevistados, destaca-se a inconformidade em relação ao tamanho dos resfriadores de expansão que comportam grandes volumes de produção, compatíveis só com os grandes produtores. Essa é uma tecnologia desenvolvida em prol dos interesses das indústrias que visam aos produtores que produzem em grandes quantidades.

“Eu acho que não precisa modernizar como a indústria quer, como no caso do resfriador, eu acho que tu tendo um freezer que nem eu, o meu produto é vendido todo o dia, eu tiro o leite e entrego todas as manhãs na cooperativa. No verão precisa resfriar o leite, ou até quase congelar, então eu tiro de noite e de manhã não congela, mais fica bem resfriado. Se não eu tenho prejuízo e azeda o leite sempre à noite” (Entrevistado 26).

Quanto aos empecilhos para a manutenção ou não do produtor na atividade leiteira, muitos entrevistados afirmaram que isso depende só do produtor. “Se ele é pequeno, ele não está correndo atrás da produção, não se torna muito caro evoluir, tem como melhorar o pasto para produzir mais” (Entrevistado 11). O mesmo entrevistado também mencionou: “o pequeno é pequeno porque não quer trabalhar, se trabalhar melhora”.

Para eles, os produtores que de fato querem produzir leite terão futuro, uma vez que se empenharão em atingir seus objetivos. Nesse sentido, é possível viabilizar a produção com 10 ou 15 hectares, o problema são os produtores que obtêm volumes entre 5 e 10 litros diários. Segundo a concepção de alguns entrevistados, esses produtores não querem produzir leite e não terão futuro no setor.

No decorrer das entrevistas, cada entrevistado expunha a sua percepção de pequeno produtor, alguns se inseriam nesse contexto, outros se referiam aos demais produtores. Houve, ainda, quem questionasse essas denominações de pequeno e grande produtor. Os produtores de Erechim mencionaram que, na sua região, há pequenos

produtores em quantidade de leite, mas que, em termos de produtividade, eles estão acima da média do estado e da média brasileira. Eles são pequenos produtores em quantidade, porém, se for considerado o número de animais e investimentos que eles possuem, destacam-se como produtores eficientes e passam a ser considerados grandes produtores. Também foi argumentado sobre a importância de manter os pequenos produtores no meio rural e impedir que se engrossem as fileiras de favelados nas cidades.

Enfim, estudar as percepções dos produtores de leite é lidar com distintas opiniões em relação a um mesmo produto. Há uma diversidade de produtores e múltiplos caminhos a serem percorridos. Portanto, é preciso ter cuidado com generalizações que afirmam haver uma única alternativa para obtenção de êxito na atividade leiteira. Contudo, há um consenso, trata-se de uma atividade que tem sido responsável pela manutenção de diversas famílias no meio rural. Tal atividade tem proporcionado maiores ganhos para alguns e menores para outros, mas permanece sendo uma fonte segura de renda ao final de cada mês. É importante ressaltar que o setor leiteiro é um mercado em expansão cuja demanda ainda não foi suprida. Esse cenário comporta volumes de produção díspares que contribuem para atender a essa demanda. Portanto, deve-se enfatizar a importância desses produtores e sinalizar em direção a alternativas para a sua manutenção e expansão na atividade leiteira.



## CAPÍTULO V

### CONCLUSÃO

Este estudo procurou avaliar como as transformações da década de 90 afetaram os produtores de leite do Rio Grande do Sul. Essas transformações estiveram associadas a um cenário marcado por iniciativas nacionais, como a desregulamentação dos mercados e a implementação do Plano Real, e a um cenário de âmbito global, cujas decisões incluíram terceiros países, como no caso da formação do Mercosul, da abertura comercial e do processo de globalização. As novas demandas que surgiram no final do século XX, como intensificação da concorrência, maior exigência dos consumidores, uma grande diversidade de produtos, quedas dos preços, recaíram sobre os produtores de leite.

Existe a percepção que essas novas exigências estão relacionadas à abertura comercial e à melhora do poder aquisitivo da população, as quais foram proporcionadas pelo Plano Real. A formação de um ambiente favorável propiciou a entrada de multinacionais e alterou significativamente as condições de concorrência, acelerando mudanças na cadeia leiteira. As multinacionais buscam obter maiores rendimentos, e com esse objetivo, voltam sua atenção para os grandes produtores, os demais são relegados a um segundo plano.

Nesse momento, novas empresas passam a atuar de forma mais abrangente no mercado nacional de leite. O principal enfoque relacionado à intensificação da competição é o receio de que a mesma ocorra de forma desleal com subsídios, dumping e triangulação. Nesse sentido, o papel do Estado como um fiscalizador e regulador é fundamental para que se estabeleça uma concorrência transparente. Da mesma forma, é preciso que o governo brasileiro aja como um incentivador do produtor e promova projetos de desenvolvimento para fortalecê-lo diante de novos desafios.

Com a formação do Mercosul, desenvolveu-se um ambiente competitivo entre os países membros. O principal impasse que o Mercosul representa é a avalanche de produtos importados que recaem sobre o mercado de leite gaúcho. Esses produtos invadem as prateleiras de supermercados, padarias e armazéns ampliam a concorrência e estimulam uma “guerra” em busca de preços mais atrativos ao consumidor. Em função disso, os produtores que produzem em menor quantidade ficam em uma situação crítica, uma vez que ganham muito pouco com a venda de seu produto. Tal valor, muitas vezes, não é suficiente para atender às necessidades básicas de sua família.

Por outro lado, o Mercosul amplia as oportunidades daquele produtor que está em condições de investir na atividade. A partir da integração dos mercados, alastram-se as opções comerciais e expande-se a demanda potencial. Criou-se um cenário no qual se compartilham consumidores; conquistá-los é tarefa dos produtores de leite gaúchos. O grande desafio, portanto, é ser tão competitivo quanto os parceiros comerciais e dominar esse novo mercado. O Mercosul, ao unir quatro países em um mercado de 200 milhões de pessoas, tornou-se um pólo de atração econômica. Formou-se um contexto no qual foi estimulada a busca pelo aperfeiçoamento. Nesse momento, intensificaram-se as cobranças sobre os produtores que deveriam investir no setor através da adoção de equipamentos modernos, da coleta a granel e mudanças na infra-estrutura da propriedade. Por sua vez, a maioria dos produtores do estado do Rio Grande do Sul terá dificuldade para se adequar a essas transformações a curto prazo. Os resultados obtidos revelam que as transformações que os produtores estão sendo impelidos a realizar em suas propriedades têm um caráter excludente, uma vez que não estão ao acesso de todos; muito pelo contrário, são privilégio de poucos.

Contudo, muitos autores afirmam que só há dois caminhos para o produtor de leite, um deles é a modernização e a incorporação de tecnologia, e o outro é o abandono da atividade, visto que os que não atenderem às novas exigências serão excluídos. **Uma vez conhecido o cenário que está inserido o produtor de leite gaúcho, é possível contestar a existência de somente duas alternativas para esses produtores. No ambiente desse produtor, identifica-se uma realidade complexa com inúmeras fragilidades, necessidades e diferenças, mas, sobretudo, percebe-se um desejo de superação e muita determinação.** A afirmação que propaga a exclusão de produtores é precipitada e preconceituosa. Os produtores de leite estão conseguindo superar as dificuldades e demonstram interesse em dinamizar a atividade leiteira. Contudo, são

poucos os que podem fazer essas alterações sozinhos, os demais precisam de tempo e auxílio. É necessário destacar que a exclusão de produtores da atividade leiteira não é inevitável. Para tanto é preciso que haja empenho dos produtores que busquem se organizar de modo a tornarem-se fortalecidos para que consigam superar essa situação adversa. Contudo, há produtores que estão descapitalizados e desmotivados, à mercê da própria sorte, esses tendem a ser excluídos.

Por outro lado, mesmo sem adotar as novas exigências que propagam maiores ganhos na atividade, os produtores gaúchos de leite com suas técnicas “rudimentares” estão conseguindo se manter na atividade. É preciso que haja bom senso e que as mudanças na atividade leiteira ocorram de forma a proporcionar benefícios para todo o setor e não que seja vista como uma medida selecionadora de produtores. É importante esclarecer que não se trata de ir contra medidas que venham a aprimorar a atividade leiteira, mas ter cuidado para que essas alterações sejam feitas no longo prazo, com financiamentos, taxas baixas de juros e que possam estar ao acesso da maioria dos produtores que se dedicam à atividade leiteira.

De modo geral, os produtores que produzem pequenos volumes de produção, algo em torno de 10 a 15 litros de leite dia, tendem a ter mais dificuldades para manterem-se na atividade. Tais produtores precisaram contar com algum outro tipo de renda, como a aposentadoria, para conseguir sobreviver no meio rural. Contudo, na falta de uma outra opção, esses produtores tendem a permanecer como produtores de leite, já que assim não ficam totalmente desprovidos de rendimentos. O leite tem representado para boa parte dos produtores que residem no meio rural, se não o sustento familiar, um complemento mensal que permite uma maior segurança na manutenção de suas famílias.

Caso os produtores de leite do estado sejam considerados individualmente, não há como contestar que a grande maioria é responsável por pequenos volumes de produção. No entanto, avaliados em conjunto, representam um forte e indispensável componente para atender os consumidores que constantemente estão demandando um grande volume de leite. Os pequenos produtores de leite têm atuado como um importante elemento para abastecer as indústrias. Para expandir o volume de leite captado diariamente, a indústria tem recorrido aos pequenos produtores. Nesse sentido,

foi estabelecida uma relação de interdependência, entre a indústria e os pequenos produtores, na qual ambos são beneficiados.

Com relação à incorporação de tecnologia e modernização do setor leiteiro, é preciso ter claro que esses processos são benéficos, desde que os produtores possuam uma estrutura adequada para adotá-los. Portanto, por si só a incorporação de novas técnicas não garante maior produtividade ou melhores rendimentos para o produtor. Além disso, produtores que dispõem de menos tecnologia podem ser tão produtivos quanto os mais tecnificados, portanto não se pode desprezá-los.

É importante destacar que o setor leiteiro é responsável pela manutenção e sobrevivência de muitos produtores no meio rural e tem servido de uma nova alternativa para produtores que estavam desestimulados e sofrendo prejuízos na produção de outros cultivos. O estudo mostra que, na década de 90, ocorre uma forte concentração de produtores na mesorregião Noroeste, onde estão aglutinadas as microrregiões de maior produção de leite do estado. A atividade leiteira tem-se expandido nessas regiões por ser considerada mais lucrativa que os demais cultivos. Tal fato demonstra que a atividade leiteira tem um grande potencial a ser desenvolvido.

Os principais pontos discutidos constantemente nesta pesquisa ressaltam algumas peculiaridades da atividade leiteira que a tornam especial no contexto da produção agrícola. O leite tem sua importância ressaltada por representar a garantia de obtenção de uma renda ao final de cada mês, por não estar tão suscetível às mudanças climáticas (fazendo com que essa seja uma atividade mais segura). Além do mais, na maioria das propriedades do estado, tem sido mantida a produção leiteira com a mão-de-obra familiar, evitando assim que se gaste com a contratação de mão-de-obra. Em função dessas características, o setor leiteiro tem despertado atenção e se tornado vital para a permanência de muitos produtores na atividade agrícola. Por menor que seja a produção, é possível obter uma remuneração mínima que possibilite a sobrevivência dos produtores. Esses produtores estão acostumados a lidar com restrições e não abandonarão a atividade facilmente.

Como trata-se de uma realidade que comporta produtores com diversas peculiaridades e, conseqüentemente, com necessidades distintas, não é possível estabelecer regras que possam favorecer todos os produtores de leite do estado. É

importante destacar que, se não há uma solução única para os problemas dos pequenos produtores, há algumas medidas que poderão apaziguar e trazer benefícios para a grande maioria. Medidas que promovam a elevação geral de renda, a redução dos juros, ir em busca de maior competitividade, o melhoramento da infra-estrutura e a formação de formas associativas. Com certeza, se houver vontade e interesse em fortalecer esses produtores para atuarem em um novo ambiente, essa oportunidade não será desperdiçada. Os produtores de leite estão carentes e sedentos de alternativas que tornem viável a sua permanência na atividade leiteira. Além disso, não se trata só de uma necessidade econômica, mas também social.

As limitações do estudo evidenciam-se pela estrutura de análise adotada que não privilegia de forma específica alguns importantes segmentos que dinamizam o complexo leiteiro. O estudo ficou restrito à matéria-prima leite, sem esmiuçar a cadeia láctea. Além disso, faltou relatar as modificações sofridas pelas formas cooperativas e seu reflexo sobre os produtores de leite. Desde os anos 90, o sistema cooperativo sofre dificuldades financeiras que levaram muitas das cooperativas a buscar recursos externos através de financiamentos bancários. As cooperativas de leite desempenharam um importante papel como estimuladoras e impulsionadoras dos produtores de leite.

A principal contribuição do estudo foi mostrar a opinião dos produtores de leite sobre os impactos causados a atividade leiteira através das transformações ocorridas na última década. Além disso, alertar sobre generalizações radicais e apressadas que afirmam haver um caminho único para obtenção de êxito na atividade leiteira. De acordo com o exposto no estudo, fica claro que prever a exclusão de milhares de produtores, sem que antes seja analisado o contexto no qual estão inseridos, é agir precipitadamente. Outro aspecto abordado sinaliza em direção a alguns caminhos que poderão tornar viável a manutenção de muitos produtores na atividade leiteira.

As recentes demandas da sociedade e das indústrias apontam para uma readequação da atividade leiteira. Tais exigências devem ser amoldadas de forma a favorecerem a maioria dos produtores de leite. Isso quer dizer que deve ser ir em busca de alternativas que fortaleçam e mantenham o produtor no meio rural. É preciso estudos que indiquem métodos de trabalho com produtores, que verifiquem quais as melhores estratégias de mercado a serem praticadas, em que medida deva ser incorporada tecnologia, que ressaltem a importância de formas associativas e cooperativas. Assim,

será possível fornecer elementos para que o produtor de leite tenha maior conhecimento de suas potencialidades e possa obter maiores êxitos na realização de sua atividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GRANJA. **Só vão permanecer os mais aptos**. Porto Alegre, n 614, p. 30, jan 2000.

AGROANALYSIS, Rio de Janeiro, FGV, jun de 1998.

ALMEIDA, P. R. **O Mercosul no Contexto Regional e Internacional**. São Paulo, Aduaneiras, 1993.

ALBUQUERQUE, F. **Competitividad, internacional estrategia empesarial y papel de las regiones**. Santiago, ILPES/CEPAL, Serie Ensayos, documento 95/28. Apud: SOUZA, O. T. O Setor Leiteiro: políticas, competitividade e impactos de liberalização comercial nos anos noventa. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1999. (Dissertação de mestrado).

ALVES, E. & GOMES, A. P. Medidas de Eficiência na Produção de Leite. **Revista Brasileira de Economia**, jan/mar 1998.

ARAÚJO, C. M. M. Competitividade de diferentes sistemas de produção de leite em Minas Gerais frente ao Mercosul. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 1994 (Dissertação de Mestrado em Economia Rural). Apud: VASCONCELOS, S. P. Importações de leite e a pecuária leiteira no Brasil. **Análise Econômica**. Porto Alegre, FCE/UFRGS. Ano 15, n. 27, março, 1997.

BASSO, D. & NETO, B. S. Controvérsias sobre profissionalização e desenvolvimento na agricultura: o caso da produção de leite no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos/FEE**. Porto Alegre, vol. 26, n. 4, março, 1999.

BERNARDES, P. R et alii. **2000 é o ano da virada para a pecuária de leite**. Disponível na internet <http://www.terraviva.com.br>, 2001

BITENCOURT, D et alii. Rio Grande do Sul: **Uma Reflexão Sobre a Década de 90 e Perspectivas do Setor Lácteo no Ano 2000**. Disponível na internet: [www.terraviva.com.br](http://www.terraviva.com.br) 2001.

BORON, A. A. GAMBINA, J. & MINSBURG, N. **Tiempos violentos neoliberalismo, globalización y desigualdad en America Latina**. Buenos Aires Editorial Universitaria, Eudeba, Argentina, 1999.

CARRION, R. K. M. & VIZENTINI, P. G. F. **Globalização, Neoliberalismo, Privatizações**. Quem decide este jogo? Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

CARVALHO & VIEIRA. **Mercado Comum do Sul (Mercosul): Fundamentos Econômicos Evolução e Perspectivas**. In: MERCOSUL: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico IX Seminário Internacional de Política Agrícola. Viçosa – MG, 1997.

CASTILHOS, C. C. & CAMPOS, S. H. **A produção e a difusão de biotecnologias na agroindústria do RS: o caso das indústrias de laticínios e de massas, pães e biscoitos**. Documentos FEE. Impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no RS. Reimpressão, jul/1999.

CORAZZA, G. **Globalização: realidade e utopia**. Análise Econômica. Porto Alegre, FCE/UFRGS. Ano 15 n. 27, março, 1997.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia, Pesquisa Empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v.9, 1998.

COUTINHO, L. & FERRAZ, J. C. **Os Fundamentos Sociais da Competitividade**. In: Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. São Paulo, Papirus, 1994.

DENARDI, R. A. **Políticas Públicas, Produção de Leite e Agricultura Familiar no Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: ICHS/ CPDA/UFRJ, 1994 (Dissertação de mestrado).

FAO. Food and Agriculture Organization. <http://www.fao.org>. 2001

FARIA, V. P. Produção e Cooperativas de Produtores de Leite no Brasil. **Anais/Seminário as Cooperativas e a Produção de leite ano 2000 – BH: Organização das Cooperativas do Estado de MG**.

FERNANDEZ, D. **Diagnóstico do Setor Leiteiro do Rio Grande do Sul no Âmbito do Mercosul**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1995. (EMATER/RS. Realidade Rural, 17).

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro, 1995.

FONSECA, M da G. D. & MORAIS, E. M. Indústria de Leite e Derivados no Brasil: uma década de transformações. **Informações Econômicas** - Revista Técnica do Instituto de Economia Agrícola – IEA. São Paulo, v.29, n. 9, set, 1999.

FONTE, L. M. A. et alii. **Estudo da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEPAGRO, n 3, 1998.



GAZETA MERCANTIL. **A Indústria de Laticínios**. Análise Setorial, jan 1997.

GOMES, A. P. **Impactos e transformação da produção de leite no número de produtores e requerimento da mão-de-obra e capital**. Viçosa, 1999 (Tese de Doutorado).

GOMES, S. T. **Cadeia Agroindustrial do Leite no Mercosul**. Mercosul: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico. Viçosa/MG, 1997.

GUIGUET, E. & CAPPELLINI, O. **La Lecheria de los países del Mercosur**. El Mercosur Lacteo: Evolución del processo de integración. Edic. Junta Intercooperativa. Santa Fe, 1997.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IBGE **Censo Agropecuário 1985/1986**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE **Censo Agropecuário 1995/1996**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1998.

JANK, M. S. et alii. **O Agribusiness do leite no Brasil**. Realização Universidade de SP USP, Fundação Instituto de Administração - FIA, Programa de Estudo dos Negócios do Sistema Agroindustrial - PENSA; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, São Paulo, fev, 1999.

JANK, M. S. & GALAN, V. B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP. 1997.

JUNIOR, P. N. B. **Mitos da Globalização**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Série Assuntos Internacionais. Coleção Documentos, São Paulo, setembro, 1997.

KONZEN, O. G. **Modernização e competitividade entre sistemas na produção de leite**. Diagnóstico da produção de leite no Rio Grande do Sul e opções para o seu desenvolvimento. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, Universidade Vale dos Sinos. Vol. 32, n. 98, julho/setembro, 1997.

KRUG, E. E. B. **Desafios da cadeia agroalimentar do leite no Brasil e no Rio Grande Do Sul**. In: Seminário Identificação de Restrições Técnicas, Econômicas e Institucionais ao Desenvolvimento do Setor Leiteiro Nacional - Região Sul. 1998. Maringá. **Anais**. Brasília: MCT/CNPq/PADCT, Juiz de Fora: EMBRAPA – CNPGL. Editado por Duarte Vilela, Matheus Bressan e Geraldo Tadeu dos Santos, 1999.

LAUSCHNER, R. et alii. **Diagnóstico da produção de leite no Rio Grande do Sul e opções para o seu desenvolvimento**. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, Universidade Vale dos Sinos. Vol. 32, n. 98, julho/setembro, 1997.

LEITE BRASIL. <http://www.leitebrasil.org.br>. 2001

LUPION, A. **Um projeto para o Leite**. Câmara dos Deputados, Comissão de Agricultura e Política Rural. Relator Eng. Agrº Moacir Micheletto. Brasília, maio de 1998.

LOPES, M. R. & JANK, M. S. A abertura comercial mostra os equívocos da política de leite no Brasil. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan. 1995.

MARTINS, P. do. C. **O Sistema Agroindustrial do leite: transações e incentivos à adoção de tecnologias**. II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares PENZA/FEA/USP Ribeirão Preto, 1999.

MARTINS, P do C & GOMES, A. T. Mudança Institucional: o grande desafio. Disponível na internet <http://www.terraviva.com.br>, 2001

MARQUES, V. P. M. de A. **Integração regional, negociações coletivas e organização sindical: desafios para a agricultura familiar**. São Paulo: Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 1998 (Dissertação de mestrado).

MELLO, M. A. **A trajetória da produção e transformação do leite no oeste catarinense e a busca de vias alternativas**. Florianópolis: Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998 (Dissertação de mestrado).

MELLO, F. H. **Leite: A difícil formulação de uma política comercial**. Revista de Economia e Sociologia Rural/ SOBER, Brasília, v. 37, n. 4, outubro/dezembro, 1999.

MIGUEL, F. L. P. **As Faces do Mercosul: a explosão do comércio no bloco**. Revista Trevisan , ano 10, n. 117, nov 1997.

MILLER, L. A. **A competitividade do setor de produção do Rio Grande do Sul e suas relações com os demais elos da cadeia agroalimentar do leite**. Porto Alegre: FCE/UFRGS, 1997. (Monografia de conclusão do curso de Economia).

NETTO, V. N. Importações Criminosas. **Revista A Granja do Ano**, n. 14, 1999/2000.

NETTO, V. da S. N. Pecuária leiteira – A ameaça das importações subsidiadas. **Revista Agroanalysis**, jul, 1996.

NOFAL, M. B & WILKINSON. **A produção e o comércio de produtos lácteos no Mercosul**. Rio de janeiro, 2000. Disponível na internet: [www.adb.org/intal](http://www.adb.org/intal). 2001

PADULA, A. et alii. A cadeia de suprimento no setor agroindustrial leiteiro no Rio Grande do Sul: uma análise das estratégias empresariais frente ao Mercosul. **Indicadores Econômicos da FEE**. Porto Alegre, v. 26, n. 4, mar 1999.

PELLINI, T. **Estruturas de custos da cadeia produtiva do leite na região sul do Brasil**. Porto Alegre: IEPE/ UFRGS, 1997 (Dissertação de mestrado).

SANDRONI, P. **Dicionário de Administração e Finanças**, 1996.

SARTORI, A. et alii. **Agricultura e Modernidade: a crise brasileira vista do campo**. São Paulo, 1998.

SATO, R. A. de C. et. Alii. **Produtos lácteos – insumos argentinos em Minas?** Revista Agroanalysis, jan, 1997.

SCHNEIDER, S & SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia, Pesquisa Empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v.9, 1998.

SCHWEINBERGER, G. A. & MORAIS, C. E. Banco de Dados das sociedades cooperativas do Rio Grande do Sul. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, Universidade Vale dos Sinos. Vol. 32, n. .98, jul/set, 1997.

SEIXAS, W. Goiás reúne a nata do setor. **A Granja**, n 581, mai 1997.

SOUZA, O. T. **O Setor Leiteiro: políticas, competitividade e impactos de liberalização comercial nos anos noventa**. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1999 (Dissertação de mestrado).

SOUZA, R. S. de. **A bacia leiteira de Pelotas: Uma análise econômica dos sistemas de produção de leite**. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1996 (Dissertação de mestrado).

STULP, V. J. & MATTUELLA, J. L. **Agropecuária sulbrasileira no contexto do Mercosul**. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1992.

SZUHANSKY, L. **O processo de inovação tecnológica na cadeia láctea do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FCE/UFRGS, 1998. (Monografia de conclusão do curso de Economia).

TEIXEIRA, A. G. **Globalização, tecnologia e a nova tendência competitiva: uma análise da inserção da América Latina**. Porto Alegre: FCE/UFRGS, 1997. (Monografia de conclusão do curso de Economia).

TOFFLER, A. Reconversión industrial y competitividad: experiencias internacionales. In: INDACOCHEA, Alejandro. **Privatizar la Privatización y Reflexiones Sobre El Nuevo Orden Económico Mundial**. Lima (Peru). ESAN/IDE, out, 1993.

VASCONCELOS, S. P. **Demanda por importações de leite no período de 1960 a 1994 e desenvolvimento do setor leiteiro no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS/IEPE, 1995 (Dissertação de mestrado).

VASCONCELOS, S. P. **Importações de leite e a pecuária leiteira no Brasil**. Análise Econômica. Porto Alegre, FCE/UFRGS. Ano 15 n. 27, mar, 1997.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. In: Perspectiva Econômica. São Leopoldo, Universidade Vale dos Sinos. Vol. 32, n. 98, jul/set, 1997.

VIEIRA, W. & CARVALHO, F. **Mercado Comum do Sul (Mercosul): Fundamentos Econômicos Evolução e Perspectivas**. Mercosul: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico. Viçosa/MG, 1997.

WAQUIL, P. **Globalização, blocos regionais e o setor agrícola no Mercosul**. Análise Econômica. Porto Alegre, FCE/UFRGS. Ano 15, n. 27, março, 1997.

WILKINSON, J. Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade da indústria de laticínios. Campinas, MCT/FINEP/PADCT, 1993. Apud: SOUZA, O. T. **O Setor Leiteiro: políticas, competitividade e impactos de liberalização comercial nos anos noventa**. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1999 (Dissertação de mestrado).

## ANEXO

### QUESTIONÁRIO

1- Qual o tempo de moradia no local?

2- Qual o local de residência anterior?

3- Escolaridade do entrevistado

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Analfabeto               | <input type="checkbox"/> Segundo grau completo |
| <input type="checkbox"/> Só Alfabetizado          | <input type="checkbox"/> Superior completo     |
| <input type="checkbox"/> Primeiro grau incompleto | <input type="checkbox"/> Superior incompleto   |
| <input type="checkbox"/> Primeiro grau completo   | <input type="checkbox"/> Pós - Graduado. Qual? |
| <input type="checkbox"/> Segundo grau incompleto  |  |

4- Qual o número de hectares da propriedade rural?

5- Qual a condição de posse:

- |                                       |                                    |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Proprietário | <input type="checkbox"/> Assentado |
| <input type="checkbox"/> Arrendatário | <input type="checkbox"/> Parceiro  |
| <input type="checkbox"/> Posseiro     | <input type="checkbox"/> Outros    |

6- No último ano, o senhor empregou alguém na sua propriedade?

- Não  Sim -  Pessoas fixas  Temporárias  Ambas

7- Quanto à comercialização do leite:

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Venda direta ao consumidor final | <input type="checkbox"/> Venda para consumidores e intermediários           |
| <input type="checkbox"/> Venda para intermediários        | <input type="checkbox"/> Os produtos não são comercializados (subsistência) |

8- Na sua propriedade a atividade leiteira é exclusiva?

Não  Sim

9- A produção de leite é a principal fonte de renda da propriedade?

10- Têm sido financiados pela indústria/bancos os equipamentos que o produtor necessita adquirir?

11- O que é utilizado na alimentação do rebanho?

12- A ordenha é realizada de forma mecânica ou manual? O senhor começou a utilizar ordenha mecânica desde quando?

13- Possui sala de ordenha? Quando foi construída?

Não  Sim

14- Utiliza inseminação artificial? Quando o senhor começou a utilizar essa técnica?

Não  Sim

15- Possui resfriador? Há quanto tempo?

Não  Sim

16- Quantas cabeças de gado leiteiro possui? Qual a raça do rebanho?

17- Nos últimos 10 anos o seu *rebanho* aumentou ou diminuiu? Em relação a sua *produção* houve aumento ou redução?

18- As suas vacas produzem quantos litros de leite/ dia (mês)

19- Quanto o senhor recebe por litro de leite na cooperativa? E se for feita uma venda direta ao consumidor? Qual a sua opinião sobre o comércio informal?

20- Quanto corresponde, da renda anual, a produção de leite? Qual a renda obtida com o leite? Número de dependentes da renda?

21- Há quanto tempo o senhor lida com o setor leiteiro? Dentro desse período qual o senhor considera como mais favorável para o produtor? E qual mais desfavorável?

- 22- A atividade leiteira tem enfrentado problemas nos últimos 10 anos? O senhor acredita que a dez anos atrás a atividade leiteira era melhor ou pior? Tem ocorrido êxodo rural no município em questão?
- 23- Qual o impacto do plano Real sobre os produtores? Na sua opinião o período de estabilização inflacionária tem sido favorável aos produtores? Algum plano econômico adotado nas últimas décadas ficou marcado na sua memória como aquele que mais ajudou e/ou prejudicou os produtores?
- 24- Quais os reflexos da abertura comercial, entrada de produtos importados e multinacionais no mercado de lácteos gaúcho? Quais transformações foram e estão sendo causadas pela introdução da Parmalat no estado?
- 25- Quais os impactos do Mercosul para o produtor de lácteos? Na sua opinião a importação de leite da Argentina e Uruguai traz quais conseqüências para o estado do Rio Grande do Sul? O Rio Grande do Sul devido à sua proximidade do Mercosul é mais afetado pelo bloco, quais são os desafios que o produtor de lácteos gaúcho terá de enfrentar?
- 26- Na sua opinião que conseqüências positivas e negativas resultam da coleta de quantidade mínima de leite?
- 27- Na sua opinião qual a situação das formas associativas do estado (cooperativas, associação de produtores sindicatos), têm apoio do governo federal e ou estadual?
- 28- Depois de mais de 40 anos o governo deixa de controlar os preços dos lácteos quais os impactos para o produtor? O senhor acha importante a participação do Estado na formação de preços?
- 29- Qual futuro o senhor imagina para os pequenos produtores de leite? Esses produtores terão de se modernizar, atender a demanda das indústrias, ou sairão da atividade.

Tabela 11 - CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Nº do Entrevistado	Relação com a atividade leiteira	Microrregião	Data da Entrevista
Entrevistado 01	Vinculado à Cooperativa	Teutônia	31/08/00
Entrevistado 02	Produtor	Teutônia	31/08/00
Entrevistado 03	Produtor	Teutônia	31/08/00
Entrevistado 04	Produtor	Estrela	31/08/00
Entrevistado 05	Vinculado ao Sindicato	Estrela	31/08/00
Entrevistado 06*	Produtor	Ijuí	31/08/00
Entrevistado 07	FETAG	Porto Alegre	08/09/00
Entrevistado 08*	Vinculado ao Sindicato	Santa Rosa	12/09/00
Entrevistado 09	Produtor	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 10	Produtor	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 11	Produtor	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 12	Produtor	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 13	Vinculado à Cooperativa	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 14	Produtor	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 15	Produtor	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 16	Produtor	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 17	Produtor	Santa Rosa	18/09/00
Entrevistado 18	Vinculado à Indústria	Porto Alegre	10/10/00
Entrevistado 19	Farsul	Porto Alegre	16/10/00
Entrevistado 20	Vinculado à Cooperativa	Porto Alegre	31/10/00
Entrevistado 21	Produtor	Caxias do Sul	08/11/00
Entrevistado 22	Produtor	Caxias do Sul	08/11/00
Entrevistado 23	Produtor	Caxias do Sul	08/11/00
Entrevistado 24	Produtor	Caxias do Sul	08/11/00
Entrevistado 25	Produtor	Caxias do Sul	08/11/00
Entrevistado 26	Produtor	Caxias do Sul	08/11/00
Entrevistado 27	Vinculado à Cooperativa	Caxias do Sul	08/11/00
Entrevistado 28	Produtor	Pelotas	18/12/00
Entrevistado 29	Vinculado à Cooperativa	Pelotas	18/12/00
Entrevistado 30	Produtor	Pelotas	18/12/00
Entrevistado 31	Produtor	Pelotas	18/12/00
Entrevistado 32	Produtor	Pelotas	18/12/00
Entrevistado 33	Produtor	Erechim	20/12/00
Entrevistado 34	Produtor	Erechim	20/12/00
Entrevistado 35	Produtor	Erechim	20/12/00
Entrevistado 36	Produtor	Erechim	20/12/00
Entrevistado 37	Produtor	Erechim	20/12/00
Entrevistado 38	Vinculado à Indústria	Erechim	20/12/00
Entrevistado 39	Vinculado à Cooperativa	Erechim	20/12/00
Entrevistado 40	Pesquisador	Porto Alegre	22/12/00

Fonte: Dados da pesquisa

\*Entrevistado fora da respectiva microrregião.